



República Federativa do Brasil

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXXVIII — Nº 113

CAPITAL FEDERAL

TERÇA-FEIRA, 13 DE SETEMBRO DE 1983



SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 148ª SESSÃO, EM 12 DE SETEMBRO DE 1983

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

SENADOR MARTINS FILHO
— Assassinato do Sr. Expedito Alves, ocorrido no Município de Angicos—RN.

SENADOR LOURIVAL BAPTISTA — Instalação de agência do Banco do Nordeste na cidade de Boquim—SE.

SENADOR HENRIQUE SANTILLO — Comentários sobre a cri-

se sócio-econômica que se verifica no País.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Lei da Câmara nº 79/81 (nº 3.247/80, na Casa de origem), que dispõe sobre a obrigatoriedade de aplicação em projetos específicos dos créditos e financiamentos de organismos governamentais e daqueles provenientes de incentivos fiscais. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei da Câmara nº 51/83 (nº 88/79, na Casa de origem), que revigora, com nova redação, o art. 278 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, dispondo sobre a jornada de trabalho dos estivado-

res. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei da Câmara nº 150/82 (nº 3.826/80, na Casa de origem), que dá nova redação ao art. 461 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Resolução nº 98/83, que autoriza o Governo do Estado de Pernambuco a elevar em Cr\$ 84.206.720,00, o montante de sua dívida consolidada. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Resolução nº 102/83, que autoriza a Prefeitura Municipal de Estância (SE) a elevar em Cr\$ 45.299.987,01, o montante de sua dívida consolidada.

Ata da 148ª Sessão, em 12 de setembro de 1983

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 47ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Moacyr Dalla,
Henrique Santillo, Lenoir Vargas
e Jorge Kalume*

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Claudionar Roriz — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Alexandre Costa — Helvídio Nunes — Almir Pinto — José Lins — Martins Filho — Humberto Lucena — Nilo Coelho — Guilherme Palmeira — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Luiz Viana — José Ignácio — Moacyr Dalla — Henrique Santillo — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — A lista de presença acusa o comparecimento de 25 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos. Não há Expediente a ser lido.

Concedo a palavra ao nobre Sr. Senador Martins Filho.

O SR. MARTINS FILHO (PDS — RN. Para uma comunicação.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Hoje, tem o Sr. Governador do meu Estado um fato concreto nas mãos!

Outro dia, ao comunicar a S. Exª que eu fora desrespeitado, cercado e ameaçado em meu próprio Município, e, por isso, pedi-lhe providências que evitassem episódios tão constrangedores e capazes de gerar tragédias, respondeu-me o Governador um tanto irritadamente: — traga-me um fato concreto, Senador! Ao que lhe respondi: — que fato, o meu cadáver?

Hoje S. Exª tem em mãos um fato concreto!

Tem um cadáver recém-sepulto. O cadáver de um homem honrado, leal servidor do seu povo, vilmente assassinado ao sair da missa no último sábado, onde fora, por singela devoção como sempre o fizera, em toda sua vida.

Foi um assassinato premeditado, pré-conhecido, pré-anunciado, pré-esperado pela cidade toda, inclusive pela própria vítima.

EXPEDIENTE	
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL	
<p>AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>ALOISIO BARBOSA DE SOUZA Diretor Executivo</p> <p>LUIZ CARLOS DE BASTOS Diretor Industrial</p> <p>RUDY MAURER Diretor Administrativo</p>	<p style="text-align: center;">DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL</p> <p style="text-align: center;">Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal</p> <p style="text-align: center;">ASSINATURAS</p> <p>Via Superfície:</p> <p>Semestre Cr\$ 3.000,00</p> <p>Ano Cr\$ 6.000,00</p> <p style="text-align: right;">Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00</p> <p style="text-align: right;">Tiragem: 2.200 exemplares</p>

Votação adiada por falta de quorum.

— Requerimento nº 758/83, de autoria do Sr. Senador Lourival Baptista, solicitando a transcrição nos Anais do Senado, dos discursos proferidos pelo Vice-Presidente da República, Aureliano Chaves, e pelo Presidente João Baptista Figueiredo, da solenidade em que reassumiu o cargo no dia 26 de agosto de 1983. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 21/83, que dispõe sobre a redução do preço do álcool para venda a proprietários de veículos de aluguel empregados no transporte individual de passageiros, mediante subsídio, nas condições que especifica. **Discussão sobrestada por falta de quorum para votação do Requerimento nº 775/83, de adiamento da discussão para a sessão do dia 7 de outubro de 1983.**

1.4 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

SENADOR ADERBAL JUREMA — Entrevista do Governador Roberto Magalhães, de Pernambuco, publicada no *Jornal do Brasil* a respeito da problemática do Nordeste.

SENADOR JORGE KALUME — Lançamento do primeiro navio-hospital destinado a assistir às populações ribeirinhas do Amazonas. Precariedade do abastecimento de derivados de petróleo ao Acre.

SENADOR ALMIR PINTO — Apelo em favor dos fabricantes de rede do Estado do Ceará.

1.5 — COMUNICAÇÃO DA PRESIDÊNCIA

— Referente ao tempo destinado aos oradores do Expediente da sessão de amanhã, que será destinado a homenagear o Sr. Senador Dinarte Mariz pela passagem do seu 80º aniversário.

1.6 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO.

2 — DISCURSO PROFERIDO EM SESSÃO ANTERIOR

Do Sr. Mauro Borges, pronunciado na sessão de 29-8-83.

3 — ATO DO PRIMEIRO-SECRETÁRIO

Nº 16, de 1983

4 — CONSELHO DE SUPERVISÃO DO CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Ata de reunião do Conselho, realizada em 31-8-83.

5 — ATAS DE COMISSÃO

6 — MESA DIRETORA

7 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

8 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

Terminada a eleição desencadeou-se uma verdadeira operação de "limpar o terreno", no melhor estilo das guerras clássicas.

Não voltou a paz, nem a segurança, nem a confiança.

Nesse contexto, Angicos continuou conturbada. Expedito, o Prefeito, continuou sofrendo toda a sorte de pressões e seus adversários locais, todo o estímulo para continuarem adversários.

No último dia 7, durante as comemorações do dia da Pátria, o palanque das autoridades foi invadido em Angicos, por sequazes que queriam interromper a solenidade. Nessa ocasião Expedito foi ameaçado de morte publicamente.

No dia 8 pela manhã, telefonou ao Governador do Estado relatando a ocorrência e solicitando garantias de vida.

No dia 10, por volta das 19:30 hs, quando deixava a Matriz de Angicos, após a missa vespertina, Expedito recebeu um tiro de rifle na nuca, morrendo instantaneamente.

Que medidas foram tomadas para proteger a vida de Expedito? Com que sensibilidade o Sr. Governador ouviu o apelo do Prefeito perseguido, buscando a segurança da lei, junto à autoridade que, por dever de ofício, deveria providenciá-la de pronto?

Não sabemos!

Sr. Presidente, Srs. Senadores, sei que, interpelado após o crime, pelo sobrinho da vítima, Deputado Federal Henrique Eduardo Alves, sobre as providências tomadas, o Sr. Secretário de Segurança Pública do Estado, respondeu simplesmente: "nenhuma, o caso não é de urgência".

Sr. Presidente, Srs. Senadores: temo eu vir a ser, também, um fato concreto para o Sr. Governador do Estado.

Quase o fui em passado recente. Livrou-me a Divina Providência.

Apelo às autoridades deste País e ao Sr. Governador do meu Estado, que passem a levar a sério o terror que se desaba sobre nós, no Rio Grande do Norte. Queremos a segurança da lei. Queremos continuar vivendo, apesar das eventuais divergências políticas que tenhamos.

Descanse em paz, amigo Expedito!

O Sr. José Lins — Permite V. Exª um aparte?

O SR. MARTINS FILHO — Com muito prazer, nobre Senador José Lins.

O Sr. José Lins — Nobre Senador Martins Filho, não conheço mas lamento profundamente esse caso do Rio Grande do Norte.

Só não o foi para o Sr. Governador, posto que avisado de véspera, posto que procurado pela vítima que lhe solicitara pessoalmente garantias de vida.

Talvez tenha o Sr. Governador respondido, como a mim: "Traga-me um fato concreto, Prefeito Expedito".

Tem, hoje, o Governador em suas mãos um fato concreto.

Expedito Alves, com seus cinquenta e nove anos, já aposentado, servia, pela terceira vez a cidade de Angicos, como prefeito, sempre através do mandato popular.

Ali vive seu pai — Manuel Alves Filho e viveu sua mãe Maria Fernandes Alves. Ali, com a sua esposa, Francisca das Chagas Freitas Alves, criava seus cinco filhos.

Com uma vida de dedicação e serviço granjeara a estima de todos os seus concidadãos e assim, sempre que se candidatava a qualquer cargo, elegia-se sem dúvida.

Era liderança autêntica, de base, sem ser imposta por conchavos ou por dinheiro.

Prefeito três vezes, talvez viesse a ser outras tantas se não fosse o balaço na nuca, atirado à traição que lhe ceifou prematuramente a vida.

Expedito elegera-se outra vez em novembro passado para a primeira magistratura de seu Município.

Estando na legenda de oposição sofreu, à época eleitoral, todo o impacto do terror desencadeado pela máquina oficial do Estado contra quem não lhe obedecesse.

Passada a refrega eleitoral, esperava o restabelecimento da conciliação no Estado, todos trabalhando, sem discriminação partidária, pois o nosso povo está angustiado, flagelado, necessitando, urgente de toda ajuda que se lhe possa dar.

O clima, todavia, continuou tenso.

Em nossa minoridade cívica transformamos divergência política em ódio jurado, disputa partidária, em guerra de vida ou morte; vitória eleitoral, em conquista física e pessoal do bem público.

O SR. MARTINS FILHO — Eu conheço!

O Sr. José Lins — V. Exª certamente o conhece, é claro. Por isso, com V. Exª, lamento a morte do Sr. Expedito Alves. Quero, aliás, denunciar, nobre Senador Martins Filho, aproveitando esta oportunidade, o clima de violência que se instala no País. É a invasão de supermercados, organizada, como reconhecem os próprios governos da oposição...

O SR. MARTINS FILHO — É a fome, nobre Senador José Lins!

O Sr. José Lins — V. Exª certamente não vai querer culpar somente a fome por tudo isso. Não acredito que este exemplo do Rio Grande do Norte, tenha como causa a fome. Refiro-me, além do mais, à insegurança individual. Os cidadãos já não podem andar pelas ruas sem que sejam molestados. O banditismo volta a reinar, quase impune principalmente no interior, e ressurgem os antigos pistoleiros, numa desabrida corrida para o assassinato. Lamento o caso do Rio Grande do Norte e aproveito esta oportunidade para denunciar como V. Exª a violência, e para solicitar das autoridades estaduais as medidas cabíveis para coibir este estado de coisas.

O SR. MARTINS FILHO — Agradeço, nobre Senador José Lins, o aparte de V. Exª que comunga, como eu, da apreensão e do desespero que grassa em todos os lares. Há, realmente, um clima de insegurança neste País; há um clima propício à concretização de crimes bárbaros como esse que se cometeu no meu Estado, mais precisamente na Cidade de Angicos. Poderá dizer o Governador: foi adversário. Sim, foi um adversário, mas o Poder Público tem o dever de dar garantia de vida a todos os cidadãos. O Governador do Rio Grande do Norte não é governador somente dos que pertencemos ao PDS; o Governador do Rio Grande do Norte também é governador de todos aqueles que discordam da sua ação política, nobre Senador José Lins.

Descanse em paz, amigo Expedito!

Oxalá seu sacrifício desperte as consciências dos que têm a responsabilidade funcional de restaurar a paz em nossa terra.

Sabemos o quão pacífico era você. O horror que tinha a armas, a violência de qualquer espécie. Um crente na concórdia.

Deus o receba e o honre no oriente eterno pelos merecimentos que você granjeou neste mundo.

Se o seu sacrifício concorrer para nós redimir da selvageria política que ainda macula nosso Estado, ele não terá sido em vão, nem inútil a dor de sua esposa, de seus filhos, de seu pai, e de todos os seus irmãos e amigos.

O Sr. Humberto Lucena — Permite V. Exª um aparte?

O SR. MARTINS FILHO — Pois não. Ouço o aparte de V. Exª, nobre Senador Humberto Lucena.

O Sr. Humberto Lucena — Nobre Senador Martins Filho, solidarizo-me com V. Exª que, cheio de pesar, ocupa a tribuna do Senado para comunicar a morte do Prefeito Expedito Alves, sem dúvida alguma uma figura proeminente da política potiguar. Quero, no instante em que V. Exª nos dá essa triste notícia, que bem revela como ainda andamos distante, no Nordeste, de um melhor desenvolvimento político, trazer a V. Exª, extensivamente a toda a família, a começar pelo ex-Governador Aloysio Alves, o meu abraço de pésames e o da minha bancada, por este desaparecimento, na expectativa de que o Sr. Governador do Estado, como bem reivindicou V. Exª, determine a apuração rigorosa desse brutal assassinato, e faça com que os seus autores sejam punidos exemplarmente, de acordo com a lei. Esses aliás, é um dever precípua de S. Exª, para restabelecer a tranqüilidade na sociedade local.

O SR. MARTINS FILHO — Agradeço a V. Exª, nobre Senador Humberto Lucena, as palavras de solidariedade.

Encerro o meu pronunciamento, solicitando a esta Casa que seja criada uma comissão interpartidária, que seja designada pela Presidência uma comissão interpartidária para constatar as minhas palavras, para saber se há ou não violência no meu Estado, para constatar as denúncias que constantemente trago à tribuna desta Casa, e que não são ouvidas, como esquecidos têm sido todos os meus apelos, no sentido de levar ao meu Estado a paz e a concórdia.

Muito obrigado. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (PDS — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

A instalação no dia 28 de agosto passado, em Boquim, de uma Agência do Banco do Nordeste — BNB — a 15ª unidade operadora do Banco no Estado de Sergipe, deverá atender às necessidades de financiamento, crédito e assistência financeira, em geral, de uma área de 690 quilômetros quadrados com população superior a 50 mil habitantes, abrangendo além de Boquim, os municípios de Arauá, Pedrinhas e Salgado.

O Presidente do BNB/SA, Camilo Calazans acentuou na solenidade de inauguração, que aquela agência representava o cumprimento de uma promessa que fizera no ano passado, por ocasião de sua visita feita à festa da laranja, e prometeu que voltará a Boquim, no ano vindouro, para inaugurar o Edifício-Sede do BNB nesse próspero município sergipano, cujo Prefeito, Horácio Fernandes Fontes, ao agradecer ao Presidente Camilo Calazans, assegurou ser a nova agência um valioso elo de ligação entre a comunidade, os produtores rurais e o Banco do Nordeste.

Convém lembrar, nos limites deste breve registro, que Boquim é o município pioneiro da citricultura sergipana, com mais de 8 mil hectares cultivados, podendo ser considerado, atualmente, como o maior produtor de laranjas do Norte-Nordeste do País, destacando-se ainda as culturas de maracujá e mandioca.

Associo-me, por conseguinte, ao júbilo dos agricultores de Boquim, em face do atendimento de uma das suas maiores aspirações, com o operoso Prefeito Horácio Fernandes Fontes, satisfeito, pelos benefícios que o Banco trará para o seu próspero município. Não poderia deixar de mencionar também, neste momento, o nome do Deputado José Cleonancio da Fonseca. Aliás, esclareço que, há 3 anos atendendo a pedido do Deputado José Cleonancio da Fonseca, tive a satisfação de transmitir ao Presidente Camilo Calazans, a reivindicação relativa a instalação daquela agência.

Aproveitando o ensejo de sua viagem a Sergipe, o Presidente Camilo Calazans assinou, em Aracaju, no dia 27 de agosto com o Governador João Alves Filho, diversos atos em benefício do Estado compreendendo financiamentos diversos da ordem de Cr\$ 7,6 bilhões, sendo Cr\$ 5,6 bilhões, visando a construção de rodovias estaduais ligando diversos municípios e para obras da Adutora do Agreste que irá abastecer de água várias cidades do interior e 2 bilhões para financiamento, que irá estimular a produção de hortaliças no Estado.

Assinou também, um convênio de assistência financeira no valor de Cr\$ 10 bilhões, beneficiando a União Sergipana de Assistência, com Cr\$ 2 milhões, para ajuda dos flagelados da seca no Estado: o Asilo Rio Branco, com 3 milhões para ampliar suas atividades de amparo à velhice; a Universidade Federal de Sergipe, com Cr\$ 2,5 milhões para o projeto de desenvolvimento e apoio das manifestações culturais, e o Centro de Apoio à Pequena

e Média Empresas, também com Cr\$ 2,5 milhões, para o programa de Bolsa de Negócios.

Congratulo-me com o Governador João Alves Filho pela substancial cooperação que o Banco do Nordeste vem proporcionando, comprovada pelo volume das suas aplicações no Estado, as quais, em julho de 1983 atingiram o total de Cr\$ 42.339 milhões e, finalizando, felicito o Presidente Camilo Calazans pela recente inauguração da Agência do BNB em Boquim, assim como pelo permanente apoio, no concernente, aos interesses de Sergipe. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Senador Henrique Santillo.

O SR. HENRIQUE SANTILLO PRONUNCIANDO O SEGUINTE DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Não há quorum para deliberação.

Em consequência ficam adiados para a próxima sessão os Projetos de Lei da Câmara nºs. 79/81; 51/83; 150/82; os Projetos de Resolução nºs 98 e 102/83; o Requerimento nº 758/83; e o Projeto de Lei do Senado nº 21/83, pendente de votação do Requerimento nº 775/83.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Senador Aderbal Jurema, por inversão com o nobre Senador Almir Pinto.

O SR. ADERBAL JUREMA (PDS — PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Venho hoje a esta tribuna para destacar a entrevista concedida pelo Governador do meu Estado, Professor Roberto Magalhães, ao caderno especial do *Jornal do Brasil* de ontem, onde S. Exª diz que:

NO NORDESTE SE VIVE A CRISE CRÔNICA DA POBREZA ABSOLUTA

Advogado e professor de 50 anos, Roberto Magalhães parou de fumar em plena campanha para o Governo de Pernambuco. Perdeu o vício, bateu o peso-pesado Marcos Freire, do PMDB, e surge agora como um dos principais articuladores da campanha de sensibilização do país para a problemática nordestina, que, resumida, significa pobreza absoluta.

Este é o primeiro parágrafo dos redatores do *Jornal do Brasil*, que encimam a entrevista do Governador de Pernambuco. Governador que vem se notabilizando pela fidelidade com que interpreta o programa do nosso partido, o PDS. Lá no meu Estado, ainda hoje, tive ocasião de dizer, na reunião dos Presidentes dos Diretórios Regionais do PDS, que aqui em Brasília há um entendimento completo entre as bancadas estaduais, federais e o Executivo pernambucano. S. Exª procurou o Partido para que o Presidente do Partido e o Secretário-Geral passassem a participar normalmente das reuniões do secretariado. Ao mesmo tempo, em quaisquer assuntos de nível nacional não deixa ele de procurar os seus Senadores, Nilo Coelho, Marco Maciel e o orador que vos fala, para que, de comum acordo com a bancada federal, possa ele, nos seus pleitos junto ao Executivo Nacional, dizer que não fala em seu nome, e sim dos pernambucanos que o elegeram e das representações políticas do seu Estado.

Por isso, Sr. Presidente, é que peço a transcrição nos Anais desta Casa dessa entrevista concedida ao *Jornal do*

Brasil, de ontem, onde dois problemas na complexidade nordestina avultam em meu Estado: as secas e o desemprego.

Nos 12 últimos meses, fecharam duas usinas de açúcar em Pernambuco: a Mussurepe e a Cerro Azul, que era de uma cooperativa de pequenos produtores. Até agora, quem está arcando com o ônus é o Estado, pois estamos enviando um caminhão de gêneros alimentícios por semana para os desempregados da Mussurepe. E eu não acho justo. Estamos dialogando com o IAA (Instituto do Açúcar e do Alcool), pois a empresa estava sob a supervisão de um órgão federal e a emergência não cabe, então, ao Estado.

No setor têxtil, eu não saberia dizer quantas empresas fecharam. Mas posso informar que as duas mais tradicionais fecharam. A Companhia de Tecidos Paulista já teve 5 mil empregados e fechou, este ano, com 1 mil 500. Uma das cenas mais tristes que já vi. A outra foi a Cotonifício da Torre. As duas eram dentro da Grande Recife.

O Sr. Luiz Viana — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ADERBAL JUREMA — Pois não, Senador Luiz Viana.

O Sr. Luiz Viana — Desejo congratular-me com V. Ex^a pela feliz iniciativa que está tendo de pedir a transcrição da entrevista do Governador Roberto Magalhães. E V. Ex^a sabe que minhas palavras são realmente revestidas de grande sinceridade, porque antes de saber que V. Ex^a teria a iniciativa eu tinha dito a V. Ex^a que gostaria ou que pensava ter essa iniciativa...

O SR. ADERBAL JUREMA — É a pura verdade.

O Sr. Luiz Viana — ... pela importância que dou a essa entrevista e pela qual eu acresceria que o Governador Roberto Magalhães fala não apenas pelo seu Estado, mas em muitos tópicos ele fala por todo o Nordeste, cuja problemática ele encarou com objetividade, com realismo e com muita propriedade, sugerindo várias iniciativas, inclusive em relação à SUDENE, que considero fundamentais para que possamos resolver o trágico, o dramático problema da seca. Mas, além da questão regional, o Governador Roberto Magalhães também se referiu ao problema da sucessão presidencial, e o fez justamente dizendo da necessidade de que cheguemos a um consenso, a um entendimento, a uma conciliação, num país que, diz ele com razão, que está realmente maduro, que está pronto, como jamais esteve tanto, para uma conciliação nacional. E diz S. Ex^a:

"A não ser que o Presidente indique um nome altamente capaz, que, ao ser eleito na convenção do PDS logo forme um consenso em torno dele, antes da eleição pelo colégio interpartidário."

S. Ex^a prevê que, salva essa hipótese, nós estaremos diante do imprevisível. E diz:

"Então, eu acho que tem que haver um consenso suprapartidário antes da indicação de um candidato ou a partir do candidato eleito na convenção do PDS. Mas tem que haver esse consenso."

V. Ex^a sabe, e o Senado sabe, que é o meu pensamento, um pensamento antigo, que eu acho inelutável nesse momento em que vemos cada dia mais se agravar a situação nacional.

O SR. ADERBAL JUREMA — Pensamento de V. Ex^a que, hoje, está — se transformando numa espécie de denominador comum dentro do nosso Partido.

Todos nós desejamos que o Presidente da República consiga, numa ampla consulta ao Partido e à sociedade

brasileira, trazer um nome que mereça não apenas a nossa confiança, mas, sobretudo, a confiança do sofrido povo desta Nação.

O aparte de V. Ex^a veio dar um relevo especial ao meu pedido de transcrição da entrevista do Governador Roberto Magalhães.

Quanto à SUDENE, a que V. Ex^a se referiu, ele a chama de "uma grande injustiçada" — Senador José Lins, ex-superintendente da SUDENE.

Diz Roberto Magalhães:

"A SUDENE é uma grande injustiçada. Dos incentivos fiscais que nós tínhamos na década de 60, nós hoje dispomos apenas de 23%. O resto equivale a 1 bilhão de dólares ao ano, ao câmbio oficial, e foi todo carreado para outras regiões. Apesar de tudo isso, a SUDENE não é só FINOR (Fundo de Investimentos do Nordeste). É também apoio técnico, investimento etc. Então, graças à SUDENE e ao êxito do processo de industrialização do Nordeste, nós estamos indo para a frente."

E, com a sua mensagem de otimismo, de que tanto nós precisamos, diz o Governador:

"Devagarinho, mas para a frente. E o que nos tiraram, nesses últimos 15 anos, não é brinquedo.

A crítica que se faz ao FINOR, como do resto a qualquer incentivo, é de que é concentrador de renda. Mas o principal é que esses incentivos têm sido canalizados para grandes investimentos, esquecendo-se a média e a pequena empresas, que são a que empregam e que formam o tecido industrial de qualquer país.

Eu não tenho a menor dúvida de que uma percentagem do FINOR — é claro que não tudo — deveria ser empregada para ajudar essas empresas. Seria uma parte de restauração do que foi perdido ao longo dos anos. Não que fosse virar um hospital de empresas, mas para ajudar as empresas e garantir empregos. Eu já fiz essa proposta, por escrito e assinada embaixo, à SEPLAN."

Foi isso, e eu testemunhei na última reunião da SUDENE, em Pernambuco, quando o Governador Roberto Magalhães encabeçou esta proposta que foi secundada por todos os Governadores presentes.

"Em relação à SUDENE, a Revolução de Março de 1964 foi madrastra. Em relação ao Nordeste, só a história, no futuro, poderá julgar. Agora, uma coisa é certa: o Nordeste nunca foi prioridade nacional, em Governo algum, nem no Governo Getúlio, nem no Dutra, nem no Juscelino. A grande missão é mobilizar o país, sensibilizar o país, para a problemática do Nordeste, ou seja, a sua pobreza absoluta."

Com essa franqueza desenrola-se toda a entrevista que o ainda jovem Governador de Pernambuco concedeu a um dos maiores órgãos da imprensa nacional. É por isso, Sr. Presidente, que eu peço a transcrição, na íntegra, desse depoimento corajoso, patriótico e sincero. (Muito bem! Palmas.)

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. ADERBAL JUREMA EM SEU DISCURSO:

Advogado e professor de 50 anos, Roberto Magalhães parou de fumar em plena campanha para o Governo de Pernambuco. Perdeu o vício, bateu o peso-pesado Marcos Freire, do PMDB, e surge agora como um dos principais articuladores da campanha de sensibilização do país para a problemática nordestina, que, resumida, significa pobreza absoluta.

De grande zebra das eleições de novembro de 1982 — sua imagem, durante toda a campanha, foi de "conservador extremado", num dos Estados mais politizados do

país — ele emerge com os outros oito Governadores nordestinos, todos do PDS, como entidades independentes e reivindicadoras, às vezes críticas, do Governo federal. Ele até aponta o "encabulamento" que o PDS herdou da antiga Arena, mas defende um caminho para a conciliação nacional: deve ser a via partidária, entre o PDS e os partidos de oposição.

Não chega a rasgos como os de Luiz Gonzaga da Mota e Wilson Braga, Governadores do Ceará e da Paraíba, que pregam as eleições diretas para a Presidência da República já em 1985, mas não vê hipótese de quem quer que seja chegar ao lugar do General Figueiredo sem passar por um amplo consenso suprapartidário.

Contudo, sua principal preocupação, de fato, é com a crise econômica brasileira. Até porque o pior prejudicado é o Nordeste, "que não tem mais água, não tem mais nada". Por isso, pede a Deus que o "pipoco não comece por Pernambuco" e adverte que, se a recessão perdurar, o "pipoco" poderá começar por lá, pelo Ceará ou por São Paulo. "Pipoco", no linguajar pernambucano, significa convulsão social.

A entrevista, cujos trechos principais publicamos a seguir, foi dada a Ricardo Noblat, Eliane Catanhede e José Negreiros, respectivamente chefe de reportagem e repórteres da Sucursal do *Jornal do Brasil* em Brasília.

O Nordeste não vive uma crise: vive um conjunto de crises. Temos a crise econômico-financeira, mas há outras anteriores, subjacentes, e outras mais recentes. Em termos de Nordeste, vivemos a crise crônica da pobreza absoluta. Assim, nos ressentimos muito mais de uma crise conjuntural de nível nacional.

E, dentro do Nordeste, Pernambuco é um Estado que tem perdido posição relativa ao longo do tempo, desde a República. No momento, temos dificuldades conjunturais na indústria têxtil, dificuldades estruturais na agroindústria do açúcar e a seca atinge também a Zona Agreste do Sertão. Isto tudo, naturalmente, reflete no Grande Recife como uma série de problemas, acentuadamente o desemprego.

Pernambuco tem 89% de seu território dentro do Polígono das Secas. Os restantes 11%, a Zona da Mata e o litoral, concentram 75% de toda a produção do Estado. E o Grande Recife, com menos de 3% do território, representa 60% de toda a arrecadação. Pernambuco, portanto, é um Estado macrocéfalo em termos econômicos. Agora, em termos de seca isto não deixa de ser uma vantagem: a faixa que mais produz é a menos afetada e, assim, o impacto da seca é menor na situação econômica do Estado.

Nos 12 últimos meses, fecharam duas usinas de açúcar em Pernambuco: a Mussurepe e a Cerro Azul, que era de uma cooperativa de pequenos produtores. Até agora, quem está arcando com o ônus é o Estado, pois estamos enviando um caminhão de gêneros alimentícios por semana para os desempregados da Mussurepe. E eu não acho justo. Estamos dialogando com o IAA (Instituto do Açúcar e do Alcool), pois a empresa estava sob a supervisão de um órgão federal e a emergência não cabe, então, ao Estado.

No setor têxtil, eu não saberia dizer quantas empresas fecharam. Mas posso informar que as duas mais tradicionais, fecharam. A Companhia de Tecidos Paulista já teve 5 mil empregados e fechou, este ano, com 1 mil 500. Uma das cenas mais tristes que já vi. A outra foi a Cotonifício da Torre. As duas eram dentro da Grande Recife.

Segundo o IBGE, o desemprego aberto estava em 8,9%, em junho, em todo o Estado. Mas esse dado não representa muito. O que pesa de fato é o subemprego, e não tenho números sobre isso. Se vocês querem saber da nossa pobreza, eu tenho outros clamorosos dados: o Nordeste tem 30% da população brasileira e participa com 12,13% da renda nacional. Nós temos metade de todos os analfabetos do Brasil e 50% de nossa força de trabalho recebem até um salário mínimo. Não tenho números exatos sobre mortalidade infantil, mas tenho certeza

de que, quaisquer que sejam eles, estarão muito agravados agora, com a seca.

As três causas

As causas da situação de pobreza do Nordeste não cabem numa entrevista. Seria preciso um verdadeiro tratado. Agora, por alto, há pelo menos três causas. A mais óbvia é o clima. Outra, é o próprio desenvolvimento histórico da economia brasileira, que privilegiou o Centro-Sul, com mão-de-obra qualificada de imigrantes europeus e o surgimento mais cedo da industrialização. A partir daí, surge uma outra causa posterior: o distanciamento de uma região da outra. Pelo fato de uma ser o pólo mais desenvolvido, já começa a atrair os novos investimentos, já começa a praticar políticas de consolidação da hegemonia, etc."

A grande injustiçada

A SUDENE é uma grande injustiçada. Dos incentivos fiscais que nós tínhamos na década de 60, nós hoje dispomos apenas de 23%. O resto equivale a 1 bilhão de dólares ao ano, ao câmbio oficial, e foi todo carreado para outras regiões. Apesar de tudo isso, a SUDENE não é só FINOR (Fundo de Investimentos do Nordeste). É também apoio técnico, investimento etc. Então, graças à SUDENE e ao êxito do processo de industrialização do Nordeste, nós estamos indo para a frente. Devagarinho, mas para a frente. E o que nos tiraram, nesses últimos 15 anos, não é brinquedo.

A crítica que se faz ao FINOR, como de resto a qualquer incentivo, é de que é concentrador de renda. Mas o principal é que esses incentivos têm sido canalizados para grandes investimentos, esquecendo-se a média e a pequena empresas, que são a que empregam e que formam o tecido industrial de qualquer país.

Eu não tenho a menor dúvida de que uma percentagem do FINOR — é claro que não tudo — deveria ser empregada para ajudar essas empresas. Seria uma parte de restauração do que foi perdido ao longo dos anos. Não que fosse virar um hospital de empresas, mas para ajudar as empresas e garantir empregos. Eu já fiz essa proposta, por escrito e assinada embaixo, à SEPLAN.

Em relação à Sudene, a Revolução de Março de 1964 foi madrastra. Em relação ao Nordeste, só a história, no futuro, poderá julgar. Agora, uma coisa é certa: o Nordeste nunca foi prioridade nacional, em Governo algum, nem no Governo Getúlio, nem no Dutra, nem no Juscelino. A grande missão é mobilizar o país, sensibilizar o país, para a problemática do Nordeste, ou seja, a sua pobreza absoluta.

A ameaça da fome

Tenho profundo respeito pelo nutricionista Nelson Chaves, a quem conheci pessoalmente, mas discordo de sua tese de que estamos criando uma sub-raça no Nordeste. Acho pessimista demais. É verdade que há bolsões agudos, onde o homem se atrofiou, mas o nordestino médio não se atrofiou. Basta ver que na década de 40, quando a gente ia ver jogo de futebol no Nordeste contra o Sul, fazia pena. Os nossos eram amarelinhos, franzinos. Hoje, não. Se você for à Praia da Boa Viagem, em Recife, vai ver gente tão saudável quanto em Copacabana.

O Nordeste não andou para trás, não; andou para frente. Mas é verdade que eu não consigo mais jantar direito. Quando estou comendo a sobremesa, lá vem a televisão mostrando gente comendo rato, calango. Eu ainda não tive informação de que os pernambucanos também estejam comendo esses bichos, mas se acontece no Ceará, ali do lado, já deve estar acontecendo também em Pernambuco.

Eu soube que uns ecologistas andam aí reclamando que estão acabando com os calangos. Meu Deus do céu.

Isso deve ser piada. Então, vamos acabar com o homem para não acabar com o calango? O Nordeste tem uma boa infra-estrutura. Tem estradas por toda a parte, tem telefone, tem televisão. Mas só investimentos e infra-estrutura não bastam. Precisamos cuidar do homem. Outra coisa: infra-estrutura não pode ser às cegas. O Governo não pode investir uma fábula em irrigação, que é cara e boa para o semi-árido, sem saber quem vai se beneficiar dela. Senão você faz investimento enorme com o dinheiro do povo, só para beneficiar meia dúzia.

Controle da natalidade

Controle da natalidade é uma expressão muito ampla. Há várias alternativas para se tentar diminuir as taxas de expansão demográfica. Há métodos ortodoxos que considero violentadores da dignidade humana, como a esterilização, e há o meio termo, que é a massificação de artefatos, medicamentos e drogas que venham a conter a natalidade. Mas há uma terceira alternativa, que eu aprovo e que nem a Igreja se manifesta contra que é a do planejamento familiar.

O que me parece profundamente injusto é que continue permitindo que as famílias mais pobres, por ignorância, continuem sendo mais numerosas. Se fosse por opção, muito bem; mas todos sabemos que não é. Onde o semi-árido for irrigável, não deve haver limitação demográfica. Onde não for possível a irrigação, temos que nos conformar com a aridez do clima, adaptar as plantações e o reflorestamento.

Neste caso, deverá haver uma política de rarefação demográfica. Não precisará, necessariamente, ser através da pilula anticoncepcional. Mas da mera transferência de famílias, ou da indução ao êxodo, não para o litoral, mas para outras áreas do interior, até do próprio semi-árido, desde que irrigado.

Recessão e Soberania

Não podemos conviver eternamente com a recessão. Não tenho a menor dúvida de que a recessão leva à convulsão social. Só não sei quem explode primeiro: Ceará, Pernambuco ou São Paulo. Em termos de acordo Brasil-Fundo Monetário Internacional, temos que dividir o tempo em dois: antes e depois do discurso do Presidente Figueiredo, ao reassumir o governo.

A soberania é o conceito básico para discutirmos nossas negociações à nível externo. Quaisquer que sejam essas negociações, jamais poderão comprometer a soberania do Brasil. Há questões internas que dizem diretamente respeito ao bem-estar do povo e que nós não podemos transferir a nenhuma potência estrangeira, muito menos permitir interferência. O que o Presidente Figueiredo quis dizer foi nisso, eu acho: as negociações devem ser mais políticas do que um mero acerto de contas entre devedor e credor. Eu entendi o discurso assim.

Como ex-professor de Direito Falimentar, eu sei que o instituto da moratória é eminentemente bilateral, em sua origem histórica. Sempre se faz através de acordos. Aqui no Brasil, ela é unilateral, mas em função de ter-se tornado judicial. Quer dizer: a vontade do credor é substituída pela vontade do Estado, na pessoa do Juiz. Mais permanecem duas vontades: a do Estado e a do devedor.

A moratória unilateral formalizada eu nem conheço. Acho até estranho falar nisso. O que acho normal é aquilo que estava tantos anos em desuso e que o documento dos empresários ressuscitou: a palavra "reescalonamento".

Isto significa prazos mais amplos e juros mais compatíveis com a nossa capacidade de pagamento. É a saída, não há outra. Se ficarmos de jumbo em jumbo, para rolar a dívida, levando o povo a sacrifícios enormes, vai dar "pipoco". Eu peço a Deus que não comece por Pernambuco, que já está muito sofrido, sem água, sem nada.

Hora da Conciliação

O país nunca esteve tão maduro para uma ampla negociação, uma conciliação nacional. O próprio Presidente já falou em "consenso" e "concordia". Um dos caminhos — talvez o mais adequado nesse momento — seja o das conversações a nível partidário. O PDS herdou um pouco aquele encabulamento da antiga ARENA e eu acho que os partidos têm que ser organismos atuantes, até porque lhes cabe cobrir certas áreas que não são do Governo.

Nós, Governadores, estamos fazendo a nossa parte, estamos ocupando o nosso espaço, mas não podemos ocupar o dos outros. Eu defendo um candidato de consenso à Presidência da República. Mas se partirmos logo do pressuposto de que ele deva ser deste ou daquele partido, já começamos a complicar a negociação. O processo da negociação é lento e necessariamente vence etapas.

Se o PDS disser: "Vamos conversar, mas, olha, o candidato tem que ser do PDS", o PMDB não terá condições de sentar na mesa, pois já estaria capitulando antes de sentar. Mas o PDS deve dizer: "Vamos conversar sobre o que é mais urgente. É a crise econômica? Então vamos conversar sobre isso", já será uma primeira etapa para discutir problemas que interessam a toda a população brasileira.

Depois, a questão tributária e, de etapa em etapa, poderemos chegar a um programa mínimo para um governo de transição. Não de dois anos, mas por que não de quatro?

Depois, virá naturalmente o nome do candidato. E há tempo para isso, porque a eleição ainda está muito longe. Dá tempo até para replantar o Império.

Eu também não concordo em que o Deputado Paulo Maluf seja um fator complicador. Acho, ao contrário, que ele ajuda o consenso. Ele está ativando o processo e nós vamos nos preparando para as fórmulas alternativas a uma mera decisão partidária. Se não fosse ele, estaria todo mundo parado, esperando passivamente que as coisas acontecessem. Ele está fazendo as coisas acontecerem.

Sucessão presidencial

Na minha opinião, o Colégio Eleitoral que vai escolher o candidato partidário à Presidência da República tem uma bitola muito estreita para o trem da abertura. Vai descarrilhar. A não ser que o Presidente indique um nome altamente capaz, que, ao ser eleito na convenção do PDS, logo forme um consenso em torno dele, antes da eleição pelo colégio interpartidário. Então, eu acho que tem que haver um consenso suprapartidário antes da indicação de um candidato ou a partir do candidato eleito na convenção do PDS. Mas tem que haver esse consenso.

A terceira opção é a eleição direta. O candidato do PDS tem que ter capacidade, aliás, de se fortalecer junto aos outros partidos, mas também junto aos segmentos da sociedade. Um homem que não tenha credibilidade junto aos segmentos da sociedade civil, não sei como chegaria lá. Eu sou francamente favorável, hoje, ao consenso, para o eleito não chegar muito fraco, muito questionado, quanto à legitimidade, à Presidência.

Eleições diretas

Eu sei que as eleições diretas virão, inexoravelmente. A não ser que o processo seja interrompido. Nem precisamos fazer pesquisa para saber que população é as quer. O que acontece é que o projeto de abertura foi concebido para ser lento, gradual e seguro, e as etapas vêm sendo rigorosamente seguidas. Será que valerá a pena subverter esse cronograma com as eleições diretas já?

Eu acho que um candidato indireto, com legitimidade, será bom para esse período de transição, para o coroamento do processo de abertura depois de quatro anos, já

com as eleições diretas e uma nova Constituição. Eu não temo o retrocesso. Aqueles que poderiam levá-lo adiante são justamente os que não o querem: o que eu temo é o impasse, uma situação sem saída, que tanto pode ser o "pipoco" como também a dificuldade na formulação de soluções.

Agora, é evidente que, em tese, um candidato saído das eleições diretas não é um candidato saído das eleições indiretas. O das diretas tem que provar competência logo na saída, dentro do partido, depois tem que ir para a praça pública. Tem que provar sua capacidade intelectual, de convencimento e, o que é o principal, tem que assumir compromissos que depois lhe serão cobrados.

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Senador Jorge Kalume.

O SR. JORGE KALUME (PDS — SC. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

A Amazônia acaba de ser brindada com o primeiro navio-hospital, batizado com o nome do cientista "Oswaldo Cruz". Materializa-se assim um programa idealizado pelo Senhor Ministro Maximiano da Fonseca, que nos revelou a iniciativa ainda em 1979, quando, atendendo a seu convite, percorremos as instalações da Marinha nos Estados do Pará, Amazonas e Território do Amapá. Nessa nova vilegiatura, pudemos observar mais cuidadosamente o trabalho que realiza a Marinha de Guerra nos rios amazônicos, com seus navios-patrolha pertencentes à Flotilha do Amazonas e em especial nos campos médico e odontológico, não obstante a impropriedade dessas belonaves para esse tipo de atendimento.

Contudo, graças à boa vontade do Ministério da Marinha, esses navios atendem, mesmo além das suas condições, como o próprio espaço físico, as populações ribeirinhas. Agora, incorporando um navio apropriado para assistência hospitalar, como sói ser o "Oswaldo Cruz", o Brasil, através de sua Marinha de Guerra, vai ao encontro dos anseios de uma população esparsa pelos rios amazônicos e carentes desse tipo de assistência.

Para melhor ilustrar este meu registro leio a notícia constante da revista *No Mar*, de julho de 1983, sob o nº 481:

AMRJ LANÇA AO MAR PRIMEIRO NAVIO DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR

Em cerimônia presidida pelo Ministro da Marinha, Almirante-de-Esquadra Maximiano Eduardo da Silva Fonseca, o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (AMRJ) lançou ao mar no dia 11 de julho, às 15:30 horas, o primeiro Navio de Assistência Hospitalar do Brasil, o "Oswaldo Cruz".

O NAsH "Oswaldo Cruz", que teve como madrinha a Srª Deusina Pinheiro Arcoverde, esposa do Ministro da Saúde, Waldyr Mendes Arcoverde.

Foi inteiramente construído no AMRJ para o Ministério da Saúde, mediante financiamento da Superintendência Nacional da Marinha Mercante (SUNAMAM), e será guarnecido com tripulação da Marinha do Brasil.

O "Oswaldo Cruz" tem como finalidade precípua dinamizar a Assistência Médico-Odontológica às populações ribeirinhas da Amazônia, atualmente prestada pelos navios da Flotilha do Amazonas.

De concepção totalmente nacional, baseada nos navios-patrolha fluvial da classe "Roraima", o NAsH "Oswaldo Cruz" está adequadamente equipado, inclusive com helicóptero e tem as seguintes características principais: comprimento total — 47,18 m; comprimento entre perpendiculares — 45,00 m; boca moldada — 8,45 m; pontal ao lado — 2,90 m; calado máximo — 1,75 m; deslocamento carregado — 500 t.; e velocidade — 9 nós.

Outro navio da mesma classe, o NAsH "Carlos Chagas" — já em adiantada fase de construção também no AMRJ — será brevemente lançado ao mar.

Esses melhoramentos, pelo seu ineditismo em favor de uma população necessitada, merece um registro especial acompanhado dos aplausos de todos nós amazônidas, que em todas as oportunidades temos procurado minorar as difíceis condições de vida daquela gente, não só incentivando iniciativas como esta do Ministério da Marinha, como também através de ação própria.

Temos, ao longo da nossa trajetória nesta Casa, apresentado projetos que representam passos importantes nesse sentido, como o que preconiza a criação de uma Secretaria Especial para Assuntos da Amazônia (SEARA) e aquele que determina a aplicação naquela área do Imposto de Renda ali arrecadado.

Projetos como os nossos não irão, obviamente, resolver os problemas como num passe de mágica, mas, após algum tempo, estou certo, alcançarão esse *desideratum*.

Acreditamos que o desenvolvimento da área só será alcançado pelo esforço conjugado das autoridades e do povo brasileiro. A Marinha, através da instalação desse navio-hospital, dá sua valiosa contribuição para a saúde do nosso povo. Por esse ato de patriotismo, nós, como representantes do povo acreano, imensamente beneficiado pela iniciativa, manifestamos o nosso agradecimento ao Ministro Maximiano da Fonseca, lembrando que seu gesto está concatenado com a ação de outros órgãos do Governo, como os Ministérios do Exército e da Aeronáutica, que não têm faltado à Amazônia em sua arrancada para o progresso.

Sr. Presidente, paralelamente ao assunto que acabo de tratar, gostaria de inserir nos anais desta Casa, o ofício, datado de 8 de setembro, que enderecei ao General Oziel de Almeida, Presidente do Conselho Nacional do Petróleo, sobre a situação difícil que o meu Estado está atravessando:

Brasília, 8 de setembro de 1983

Ilmº Sr.
General Oziel Almeida Costa
MD. Superintendente do
Conselho Nacional do Petróleo
Brasília — DF

Senhor Superintendente:

Estou sendo informado que a Capital, acreana encontra-se em situação difícil face à precariedade do abastecimento de diesel, gasolina e gás, insuficiente para atender suas necessidades, trazendo em consequência transtornos à população em geral.

O fornecimento de energia elétrica está muito aquém de um natural racionamento, se assim estiverem as demais cidades brasileiras; praticamente inexistente gasolina para os veículos e em igual situação o gás para cozinha.

Sabendo da distância que nos separa dos centros abastecedores, tomo a liberdade de sugerir a Vossa Senhoria que, emergencialmente, autorize o suprimento desses combustíveis dos depósitos de Porto Velho e Manaus, transportando-os pela estrada através de carros-tanques, até que se efetive o transporte por via fluvial que nesta fase do ano é difícil.

Ante o estado de verdadeira calamidade, o desespero já começa a contagiar a pacata população.

Solicito a Vossa Senhoria o obséquio de mandar tomar providências para que a Capital acreana retorne à sua normalidade.

Agradeço-lhe a presteza, aproveito o ensejo para reiterar a Vossa Senhoria os meus protestos de elevada estima e consideração, — **Jorge Kalume**.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Moacyr Dalla) — Concedo a palavra ao nobre Senador Almir Pinto.

O SR. ALMIR PINTO PRONUNCIÁ DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

Mário Maia — Eunice Michiles — João Castelo — José Sarney — Alberto Silva — Virgílio Távora — Dinarte Mariz — Marcondes Gadelha — Aderbal Jurema — Luiz Cavalcante — Jutahy Magalhães — Lomanto Júnior — Roberto Saturnino — Saldanha Derzi — Enéas Faria — Octávio Cardoso.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Santillo) — De acordo com deliberação anterior do Plenário, ao aprovar o Requerimento nº 754, de 1983, de autoria do Sr. Senador Virgílio Távora e outros Srs. Senadores, o período destinado aos oradores do Expediente da sessão de amanhã, dia 13 de setembro, será destinado a homenagear o nobre Senador Dinarte Mariz pela passagem do seu 80º aniversário.

O SR. PRESIDENTE (Henrique Santillo) — Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a sessão, designando para o ordinária de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

1

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 1981 (nº 3.247/80, na Casa de origem), que dispõe sobre a obrigatoriedade de aplicação em projetos específicos dos créditos e financiamentos de organismos governamentais e daqueles provenientes de incentivos fiscais, tendo

PARECERES, sob nºs 585 a 587, de 1983, das Comissões:

- de **Constituição e Justiça**, favorável;
- de **Economia**, favorável, com emenda que apresenta de nº 1-CE; e
- de **Finanças**, contrário, com voto vencido do Senador José Fragelli e voto vencido, em separado, do Senador Pedro Simon.

2

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 51, de 1983 (nº 88/79, na Casa de origem), que revoga, com nova redação, o art. 278 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452 de 1º de maio de 1943, dispondo sobre a jornada de trabalho dos estivadores, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 552, de 1983, da Comissão

- de **Legislação Social**.

3

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 150 de 1983 (nº 3.826/80, na Casa de origem), que dá nova redação ao art. 461 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, tendo

PARECER, sob nº 627, de 1983, da Comissão

- de **Legislação Social**, favorável, com voto vencido, em separado, do Senador Gabriel Hermes.

4

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 98, de 1983 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 756, de 1983), que autoriza o Governo do Estado de Pernambuco a elevar em Cr\$ 84.206.720,00 (oitenta e quatro milhões, duzentos e seis mil, setecentos e vinte cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECER, sob nº 757, de 1983, da Comissão — de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade.

5

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 102, de 1982 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 783, de 1983), que autoriza a Prefeitura Municipal de Estância (SE) a elevar em Cr\$ 45.299.987,01 (quarenta e cinco milhões, duzentos e noventa e nove mil, novecentos e oitenta e sete cruzeiros e um centavo), o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 784 e 785, de 1983, das Comissões:

— de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e

— de Municípios, favorável.

6

Votação, em turno único, do Requerimento nº 758, de 1983, de autoria do Senhor Senador Lourival Baptista solicitando a transcrição, nos Anais do Senado, dos discursos proferidos pelo Vice-Presidente da República, Aureliano Chaves, e pelo Presidente João Baptista Figueiredo, quando da solenidade em que reassumiu o cargo, no dia 26 de agosto de 1983, no Palácio do Planalto.

7

Discussão, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 21, de 1983, de autoria do Senador Henrique Santillo, que dispõe sobre redução do preço do álcool para venda a proprietários de veículos de aluguel empregados no transporte individual de passageiros, mediante subsídios, nas condições que especifica, tendo

PARECER, sob nº 710, de 1983, da Comissão — de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade

(Dependendo da votação do requerimento nº 775, de 1983, de autoria do Senador Humberto Lucena, de adiamento da discussão para a sessão de 7 de outubro do corrente ano.)

O SR. PRESIDENTE (Henrique Santillo) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 30 minutos.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. MAURO BORGES NA SESSÃO DE 29-08-83 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. MAURO BORGES (PMDB — GO. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Vou discorrer sobre um tema muito atual na vida brasileira.

O curso seguido pela economia brasileira nas três últimas décadas, malgrado dois relevantes períodos de crise, tem se caracterizado por importantes mudanças qualitativas em sua estrutura produtiva e nos padrões de apropriação da renda. Implantou-se no país um departamento produtor de bens de consumo duráveis, na década de 50; assistiu-se recentemente a um crescimento substancial do setor produtivo estatal e à implantação parcial de setores produtores de bens intermediários e de produção; por outro lado as duas últimas décadas evidenciaram taxas de crescimento significativas do Produto Interno Bruto, acompanhadas no entanto por um processo de distribuição da renda crescentemente regressivo e perverso.

O período mencionado coincide, "grosso modo", com a elaboração de uma série de Planos, que objetivavam estabelecer diretrizes e estratégias para a economia, a médio e longo prazos: o Plano de Metas (1956-61), o Plano Trienal de Desenvolvimento (1963-65), o Plano de Ação Econômica do Governo — PAEG (1964-66), o I Plano Nacional de Desenvolvimento — I-PND (1972-74), o II-PND (1975-79) e o III-PND (1980-85).

A questão crucial que se coloca, face a estes acontecimentos, é a de saber se todas essas transformações ocorridas na sociedade brasileira se deram apesar ou por causa das propaladas intenções de planejamento econômico.

A premissa fundamental de que se deve partir para responder a esta pergunta é um fato óbvio do senso comum mas, paradoxalmente, esquecido por vários economistas e planejadores: o Brasil é uma formação social que, embora possua uma dinâmica que lhe é específica, faz parte de uma totalidade maior — o sistema capitalista mundial. A prática e a experiência concreta estão ensinando de maneira amarga à sociedade brasileira que os rumos de nossa economia são em grande parte determinados por fatores e circunstâncias que não lhe são endógenos. Em outras palavras, o movimento da economia brasileira sempre foi condicionado de uma forma ou de outra por suas relações de dependência face ao sistema capitalista mundial. Vale dizer, estas relações são de mútua dependência, o que indica que, embora o processo de desenvolvimento de nossa economia seja limitado, por determinações externas, sempre lhe sobra uma margem de manobra, grande em certas circunstâncias, ou extremamente exígua, como ocorre atualmente.

Os tópicos que se seguem procurarão analisar o processo recente de crescimento econômico brasileiro, e de suas inter-relações com as experiências de planejamento e de condução da política econômica, tendo sempre em mente o processo de desenvolvimento capitalista em escala mundial. Ênfase maior será dada aos problemas e percalços da política econômica na última década, restringindo-se a cobertura dos períodos anteriores aos aspectos de maior significação sobre a atualidade.

A Reestruturação da Economia Mundial no Pós-guerra e a Revolução "JK"

Os Padrões Inglês e Americano de Exportação de Capitais (*)

A década que se sucede ao fim da Segunda Guerra Mundial inaugura um novo padrão de desenvolvimento capitalista em escala mundial, com os Estados Unidos substituindo a Inglaterra como potência hegemônica mundial. Em que reside esta diferença de padrões?

A partir de finais do século XVIII e durante mais de um século, a Grã-Bretanha foi a potência líder do sistema capitalista mundial. Berço da Revolução Industrial, desenvolveu até meados do Século XIX uma estrutura produtiva integrada, contando com um parque produtor de bens de consumo e de produção, que lhe permitia gerar um fluxo de mercadorias em quantidade muito superior à demanda efetiva interna.

A solução natural para a manutenção do crescimento inglês foi, portanto, a exportação de mercadorias. De início (na primeira metade do Século XIX) exportavam-se bens de consumo: tecidos de algodão, chapéus, sapatos etc. A partir de 1843, no entanto, o desenvolvimento acelerado do departamento produtor de bens de capital inglês havia criado uma crise de superprodução de máquinas na Ilha. Foram derrubadas as barreiras legais que proibiam a exportação de máquinas e o mundo foi en-

xurrado de fábricas inteiras produzidas na Inglaterra. Para onde antes exportavam-se apenas tecidos, passava-se a exportar máquinas de fabricar tecidos, com capacidade de produzir uma série de bens que antes iam sozinho sem as fábricas. É em função destas condições especiais vigorantes na economia central da época que se dá o primeiro surto de substituição de importações no Brasil: as primeiras fábricas brasileiras eram do setor têxtil, compradas por brasileiros na Inglaterra com financiamento inglês.

Este padrão de exportação de capitais liderado pela Inglaterra possuía uma característica fundamental: as fábricas eram exportadas como meras mercadorias, ou seja, quem as comprava tornava-se proprietário de um capital produtivo potencialmente concorrente com o capital inglês. As bases da perda da hegemonia inglesa foram assim lançadas pelo seu próprio padrão de exportação de capitais.

Após a crise de 1929, a lenta recuperação da economia mundial foi possível graças aos gastos da economia americana e das principais economias européias com os preparativos e o esforço da guerra que se avizinhava. O Produto Interno Bruto dos Estados Unidos só volta a atingir o nível de 1929 em 1941.

O final da guerra trouxe a possibilidade da reativação do crescimento dos setores produtores de bens de consumo duráveis nos Estados Unidos, de início, e em seguida na Europa e Japão. Esta reativação, porém, dá-se em um cenário capitalista mundial inteiramente modificado pelo surgimento das empresas multinacionais.

A exportação de capitais das economias centrais para as periféricas, realizadas através da ação das multinacionais, tornou-se um processo radicalmente diferente do padrão inglês. A instalação de uma fábrica de automóveis em um país subdesenvolvido pode acontecer sem que a economia central perca o controle e a propriedade daquela fábrica e do produto de suas vendas futuras. Deste modo, como afirma Lauro Campos,

"O transplante do capital produtivo para as economias subdesenvolvidas e semi-integradas é o resultado do movimento necessário do capital cêntrico (...) Assim, para evitar (...) a abundância do capital produtor, (...), a economia norte-americana transplanta o capital produtivo que, se se instalasse lá, elevaria o nível das forças produtivas além daquele que o assalariamento pode valorizar e o consumo antagonico pode destruir." (*)

Ou seja, o estabelecimento de empresas multinacionais nos diversos países subdesenvolvidos é uma solução necessária para os problemas das economias industrializadas, pois, se toda a capacidade produtiva que é transplantada para os países do Terceiro Mundo permanecesse nas economias centrais, não haveria lá demanda suficiente para consumir os produtos gerados por estas fábricas, a preços compensadores.

Por outro lado, há três razões básicas para que a opção pelo transplante de fábricas para os países subdesenvolvidos tenha prevalecido em relação à possibilidade mais óbvia de se exportarem os próprios bens de consumo duráveis para esses países. Em primeiro lugar, face ao alto valor unitário dos bens de consumo duráveis, a capacidade para importar quantidades crescentes destas mercadorias por parte do Terceiro Mundo não existia, salvo em casos excepcionais. Em segundo lugar, o transplante de capital permitia utilizar mão-de-obra mais barata e, portanto, elevar os lucros das multinacionais. Finalmente, ao se internacionalizar a produção de bens de consumo duráveis, apenas uma certa fração do valor to-

(*) O argumento utilizado neste tópico acerca das transformações ocorridas nas relações econômicas internacionais e seus efeitos sobre as economias periféricas é largamente baseado nas idéias do Professor Lauro Campos.

(*) Campos, L., Uma Crise e Vários Diagnósticos: O Caos Brasileiro. UnB, Mimeo, 1982.

tal produzido (parte dos lucros, royalties, assistência técnica etc.) precisaria ser transformada em moeda forte, onerando proporcionalmente menos o Balanço de Pagamentos dos países periféricos e elastecendo as possibilidades de lucro das multinacionais.

O Plano de Metas do Presidente JK: uma Feliz Coincidência de Desejos

É neste contexto de expansão e concorrência das empresas multinacionais que se intenta, entre 1956 e 1961, fazer com que a economia brasileira cresça "50 anos em 5". O Plano de Metas era produto típico, em sua concepção teórica, do pensamento da CEPAL, que grande influência teve na condução da política econômica de diversos países latino-americanos.

O paradigma cepalino pode ser sintetizado em duas proposições fundamentais. A primeira delas é que o tipo de desenvolvimento capitalista ocorrido no mundo até meados do século XX estabeleceu uma divisão internacional do trabalho que aprofundava as desigualdades já existentes entre nações desenvolvidas e subdesenvolvidas; a estas últimas estaria reservado o papel de exportadoras de produtos primários e importadores de produtos manufaturados, com uma constante deterioração de seus termos de troca.

Esta primeira proposição, de ordem analítica, levaria à formulação da segunda, de caráter eminentemente prático. Propugnava-se que a única via capaz de eliminar as desigualdades econômicas entre nações seria promover deliberadamente a industrialização das nações subdesenvolvidas. Acreditava-se, então, que o mero processo de instalação de um parque industrial integrado seria capaz de, ao mesmo tempo em que elevava os níveis de renda per capita, eliminar a pobreza e as distorções sociais.

Este era o espírito básico que norteava a concepção do Plano de Metas. Juscelino Kubitschek afirmava repetidamente, em sua campanha eleitoral, que "o Brasil não era, em sua opinião, um país de produtos agrícolas por vocação hereditária e que, conseqüentemente, uma vigorosa política de industrialização, com vistas para o futuro, se fazia necessária". (*)

A estratégia utilizada para a implementação dos objetivos de industrialização estava centrada em uma divisão de funções bem delimitada entre Estado, capital estrangeiro e capital nacional.

Ao Estado caberia prover a infra-estrutura básica de apoio à instalação de um parque produtor de bens de consumo duráveis. Isto implicava em um conjunto de investimentos em transportes (basicamente em rodovias), energia hidroelétrica e comunicações. Ademais, deveria participar integral ou parcialmente na produção de insumos básicos, especialmente nos setores siderúrgico, de petróleo, de cimento etc.

O capital estrangeiro seria atraído, através de estímulos e incentivos, para instalar um parque produtor de bens de consumo duráveis. Optou-se por privilegiar a implantação de indústrias com alto poder germinativo", ou seja, que induzisse a produção de partes e peças. Deste modo, a indústria automobilística tornou-se o pólo nuclear deste padrão de industrialização oligopolizada. Ao capital nacional ficaria reservado, portanto, a manutenção de suas atividades tradicionais e a participação nas indústrias supridoras de partes e peças (material mecânico, eletroeletrônico, de transportes etc.).

É interessante observar que a opção política pela industrialização acelerada se faz quando o País atravessa uma crise seria de Balanço de Pagamentos, a ponto de se ter cogitado sobre a adoção de uma política estabilizadora de estilo recessivo, nos moldes do FMI. A viabilidade de se descartar esta alternativa recessionista só se concretizou

em função da aparente legitimidade conferida ao Poder Executivo pelo voto popular. O programa preconizado pelo Plano de Metas havia sido referendado simultaneamente à eleição presidencial e o Governo brasileiro pôde, então, refutar categoricamente a política concencionista.

A estratégia utilizada para a consecução do programa foi a adoção das linhas de menor resistência, em termos de financiamento. Lançou-se mão do endividamento externo e da emissão em larga escala, com vistas a financiar uma enorme gama de incentivos e estímulos à instalação de multinacionais e empresas nacionais (câmbio favorecido para importação de máquinas, energia subsidiada etc.), bem como um extenso conjunto de investimentos estatais na área de infra-estrutura, insumos básicos e na construção de Brasília.

Do ponto de vista quantitativo, as metas previstas no Plano foram, em sua maior parte, atingidas. Instalou-se a indústria automobilística e de material de transporte (o índice de "nacionalização" já beirava os 70%, em 1960).

O Sr. Itamar Franco — V. Exª me permite um aparte, Senador Mauro Borges?

O SR. MAURO BORGES — Com muito prazer, ouço o seu aparte.

O Sr. Itamar Franco — Lamento interromper V. Exª, mas não gostaria de deixar avançar, num ponto que acho fundamental de toda a sua fala, que consubstancia, hoje, o sentimento nacional: é quando V. Exª fala na legitimidade do poder. Veja, Senador Mauro Borges, ao que a Nação assiste hoje, quando ela precisa buscar, pelo menos no meu entendimento, um novo redirecionamento no seu modelo de desenvolvimento, quando ela precisa romper as exigências da comunidade internacional e, particularmente, com o Fundo Monetário Internacional. O que nós precisaríamos ter? O apoio do povo, a presença do povo, a participação popular, o conhecimento dos fatos que se passam. Não esse conhecimento a que V. Exª assistiu hoje aqui, a sonegação de documentos num setor só, que é o relacionamento Brasil—Polônia, mas a Nação precisa participar, precisa conhecer para poder vencer os obstáculos. Então, quando V. Exª fala na legitimidade do poder, nós não entendemos, Senador Mauro Borges, que este País não recorra às eleições diretas, que são um desejo, hoje, de todo o povo brasileiro. É através, então, das eleições diretas, influenciando no campo político, que nós por certo nortearíamos a ordem econômica e a ordem social, particularmente esta, com mais justiça social. Eu queria exatamente interromper, pedindo-lhe desculpas, mas acho que V. Exª pênça, neste instante, aquilo que é o anseio geral da Nação brasileira: a legitimidade do Poder.

O SR. MAURO BORGES — Exatamente, Senador Itamar Franco.

O Sr. Itamar Franco — E que o grande Presidente Juscelino Kubitschek soube dar.

O SR. MAURO BORGES — V. Exª caracterizou muito bem o sentido do que eu quero dizer.

Implantou-se a indústria de eletrodomésticos, ampliou-se a oferta de energia elétrica, multiplicou-se a quilometragem de estradas pavimentadas etc. Em suma, a estrutura produtiva brasileira foi radicalmente alterada.

Face aos resultados quantitativos obtidos, duas questões cruciais se colocam. Em primeiro lugar, vale perguntar se, diante do movimento do capitalismo em escala mundial descrito anteriormente, a implantação de um parque produtor de bens de consumo duráveis baseado fundamentalmente em propriedade estrangeira teria acontecido em função ou apesar dos estímulos concedidos pelo Governo brasileiro.

Já se havia demonstrado que o novo padrão de desenvolvimento capitalista mundial que se instaura no pós-guerra soluciona, dentro de certos limites, os paradoxos gerados pelo antigo padrão. O transplante de capital para as nações periféricas e a manutenção da propriedade e controle por parte das economias cêtricas é uma solução necessária para o incremento dos lucros e acumulação das economias industrializadas. Nesse sentido,

"Se este capital produtivo pode se instalar nas economias hospedeiras subdesenvolvidas a custo zero ou negativo graças aos estímulos, incentivos e doações que os tecnocratas transpatriotas articulam para melhor recepcionar o poderoso hóspede, tanto melhor para o capitalista da matriz". (*)

Por conseguinte, era do interesse (ao menos latente) da nova forma de organização empresarial que se gestou no pós-guerra o processo de desconcentração espacial de suas fábricas, ao mesmo tempo em que se mantinha a centralização de lucros na matriz; processo este que já havia sido iniciado em fins da década de 40 na Europa, com a "reconstrução econômica". Por outro lado, os objetivos de desenvolvimento econômico formulados pelo Plano de Metas confundiam-se, em sua maior parte, com a intenção de atrair investimentos estrangeiros. Feliz coincidência...

A segunda questão a ser levantada, refere-se à capacidade de o processo de industrialização acelerada eliminar as distorções sociais e regionais, além de guindar o País à posição de ação desenvolvida. Recorde-se que esta era a essência do receituário cepalino: industrialização enquanto meio de eliminação da pobreza e desigualdades sociais.

Ora, um exame retrospectivo dos indicadores sociais e econômicos demonstra sobejamente que uma transformação na estrutura produtiva é, por si só, incapaz de eliminar defeitos e distorções subjacentes à estrutura sócio-econômica da formação social brasileira.

De um lado, muito embora o produto per capita tenha crescido de maneira brutal no passado recente, multiplicaram-se as distorções em sua apropriação, tanto a nível pessoal quanto regional. Os índices de concentração da renda têm crescido de maneira sistemática nas três últimas décadas e os desequilíbrios regionais se acentuando.

Por outro lado, se o transplante de capital produtivo para a economia brasileira elimina um certo tipo de dependência econômica, acaba por recriá-la sob uma nova forma. Se já não se depende mais das economias centrais para a importação de bens de consumo, ainda impera uma dependência vital em relação à importação de bens de produção. Em outras palavras, a economia brasileira ainda permanece semi-integrada, carente de um departamento produtor de máquinas que produzem máquinas.

Finalmente, o processo súbito de industrialização ocorrido no último quinquênio dos anos cinquenta no Brasil não foi capaz de evitar uma crise econômica logo no início da década seguinte. Em certo sentido, a crise que se verificou no período 1962-67 é uma crise de adequação entre uma estrutura de produção importada e uma estrutura de consumo desprovida dos mecanismos necessários à dinamização de uma economia centrada na produção de bens de consumo duráveis. A natureza desta crise e seus reflexos sobre as estruturas políticas do País e as tentativas de planejamento econômico serão abordadas no próximo tópico.

A CRISE DOS ANOS SESSENTA E AS CONDIÇÕES DE SUA SUPERACÃO

Os Determinantes da Crise

Até o fim da década de 50, a grande maioria dos projetos industriais privados previstos no Plano de Metas já

(*) CAMPOS, L.

(*) Lafer, C., O Planejamento no Brasil — Observações sobre o Plano de Metas (1956-61); em Lafer, B.M. (Ed.), Planejamento no Brasil. São Paulo, Perspectiva, 1970, 29-50.

estava com sua fase de investimentos iniciais concluída. Após a fase de ajustamentos preliminares, o nível de emprego nas indústrias recém-implantadas já tinha atingido um patamar operacional mínimo, e a produção crescia, atendendo a uma demanda determinada por dois fatores: de início, uma parcela de "demanda reprimida", causada pelas dificuldades de importação de bens duráveis de consumo em períodos anteriores; em seguida, a capacidade de consumo gerada pelos investimentos de longa maturação do Governo (hidroelétricas, Brasília, corredores de transportes etc), os quais absorviam um enorme fluxo de mercadorias das indústrias recém-transplantadas e, em contrapartida, ou não geravam diretamente capacidade produtiva (como é o caso de Brasília), ou só a geravam muito tempo depois.

O início da década de 60 mostra um quadro inteiramente diverso. Até fins de 1961 a maior parte dos investimentos governamentais já estava concluída (infra-estrutura viária, energética, de comunicações e a construção de Brasília), acarretando assim uma sensível redução da demanda efetiva. O enorme incremento da capacidade produtiva da economia, ocorrido no quinquênio anterior se defronta de súbito com uma demanda insuficiente e inadequada para dinamizar a economia e gerar novos investimentos:

"A recessão do início da década de sessenta é a consequência do desajuste, da assimetria, da contradição entre a estrutura produtiva transplantada e o perfil da demanda nacional ainda não remodelada pela produção."(*)

Qual é a essência deste desajuste entre a estrutura produtiva transplantada e o perfil da demanda nacional?

Do lado da oferta, haviam sido implantados vários ramos de produção de bens de consumo duráveis, os quais possuíam uma alta dotação capital/trabalho e, por conseguinte, uma escala mínima e níveis de produtividade altíssimos. Havia, portanto, capacidade produtiva para inundar o mercado brasileiro com bens de luxo, de alto valor unitário, destinados essencialmente à parcela da população de alto poder aquisitivo.

Do lado da demanda, a nova classe empresarial e gerencial que se havia formado, somada à rarefeita classe média, tornava-se incapaz de dinamizar indústrias projetadas para mercados mais amplos. Ademais, inexistiam no Brasil mecanismos largamente utilizados nas economias centrais para viabilizar o elasticidade da demanda de bens de consumo duráveis, como o crédito ao consumidor.

A estrutura produtiva oligopolizada, implantada na base de um conjunto reduzido de gigantescas e concentradoras empresas estrangeiras, debatia-se com uma demanda inadequada por ser atomizada, pouco concentrada. Urgia, portanto, remodelar a estrutura de consumo da sociedade brasileira para torná-la compatível com a estrutura produtiva importada.

O Fracasso do Plano Trienal, a Solução Autoritária e o PAEG

A crise econômica se instaura concomitantemente à crise política. A renúncia do Presidente Jânio Quadros gera de início uma solução de compromisso — o Parlamentarismo — que é logo derrotada pelo plebiscito popular.

A volta ao presidencialismo traz consigo o ressurgimento do discurso populista, que havia sido arquivado praticamente por dez anos. Por outro lado, a crise impunha sobre a condução da política econômica o pesado ônus de lidar com um estrangulamento nas contas externas, uma inflação na faixa dos 50% (que, na época era um nível estratosférico) e um grave déficit orçamentário.

O conflito entre um esquema de sustentação política baseado no apoio da classe trabalhadora e a aparente necessidade de se promover uma política ortodoxa de estabilização se manifesta na elaboração do Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico (1963-65).

De um lado, o Plano definia, como objetivos básicos, a retomada do crescimento econômico a taxas próximas a 7% ao ano, ao mesmo tempo em que se deveria realizar um conjunto de reformas de base (educação, saúde pública, alterações radicais na estrutura fundiária) e uma política de rendas tendentes a reduzir os níveis de concentração. Por outro lado, pretendia-se conter o crescimento da inflação, do déficit do Balanço de Pagamentos e do déficit do Tesouro via elevação da carga fiscal, retirada de subsídios, atualização das tarifas das empresas públicas, desvalorização da moeda nacional e um processo de renegociação dos prazos de vencimentos da dívida externa.

A política antiinflacionária, no entanto, foi eleita como estratégia de curto-prazo a ser perseguida, já que se afirmava explicitamente ser a inflação a principal responsável pelas distorções na distribuição da renda e de desequilíbrios regionais. (*) Intentou-se manter, entre 1963 e 1965, uma política contencionista ortodoxa, refletindo, a nível de governo, uma aparente vitória da corrente monetarista. O Ministro San Thiago Dantas viaja aos EUA e consegue firmar um acordo com o governo americano e o FMI para um empréstimo de US\$ 380 milhões, a serem liberados após visita de inspeção dos técnicos do Fundo, em maio de 1963.

Entretanto, o acordo com o FMI e a opção recessiva tiveram vida curta. Do ponto de vista do capital industrial recém-instalado, à demanda descendente vieram-se somar intenções de elevações da carga fiscal, maior controle sobre remessa de lucros, aumentos de custos devidos à majoração das tarifas de serviços básicos e à elevação da taxa cambial. Tudo isto significava estreitamento de margens de lucro.

Do ponto de vista da classe trabalhadora, maior base de sustentação política do governo, havia uma resistência concreta a qualquer tentativa de transferência funcional da renda, em função da mobilização sindical na cidade e no campo, e uma intensa pressão política em favor da imediata implementação das reformas de base.

A opção do governo foi clara: abandonou-se o acordo com o FMI e passou-se a estimular um amplo debate em torno das reformas de base. Esta decisão valeu a ruptura do processo político, com a consequente instalação de um regime autoritário e centralizador.

Esta solução autoritária e concentradora de poder no plano político gerou uma enorme margem de manobra na condução do processo econômico. A quase total eliminação de quaisquer variáveis de ordem política que pudessem interferir com a elaboração, implementação e controle da política econômica deu novo alento aos tecnocratas, que propuseram o Plano de Ação Econômica do Governo — PAEG, com os seguintes objetivos globais:

- 1) aceleração do ritmo de desenvolvimento, com metas de crescimento na faixa dos 6% anuais;
- 2) combate gradual da inflação, que previa, para 1966, um índice de crescimento dos preços de apenas 10%;
- 3) expansão do emprego a um ritmo compatível com o incremento da população economicamente ativa e manutenção da participação da massa de salários no PIB;
- 4) realização de reformas administrativas, financeiras, tributárias e fiscais;
- 5) correção dos desequilíbrios regionais, através da concessão de incentivos à industrialização do Nordeste;

(*) — Presidência da República. Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social 1963-1965 (síntese). Departamento de Imprensa Nacional. Rio, 1962, pp. 17-18.

6) estímulo às exportações e política de atração do capital estrangeiro e correção da tendência a déficits no Balanço de Pagamentos.

O fundamental, no entanto, é analisar a estratégia de política econômica adotada pela equipe Campos-Bulhões, e a partir daí inferir os seus reais objetivos.

O diagnóstico inicial da equipe econômica do Governo Castello Branco era de que a economia brasileira se encontrava desordenada em função de uma inflação de demanda. Em outras palavras, supunha-se, mesmo com a existência flagrante de uma enorme capacidade ociosa em todos os ramos produtivos, que a demanda monetária em excesso estaria exercendo pressões sobre a estrutura produtiva, gerando elevações constantes no nível de preços e prejudicando expectativas de novos investimentos.

Portanto, e sob a justificativa de combate à inflação, tomou-se uma série de medidas na área salarial, monetária e fiscal.

Os salários da classe trabalhadora passaram a ser reajustados com base na média dos salários nominais dos dois anos anteriores ao reajuste, acrescida de um índice de produtividade fixado pelo governo. Esta medida, com a existência de inflação, embora declinante, significava uma política deliberada de redução real na remuneração da classe trabalhadora. Ademais, qualquer possibilidade de reação classista a esta medida foi impedida pelo desmantelamento dos sindicatos e pela repressão policial. Com o arrocho salarial instituído pelo Governo, estava eliminado, no entender dos tecnocratas, um dos principais componentes responsáveis pela inflação de demanda.

O outro componente responsabilizado pelo recrudescimento do processo inflacionário eram os constantes déficits do setor público. Dado que não se pretendia realizar uma redução real dos gastos do governo, optou-se, em primeiro lugar, por uma ampla reformulação da política tributária, que implicou em uma concentração e centralização da capacidade arrecadadora nas mãos do Governo Federal responsável pela extinção, na prática, do federalismo fiscal.

Em segundo lugar, foi realizada uma alteração radical nos esquemas de captação financeira: instituiu-se o princípio da correção monetária para os títulos de dívida pública de curto prazo, implantou-se o Sistema Financeiro de Habitação e constituiu-se um mercado financeiro de curto prazo, a ser baseado no crédito ao consumo. Ademais, foi criada o Banco Central.

Todo esta reestruturação fiscal e institucional visava dar capacidade de dispêndio ao governo, ao mesmo tempo em que se mantinha uma política de crédito restrita, com uma expansão dos meios de pagamento muito baixo ou negativa em termos reais.

Quais os reflexos concretos de todas estas reformulações nos instrumentos de política econômica sobre o processo de desenvolvimento capitalista no Brasil?

Do lado da estrutura produtiva, a elevação da carga fiscal e financeira sobre as empresas, aliadas à majoração de custos provocada pelo crescimento das tarifas das empresas públicas, fez com que as empresas que se encontravam em situação marginal em termos de rentabilidade fossem gradualmente eliminadas e absorvidas por empresas maiores.

Este movimento de concentração de capital, encarado pela tecnoburocracia estatal como necessário para gerar maior eficiência e competitividade, aumentou a fatia de mercado das empresas sobreviventes. Por outro lado, os capitais que sobreviveram à política recessiva o fizeram porque via de regra dispunham de poder oligopólico de repassar aumentos de custos aos preços. Este grau de monopólio, aliado à redução real dos salários, gerava uma potencialidade de incremento da taxa de lucro das empresas. Só restava, portanto, remodelar a demanda.

(*) Campos, L.

Do ponto de vista da estrutura de consumo, três medidas de importância foram tomadas para elevar a demanda efetiva. Em primeiro lugar, a política de arrocho salarial implicou em uma transferência funcional da renda do pólo do trabalho para o do não-trabalho. Em termos de distribuição pessoal da renda, isto implicou em uma sensível piora nos graus de concentração, como pode ser observado no quadro abaixo:

QUADRO I
BRASIL: DISTRIBUIÇÃO DA RENDA (%)
(População Economicamente Ativa)

Percentis	1960	1970	1980
50% mais pobres	17,4	14,9	12,6
10% mais ricos	39,6	46,7	50,9
1% mais ricos	11,9	14,7	16,9

Fonte: Dados básicos do IBGE

Ao longo da década de 1960, a metade mais pobre da população economicamente ativa do país reduziu a sua participação no total da renda gerada no país, de 17,4 para 14,9%. Por outro lado, os 10% mais ricos estavam se apropriando, ao fim da década, de praticamente metade de toda a renda nacional.

Quer dizer, os mais ricos estavam ganhando poder.

Este incremento da concentração da renda possibilitou a formação gradual de um mercado para os bens de consumo duráveis: automóveis, televisores coloridos, eletrodomésticos etc. Ademais, a implantação de um mercado financeiro destinado a financiar o crédito ao consumo possibilitou incrementar, a partir de 1968, a demanda e a produção destes bens de luxo.

O segundo mecanismo tendente a elevar a demanda efetiva por produtos do parque industrial brasileiro foi a criação de uma série de estímulos e incentivos creditícios e fiscais às exportações:

“O fato de que a produção de não duráveis não haja declinado em termos absolutos parece ter-se devido exclusivamente ao rápido crescimento das exportações de produtos como os têxteis, roupas e sapatos”. (*)

Finalmente, a criação de mecanismos financeiros para estimular o setor imobiliário lançou as bases para um futuro boom da construção civil, com larga predominância de construções de alto luxo.

Por incrível que pareça, elas podem ser menos numerosas, mas são as que levaram mais dinheiro.

Do ponto de vista quantitativo, os objetivos pretendidos pelo PAEG não foram em sua grande maioria alcançados. Embora a inflação tenha declinado, o nível de

(*) — Serra, J. Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira de Após-Guerra. *Revista de Economia Política*, 1982,6,33.

39,5% em 1966 esteve longe de atingir os 10% previstos no plano. Da mesma forma, as taxas de crescimento do PIB, das exportações e da entrada de investimentos estrangeiros estiveram muito aquém das expectativas.

Qualitativamente, no entanto, estavam lançadas as bases para um novo surto de crescimento econômico no Brasil, centrado agora na expansão das indústrias de bens de consumo duráveis e das exportações. Estava plantada a semente do “milagre econômico”.

Milagre econômico, megalomania e crise: os percalços da política econômica recente

O “Milagre Econômico” e o Acirramento das Contradições a Nível Interno e Externo

A estrutura de consumo remodelada começa a surtir seus efeitos a partir de meados de 1967. O novo governo militar libera um pouco mais a expansão do crédito e a demanda de bens de consumo duráveis passa a reagir, apoiada no processo de concentração da renda e nos instrumentos de créditos ao consumo. Logo em seguida, em 1968, aumenta o ritmo da construção civil e, a partir de 1969, expandem-se as exportações, os investimentos das empresas estatais e a dívida externa.

A pequena crise política que se instaura com a morte do segundo presidente militar não chega a abalar o crescimento econômico. O novo governo que se instala, diante do aparente “milagre econômico” que se observa, não vê qualquer necessidade de elaborar uma estratégia desenvolvimentista para a economia. Delfim Netto, então Ministro da Fazenda e — como hoje — homem forte do governo, define em um artigo sua maneira peculiar de conduzir “pragmaticamente” a política econômica: o que se espera do governo, segundo ele, é eficiência da burocracia e das empresas estatais, por um lado, e a clara fixação das “regras do jogo” para o capital privado. Desta forma, o que se pode esperar da economia brasileira é que ela “crença até o limite físico — palavras do Delfim — de suas possibilidades”. (*)

As taxas de crescimento conseguidas pela economia brasileira entre 1968 e 1973, acima de 10% anuais, deram margem, por um lado, à legitimação aparente das afirmações de que a concentração de poder na área do Executivo e o consequente esvaziamento do Parlamento eram sinais de uma nova estrutura política, adequada aos “novos tempos”; por outro lado, passaram a justificar a idealização de uma série de investimentos megalômanos e improdutivos: Transamazônica, Ponte Rio-Niterói, Ferrovia do Aço etc. Em suma, era a vitória completa e aparentemente definitiva da tecnocracia sobre a discussão democrática dos problemas da economia.

Convém acompanhar brevemente o desenvolvimento potencial das contradições nos porões da estrutura econômica brasileira e mundial, para que se possa entender

(*) — 2 r Delfim Netto, A. Deem-me o Ano e Não se Preocupem com Décadas. *Jornal do Brasil* (Revista Econômica). Rio, 20/03/70, p.3

quais os verdadeiros determinantes da inflexão do ritmo de crescimento econômico, a partir de 1974, e da crise profunda que se instaura no último triênio.

Em primeiro lugar, continuava latente o paradoxo estrutural entre a produção e o consumo. O “milagre” econômico, centrado fundamentalmente na expansão acelerada da indústria de bens de consumo duráveis, continuaria a depender, no curto-prazo, de uma crescente concentração da renda pessoal para manter a demanda efetiva. E, na medida em que se alterava a distribuição funcional da renda, as indústrias de bens de consumo não duráveis desaceleravam seu crescimento, da mesma forma que a agricultura produtora de alimentos para o mercado interno.

Em segundo lugar, o caráter semi-integrado da estrutura industrial brasileira tinha um efeito potencialmente gerador de crises. Na medida em que o setor dinâmico da economia brasileira se abastecia em grande parte de bens de capital e peças produzidas na economia central, sua expansão significava logicamente uma elevação potencial de déficits na Balança Comercial, em sentido estrito, e da dependência externa, em uma perspectiva mais ampla.

Esta tendência latente de desequilíbrio nas contas externas esteve encoberta, durante o período, por dois movimentos considerados pelas autoridades governamentais, na época, como tendências naturais de longo prazo a “nova economia brasileira”: o ótimo desempenho das exportações e a expansão do endividamento externo.

O incremento das exportações se dá em um contexto de redução artificial dos preços externos de produtos manufaturados brasileiros, através da grande massa de estímulos e incentivos fiscais e financeiros, ao mesmo tempo em que o comércio mundial atravessa uma fase de notável crescimento, estimulado pelos constantes déficits do Balanço de Pagamentos americano. É importante notar o duplo papel que estava sendo cumprido pelas exportações brasileiras: possibilitar o prosseguimento da acumulação a nível interno, em função da elevação da demanda, e a geração de divisas, que permitiu, no início, o movimento de retorno dos lucros gerados pelas empresas multinacionais no país e a circulação internacional de dinheiro.

Por outro lado, a dívida externa brasileira, que havia situado entre 3 e 4 bilhões de dólares durante a década de sessenta começa a se elevar rapidamente a partir de 1968. Somente no primeiro triênio dos anos setenta a dívida externa bruta subiu de US\$ 5,3 para US\$ 12,6 bilhões (ver quadro II). A explicação oficial para o incremento espetacular do endividamento foi o alto grau de credibilidade que o país desfrutava junto à comunidade financeira internacional, o qual deveria ser utilizado na captação de “poupanças externas” para auxiliar o crescimento econômico brasileiro.

(*) QUADRO II

DADOS BÁSICOS SOBRE O ENDIVIDAMENTO EXTERNO

ANO	Dívida Externa Bruta	Reservas Internacionais	Dívida Externa Líquida	Déficit em Contas Correntes	Juros Líquidos	Juros		Remessa de Juros	Investimentos Externos	Saldo da Dívida
						Déficit em c.c. (5/4)	(%)			
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)
1961	3.372	199	3.173	237	764	77,6	73	115	0	
1962	3.736	255	3.524	508	144	25,3	81	111	9	
1963	4.433	655	3.748	281	182	54,8	21	322	1.259	
1964	5.295	1.187	4.108	552	234	41,9	119	169	1.373	
1965	6.122	1.723	4.879	1.307	302	23,1	112	304	1.577	
1966	9.521	4.163	5.358	1.430	359	24,1	161	492	2.230	
1967	12.571	6.410	6.155	1.699	514	30,3	192	1.175	2.977	
1968	17.166	5.269	11.897	7.132	552	5,2	242	145	3.122	
1969	21.171	4.049	17.121	6.760	1.121	22,1	232	1.271	3.393	
1970	25.985	6.544	19.441	6.013	1.829	30,1	380	1.731	4.024	
1971	32.037	7.255	24.781	4.637	2.163	52,1	355	2.327	6.351	
1972	43.511	11.895	31.616	6.999	2.880	31,3	434	2.512	8.863	
1973	49.804	9.699	40.215	10.772	4.105	39,2	624	2.212	10.075	
1974	53.047	6.913	46.934	12.816	5.111	40,0	310	1.921	13.001	
1975	61.247	6.860	50.347	10.500	8.700	62,0	—	—	16.406	

(*) Original reproduzido fotograficamente.

Fonte: JOSÉ SERRA. (1982), p.14

Na realidade, porém, mais que uma pretensa credibilidade na economia brasileira por parte do mercado financeiro internacional, o crescimento da dívida externa brasileira refletia um fenômeno muito maior e mais profundo, a nível do movimento internacional de capital-dinheiro. A partir de meados da década de sessenta, ganha extraordinário impulso o chamado "mercado de eurodólares". Do ponto de vista operacional, a decuplicação do movimento financeiro deste mercado (que saltou de um passivo bruto de 57 bilhões de dólares, em 1969, para 650 bilhões de dólares, em 1978) pôde ser explicada da seguinte forma:

"Um dos fatores importantes para explicar essa espantosa velocidade de crescimento (do mercado de euromonedas) reside nas condições operacionais excepcionalmente favoráveis para os "eurobancos". Livres de qualquer tipo de regulação e especialmente do depósito compulsório nos Bancos Centrais, o segmento bancário internacionalizado pode oferecer taxas de captação mais atraentes e trabalhar com uma margem mais estreita entre as taxas de captação e empréstimo."(*)

Do ponto de vista do processo econômico real, no entanto, o vigor deste mercado era a própria manifestação potencial, latente, da crise da economia mundial que se avizinhava. Isto porque uma parte enorme dos recursos que aluam para o mercado de "euromonedas" era resultante do excesso de liquidez das grandes firmas multinacionais. Em outras palavras, as expectativas de obtenção de lucros a partir do processo produtivo já começavam a

se arrefecer (como atesta o aumento da capacidade ociosa da indústria americana, a partir de 1966) e uma grande massa de capital-dinheiro passa a refluir para o circuito financeiro, com fins especulativos.

De início, este fluxo de capital-dinheiro disponível para empréstimo é absorvido em sua maior parte no âmbito das próprias economias centrais (por empresas com problemas de liquidez, governos etc). Mas a quantidade de aplicações cresce e o dinheiro não podia ficar parado. Assim, um grande número de países subdesenvolvidos pôde ter maior acesso ao mercado porque abundavam fundos para empréstimo, e o Brasil foi um deles. Está aí a explicação da credibilidade e confiança depositados no Brasil, mas também na Nigéria, Polônia, México, Argentina, Chile, etc.

O quadro de instabilidade do sistema capitalista mundial se agrava em 1971, quando é rompido o acordo de Bretton Woods, que havia regulado durante um quarto de século as transações financeiras internacionais.

Em suma, este era o cenário no qual estavam se desenvolvendo as contradições a nível interno e externo; conflitos entre a estrutura produtiva e a de consumo, desproporções internas entre setores de bens de consumo e de produção, que se resolviam em um incremento das importações e da dívida externa brasileira, do ponto de vista interno; e a condensação de elementos determinantes de uma crise a nível mundial, do ponto de vista da totalidade.

Planejamento, Política Econômica e Crise Recente

É na fase de auge do ciclo expansivo da economia brasileira que o Governo Médici resolve, ao contrário de declarações iniciais, lançar um plano de desenvolvimento para o restante do mandato (I PND — 1972-74). O objetivo básico que se propõe o plano é a sustentação de altas

taxas de crescimento econômico no triênio, contribuindo para "colocar o Brasil, no espaço de uma geração, na categoria das nações desenvolvidas."(**)

A estratégia divisada pelo plano nada mais é, no entanto, que a manutenção do status quo vigorante desde a retomada do crescimento, em 1967: aperfeiçoamento do "modelo econômico de mercado"(**), centrado em uma clara divisão de funções entre Estado, capital privado estrangeiro e capital privado nacional. Para tanto, dever-se-ia perseguir uma política de desenvolvimento industrial que estimulasse o crescimento dos investimentos do setor produtivo estatal e a fusão de empresas, inclusive através da concessão de incentivos fiscais e creditícios e manter-se-ia o apoio às exportações de manufaturados e estímulo à absorção do "suplemento de poupança externa, destinado a acelerar o crescimento nacional, acima do esforço interno máximo de poupança"(***) A estratégia nova do plano era o Programa de Integração Nacional (PIN), que pretendia estimular a migração interna Nordeste/Amazônia, através da construção de um complexo de rodovias (Transamazônica, Cuiabá-Santarém) e da realização de um programa de colonização.

O componente novo era, portanto, a megalomania gestada pela euforia do "milagre econômico" pelos devaneios da elite dirigente em transformar o país em potência mundial.

Não se sabe se foi obsessão de crescimento acelerado ou mera demonstração de irresponsabilidade o que levou a tecnocracia estatal a permitir e estimular a duplicação da dívida externa entre 1971 e 1973, sem qualquer necessidade real. A justificativa de que a poupança externa era imprescindível para financiar o crescimento econômico,

(*) — Coutinho, Luciano. *Perceções e Problemas da Economia Mundial Capitalista*. In Belluzio e Coutinho (org.), *Desenvolvimento Capitalista no Brasil (Ensaio Sobre a Crise)*. São Paulo, Brasiliense, 1982, p. 48.

(**) — Presidência da República. *I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 1972-1974*. Rio, IBGE, 1971, p. 14.

(**) — Idem, *Ibid.*, pp. 17-31.

(***) — Idem, *Ibid.*, p. 36.

de maneira geral, e o incremento das importações de insumos intermediários e bens de capital, em particular, não encontra qualquer base de fatos:

“O crescimento das exportações foi de tal magnitude que garantiu as divisas necessárias para fazer frente à ampliação das importações, conduzindo a um balanço comercial equilibrado no quinquênio 1969-73. (...) Na verdade, a pressão exercida pela conta de mercadorias e serviços produtivos sobre a tomada de empréstimos externos foi inferior à cifra acumulada de 1 bilhão de dólares.”(*)

A expansão acelerada e irresponsável da dívida externa brasileira refletiu-se muito mais em termos de um incremento desmesurado nas reservas internacionais, de cerca de 270% entre 1971 e 1973 (ver quadro II) e em graves conseqüências sobre a gestão da política econômica interna.

A primeira relação de dependências que passa a se estabelecer entre a dívida externa e a gestão econômica interna parece ser de unidade e harmonia. Com a entrada crescente de divisas sob a forma de empréstimos, o Banco Central devia logicamente converter este fluxo de dólares em cruzeiros, para serem utilizados internamente pelos tomadores. Se a autoridade monetária emitisse moeda de forma a cobrir a entrada de empréstimos em moeda estrangeira no país, os meios de pagamento cresceriam de forma assustadora, gerando uma pressão inflacionária que se queria evitar.

Qual a solução encontrada, então, para a conversão dos dólares em moeda brasileira? O governo passa a colocar no mercado mais títulos da dívida pública, com o objetivo de retirar moeda que já estivesse em circulação e repassá-la aos tomadores de empréstimos externos. Este atrelamento do endividamento público interno ao crescimento da dívida externa tem um duplo aspecto:

Em primeiro lugar, a captação de moeda no mercado financeiro pelo governo era feita através da colocação de títulos da dívida pública que ofereciam uma rentabilidade (juros + correção monetária) superior, naquele momento, aos juros que estavam sendo contratados nos empréstimos externos. Este hiato entre as taxas de captação do governo, internamente, e as externas gerava, na prática, a possibilidade do que convencionou chamar de “circular financeira.”

Por outro lado, as taxas de captação oferecidas pelo governo tendiam a pressionar, em condições de controle da expansão de crédito, aquelas oferecidas pelo setor financeiro privado. O governo estabelecia assim um patamar mínimo de juros internos, que estimulava ainda mais o recurso ao endividamento externo.

Se, de início, existe essa aparência de unidade e coerência entre as políticas de endividamento externo e interno, a harmonia logo irá se transformar em oposição e conflito.

Em fins de 1973, ao movimento declinante da economia mundial e à crise monetária internacional veio se somar uma inesperada variável: o aumento dos preços do petróleo.

Diante deste quadro de crise internacional e com a economia brasileira apresentado um conjunto de desproporções e problemas latentes, o novo Governo Geisel apresenta ao país, em setembro de 1974, o II Plano Nacional de Desenvolvimento.

Depois de uma exposição inicial sobre o choque do petróleo e a crise monetária internacional, o Presidente afirma que, apesar de todas as dificuldades, “o Brasil deverá crescer, no próximo quinquênio, a taxas que se comparem às dos últimos anos, tanto mais se levada em

conta sua relatividade às modestas marcas econômico-sociais que a grande maioria de países (...) conseguirão a duras penas alcançar”(*). O governo estava propondo, portanto, que o país teria criatividade e insulação suficiente em meio a uma crise mundial generalizada para tornar-se uma verdadeira “ilha de prosperidade” em meio a um oceano de dificuldades econômicas.

Nã realidade, porém, o II PND colocava duas ordens de objetivos contraditórias. De um lado, procurava-se buscar crescimento econômico acelerado, através do processo de substituição de importações de insumos intermediários (pólos petroquímicos) e reestruturação da matriz energética (aumento da produção interna de petróleo e desenvolvimento de fontes alternativas de energia), ao mesmo tempo em que se procurariam eliminar as distorções acumuladas na distribuição de renda, finalmente admitidas pelo discurso oficial; de outro, o plano explícita como objetivos tão importantes quanto o crescimento econômico o combate gradual à inflação e a manutenção de um relativo equilíbrio no Balanço de Pagamentos do país.

A política econômica do período se debate na tentativa de administrar o paradoxo criado pela própria concepção do plano e as contradições mais profundas do processo de acumulação capitalista da economia brasileira. Entre 1974 e 1979, o vaivém da política econômica reflete, nível governamental, uma disputa interna entre o Ministro da Fazenda, monetarista, e o Ministro do Planejamento, empenhado em implementar os projetos de investimentos do II PND.

Até meados de 1975 vence a linha “ortodoxa”. Sob o impacto do choque do petróleo, uma relativa escassez de recurso no mercado de euro-moedas e elevação da inflação, persegue-se uma linha de ação centrada na contenção das importações e restrições creditícias. O crescimento real dos meios de pagamento foi muito baixo e, em alguns trimestres (o último de 1974 e o primeiro de 1975), negativo. Os setores produtores de bens de consumo duráveis e de bens de capital desaceleram fortemente seu crescimento, face às dificuldades crônicas de demanda e à política governamental.

No entanto, de repente, o sentido da estratégia governamental se inverte. Entre meados de 1975 e meados de 1976, o governo deslança os projetos megalômanos do II PND, principalmente na área de transportes (Ferrovia do Aço), telecomunicações, energia e petróleo. Esta ação anticíclica do governo, ao realizar investimentos vultuosos em uma fase de desaceleração do investimento privado e crise mundial, mantém a economia crescendo a altas taxas, mas começa a produzir graves efeitos sobre o processo econômico: o setor público (estatais e governo) passa a responder, a partir de 1975, por mais da metade dos empréstimos externos contratados pelo país, gerando uma situação de vulnerabilidade crescente no Balanço de Pagamentos.

Por outro lado, o aumento dos déficits do governo e imposição, em fins de 1975, de um depósito compulsório de 100% sobre o valor das importações realimentam a inflação, fortalecendo mais uma vez a posição do Ministério da Fazenda e selando a sorte da SEPLAN e do II PND.

O Ministro Simonsen passa então a usar o melhor de seu instrumental para atacar os desequilíbrios das contas externas e a inflação. O déficit em conta corrente (que engloba os saldos negativos das balanças comercial e de serviços) havia saltado de 1,7 bilhão de dólares, em 1973, para uma média de 7 bilhões de dólares, no biênio 1974-75.

O diagnóstico de Simonsen acerca das mazelas da economia era o de sempre: o recrudescimento da inflação e o desequilíbrio do Balanço de Pagamentos eram reflexos

da demanda superaquecida da economia. Logo, deveria-se aplicar o receituário clássico: redução do déficit governamental, aperto do crédito para desestimular o investimento e o consumo de bens duráveis, com a concomitante liberação da taxa de juros interna, para estimular a captação de recurso no exterior e equilibrar, assim, as contas externas.

A idéia em relação às contas externas era aproveitar a nova fase de abundância de recurso no mercado de euro-moedas para proceder a um reescalonamento da dívida externa a prazos mais longos.

O instrumento-pivô da estratégia recessiva foi a política de dívida pública. Mais uma vez se estabelece seu atrelamento a dívida externa, com a dupla função de “enxugar” o mercado financeiro interno, para conter a expansão do crédito e da demanda e puxar para cima as taxas de juros internas, a fim de estimular o afluxo de dólares. Mas, como já foi salientado, o que se revelou extremamente funcional e positivo de início passa crescentemente a se constituir um problema, gerando novas limitações e contradições:

“A forte elevação da taxa de juros, associada à entrada cada vez mais intensa de empréstimos do exterior, amplificou crescentemente um “hiato” financeiro na operação da dívida pública, utilizada para financiar a conversão do saldo líquido dos recursos entrantes. O Banco Central captava cruzeiros a taxas elevadas no mercado de dinheiro para sustentar o afluxo de empréstimos a taxas de juros sensivelmente mais baixas”(**).

Este descompasso entre as taxas de captação interna e externa aprofunda e multiplica os desequilíbrios e contradições da economia brasileira.

Do ponto de vista do capital privado, a elevação dos juros internos leva a um progressivo estrangulamento financeiro das pequenas e médias empresas industriais e do setor agrícola. Este segmento do capital privado poderia teoricamente ter acesso ao crédito externo mais barato, mas este se revela extremamente concentrada: no triênio 1975-1976 as cem maiores empresas tomadoras (em sua maioria multinacionais) e o setor público respondiam por cerca de 80% da dívida externa. A tendência que se afigurava, face à recessão e aos efeitos da política governamental, era o aprofundamento do movimento de concentração e centralização de capitais, através da compra e fusão de empresas menores por maiores, provavelmente estrangeiras.

Para evitar uma excessiva desnacionalização do parque industrial e uma redução drástica da produção agrícola de exportação e de consumo interno, o Estado se vê forçado a criar e/ou aumentar subsídios à agricultura e às pequenas e médias empresas.

Por outro lado, a política cambial do governo adotava uma posição passiva frente a dois movimentos irreconciliáveis. De um lado, a crescente participação de empréstimos em moeda estrangeira nos passivos das estatais e de grandes empresas privadas gerava uma forte pressão contra a elevação da taxa de câmbio, pois as desvalorizações do cruzeiro significavam aumento das dívidas destas empresas em moeda nacional. De outro, a crise internacional se refletia em queda no ritmo de crescimento do comércio internacional, gerando pressões dos exportadores por elevações na taxa de câmbio por aumento nos subsídios às exportações.

O governo resolve esta contradição onerando cada vez mais o Tesouro: concede subsídios aos exportadores e cria mecanismos para que as parcelas dos empréstimos externos depositados no Banco Central fossem renumerados de acordo com as desvalorizações cambiais.

(*) — Cruz, P.V. Notas sobre o Endividamento Externo Brasileiro nos Anos Setenta. In Belluzio e Coutinho (org.), Desenvolvimento Capitalista no Brasil (Ensaio sobre a Crise), v.2, São Paulo, Brasiliense, 1983, p. 63.

(*) — Pronunciamento do Presidente Geisel, na reunião ministerial de 10/9/1974, quando do encaminhamento do II PND ao Congresso Nacional.

(**) — Coutinho, L. Política Econômica, Inflação e Crise: 1974-1981. In Belluzio e Coutinho (org.), 1982, ob. cit., p. 163.

Todo este incremento do volume de subsídios aos mais diversos setores poderia, em tese, ser bancado pelo governo por quatro meios; emissão de moeda, aumento da dívida pública, elevação do depósito compulsório dos bancos comerciais ou elevação da carga tributária. A emissão de moeda estava descartada *a priori* como fonte principal de recursos, face à própria natureza da política econômica perseguida e ao acirramento das tensões sociais que fatalmente se seguiria à conseqüente explosão inflacionária, associada a uma política de arrocho salarial. Por outro lado, a própria crise descartava a última hipótese: com a atividade produtiva gerando uma massa cadente de lucros e salários, a carga tributária real decrescia.

O governo teve então que recorrer principalmente à dívida pública e à elevação do depósito compulsório dos bancos comerciais para remendar os estragos que a dependência da dívida interna à dívida externa havia criado. Com o crescimento da dívida e a redução do volume de capital-dinheiro para empréstimos do setor bancário privado, os juros internos foram mais uma vez pressionados para cima.

Criou-se assim um processo auto-sustentado de expansão da dívida pública e subsídio, uma verdadeira "circularidade financeira". O fluxo de crédito subsidiado à agricultura, às exportações e às pequenas e médias empresas, concebido inicialmente como estímulo às atividades produtivas, era cada vez mais desviado para o mercado financeiro, onde era remunerado por altas taxas de juros, aparentemente superiores e menos arriscadas que a aventura do processo produtivo. O processo ganhou autonomia e vida própria, a economia se inchava com "lucros, não-operacionais" e os instrumentos de política econômica se encontravam inteiramente desarticulados. Tanto no plano interno quanto no externo, o crescimento da dívida passava a ser um fim em si mesmo, ou seja, as dívidas externa e interna cresciam para reciclar a si mesmas.

A mudança de governo que se processa no início de 1979, ao contrário do que se esperava, mantém o Ministro Simonsen — agora guindado à Secretaria de Planejamento — nas rédeas da política econômica e aumenta-lhe o raio de manobra. O Ministro decide então enveredar pela mesma política recessiva, com pequenas alterações de curso.

O governo reconhece que precisa desacelerar o crescimento das dívidas interna e externa para tentar retomar o controle dos instrumentos de política econômica. Resolve então "queimar" as reservas internacionais acumuladas em 1977 e 1978, no sentido de reduzir a captação externa e diminuir assim um dos componentes responsáveis pela elevação da dívida pública. Por outro lado, propõe — até mesmo por força das medidas protecionistas retaliatórias de países centrais — a retirada gradual dos subsídios às exportações e sua substituição por uma aceleração do ritmo das minidesvalorizações cambiais. Estas medidas, aliadas à redução prevista nos investimentos das estatais deveriam, de acordo com as expectativas do governo, contribuir para a redução do déficit orçamentário.

Esta proposta, além de aprofundar a recessão, implicaria na redução dos lucros não-operacionais de importantes segmentos capitalistas. A grita é então generalizada (industriais, estatais, agricultura) e o Ministro Simonsen renuncia.

Assume o Ministro Delfim, que havia preparado cuidadosamente seu retorno triunfal, após cinco anos de prazeroso retiro espiritual em Paris. Embora promettesse uma próxima reativação da economia, como se sua simples presença pudesse reviver os tempos do "milagre econômico", as medidas de política que tomou, no segundo semestre de 1979, destinavam-se muito mais a tentar reequilibrar as finanças públicas.

No âmbito do setor produtivo estatal foram liberados os preços e as tarifas dos insumos produzidos pelas em-

presas públicas. Esta "inflação corretiva" visava aumentar a margem de autofinanciamento destas empresas, reduzindo assim as transferências do Tesouro para o orçamento das estatais. Foi criada ainda a SEST, com o objetivo de controlar e consolidar os recursos alocados à administração indireta.

Na área fiscal foi realizada uma pequena reforma tributária, elevando-se a alíquota do Imposto de Renda das empresas. Eliminavam-se parcialmente os subsídios, principalmente às exportações de manufaturados, mas mantinha-se um guarda-chuva sobre a agricultura (aumentos reais nos preços mínimos, elevação dos valores básicos de custeio e mais crédito subsidiado).

Paralelamente, a área financeira assistiu a uma tentativa desesperada de redução do giro da dívida pública: prefixou-se a correção monetária para 1980 em 45% e impôs-se um tabelamento das taxas de captação a níveis compatíveis com a correção monetária prefixada.

Finalmente, na área cambial, jogou-se uma dupla cartada: realizou-se uma maxidesvalorização de 30% da moeda brasileira, com o prévio cuidado de "vazar a informação" para os grandes tomadores que puderam assim se proteger do impacto da desvalorização sobre sua dívida em dólares, aplicando em ORTN's com correção cambial; e suprimiu-se o depósito compulsório de 100% sobre as importações, para não agravar o processo inflacionário.

A intenção básica deste conjunto de medidas heterodoxas era o de reduzir o crescimento da dívida pública interna, através da redução de seu giro, eliminação parcial dos subsídios e alterações no esquema de financiamento do orçamento. Paralelamente, pretendia-se queimar as reservas internacionais para desacelerar o crescimento da dívida externa, ao mesmo tempo em que se apostava no incremento das exportações de produtos agrícolas. Este reajustamento deveria, no entender dos condutores da política econômica, reduzir em última instância a inflação.

Entretanto, os fatos aconteceram precisamente ao contrário das expectativas governamentais. A inflação disparou em 1980, atingindo o patamar dos 100%. Pela primeira vez na história recente da dívida externa, o serviço da dívida passa a exceder o fluxo de novos empréstimos.

Dois movimentos no plano mundial, um político e um econômico, contribuíram para dismantelar ainda mais a política econômica perseguida desde novembro de 1979. O primeiro foi o chamado "2º choque do petróleo", devido à queda do Xá do Irã e à posterior guerra entre Irã e Iraque. O segundo, bem mais importante, duradouro e previsível que o primeiro, foi a espantosa ascensão dos juros internacionais.

O enorme déficit público e os constantes desequilíbrios no Balanço de Pagamentos americano já haviam provocado, em fins de 1979, uma política monetária restritiva, com o objetivo de reduzir a inflação americana e valorizar o dólar. Este movimento já havia levado à subida dos juros internacionais até o patamar de 20% em abril de 1980, nível jamais atingido na história do sistema financeiro internacional. Após uma breve reversão da política em função da campanha eleitoral, a nova administração republicana retoma a política de contenção do crédito e os juros voltam a subir. A pressão sobre os países endividados se torna enorme.

Assim é que, em fins de 1980, as autoridades governamentais brasileiras da área econômica parecem compreender, pelo método mais duro, as relações de dependência existentes entre a formação social brasileira e o sistema capitalista mundial. A dívida externa volta novamente a "administrar" o país, que se submete voluntariamente a uma dura política recessiva. Eliminam-se as prefixações cambial e monetária e o Banco Central volta a oferecer taxas de captação altas no "open market", empurrando os juros internos para cima, para estimular a captação de moeda estrangeira.

Desta vez, no entanto, a situação de liquidez internacional é extremamente diversa da que existiu em 1969/73 e 1977/78: os bancos credores passam a reduzir cada vez mais os prazos de financiamento e a elevar as taxas de spread. O parco sucesso obtido pela política recessiva em 1981 (um superávit de 1,2 bilhão de dólares na Balança Comercial e uma ligeira redução da inflação) foi inteiramente engolido pelo virtual cessamento dos empréstimos a países periféricos, em setembro de 1982, motivado pelos diversos casos de inadimplência que começam a estourar.

Desde 1981, portanto, a única preocupação que norteia a ação do governo na área econômica é a "política de fechar o ano", que cada vez mais se torna a política de fechar o mês, a semana etc. Este eterno "empurrar com a barriga" retirou a possibilidade, nas circunstâncias atuais, de se pensar a economia em termos de médio e longo prazos. Nº III PND, elaborado em 1980, já se propunha objetivos mais modestos e metas mais flexíveis, que nem assim foram atingidos.

Em certo sentido, porém, a falência do planejamento e dos instrumentos de política econômica é uma manifestação, a nível prático, da incapacidade de a teoria econômica tradicional apreender o movimento da economia, suas contradições e a crise que acaba por se instaurar. A crise de 1929 produziu um Lord Keynes, que diagnosticou corretamente a essência do desequilíbrio da economia capitalista, podendo, portanto, receitar o aumento da intervenção anticíclica e regulatória do Estado para corrigir as deficiências na demanda efetiva.

O Sr. Gastão Müller — Permite V. Exª um aparte, antes que conclua o seu pronunciamento?

O SR. MAURO BORGES — Com muito prazer.

O Sr. Gastão Müller — Nobre Senador, estando aqui eventualmente na Liderança do PMDB, queria congratular-me com V. Exª e lembrar que, como dizem, este Congresso é uma universidade, onde sempre se aprende, e o pronunciamento de V. Exª é, antes de tudo, uma conferência e um trabalho notável sobre os problemas brasileiros nestas últimas décadas, de modo que, em nome da Liderança do PMDB, congratulo-me com o partido por ter na sua bancada um homem da categoria de V. Exª

O SR. MAURO BORGES — Muito obrigado, nobre Senador Gastão Müller, fico muito honrado com a sua opinião.

O Sr. Mário Maia — Permite V. Exª um aparte?

O SR. MAURO BORGES — Com muito prazer, nobre Senador Mário Maia.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha)

O Sr. Mário Maia — Nobre Senador Mauro Borges, nós também, acompanhando o raciocínio do companheiro Gastão Müller, estamos ouvindo V. Exª, que nos dá uma verdadeira aula de economia política e muito estamos aprendendo. Pela nossa pouca compreensão do assunto econômico, como médico que somos, estamos a entender que V. Exª coloca em evidência o fracasso, nestas duas décadas, do processo revolucionário que se instalou de 1964 para cá, no que diz respeito à nossa economia, à nossa situação social e ao dismantelamento da nossa organização política, com o esfacelamento dos partidos políticos e, praticamente, a destruição da Federação. Coloca V. Exª em evidência, logo no começo do seu discurso, parece-me que, quando João Goulart estava deixando a Presidência da República, através de um golpe que sofreu a Nação naqueles idos tenebrosos de 1964, que a nossa dívida externa era aproximadamente um pouco mais de 3 bilhões de dólares, de acordo com os dados a que V. Exª fez referência. E àquela época, o preço dos serviços, isto é, o pagamento dos juros e das amortizações, consumiam apenas 36% da nossa exportação.

tação. Hoje em dia, pelos dados que vemos, através dos informes dos jornais e das revistas, diariamente, verificamos que a nossa dívida externa vai para aproximadamente 95 a 100 bilhões de dólares e que o pagamento — o que é grave — dos serviços, isto é, juros e amortizações, até há bem pouco, era de 95% das nossas exportações. Mas, infelizmente, vendo, hoje em dia com essa correria de pires na mão, os nossos Ministros encarregados das finanças indo para fora do País — França, Estados Unidos, negociando com os bancos internacionais, o rolamento da nossa dívida externa — chegamos à conclusão de que as nossas exportações não estão dando nem mais 95%; passou de 100%, porque não estão dando mais para pagar sequer os nossos compromissos de amortização da dívida externa e os serviços dessa dívida. Veja bem que aqueles que defenderam, durante estas duas décadas, os primores do processo de escolha do Presidente da República, através das eleições indiretas, por um colégio eleitoral cada vez mais restrito, escolhendo-se um colégio eleitoral específico para cada Presidente da República, muitos dos quais indicados até por uma só pessoa, como foi o caso do Presidente Figueiredo, indicado, quase que exclusivamente, pelo seu antecessor General Geisel, que essa excelência do sistema de eleições indiretas está completamente defasado, está completamente desmoralizado, e que a cura da nossa situação presente, a saída de nossas dificuldades econômicas é uma saída política. É que Sua Excelência o Senhor João Figueiredo tenha a coragem, como eu já disse aqui, em outra oportunidade, em aparte recente ao Senador Itamar Franco, na semana passada, tenha a coragem de convocar a Nação para eleições diretas, porque o processo de eleições indiretas no Brasil está completamente desmoralizado. Só um Presidente da República, com respaldo de eleições populares, eleições que consultem toda a Nação, é que terá a capacidade, terá o domínio suficiente para que todos nós, sob a clarinada efetiva das eleições diretas, possamos, realmente, convocar toda a Nação, numa unidade de pensamento, para sairmos, como diz uma revista pequena, uma revista desta semana, que o golpe de 64 tirou o Brasil de um buraco — suponha-se que ia cair — para lançá-lo num abismo. Então, que nós todos juntos, Oposição e Governo, possamos chegar ao consenso, através de um diálogo, que acredito seja sincero, convocado agora, recentemente, pelo Senhor Presidente da República, ao assumir os destinos da Nação, depois dos seus 42 dias de ausência, em tratamento de saúde. Portanto, V. Ex.^a aceite as minhas congratulações por esta aula magistral que está dando nesta tarde, através do seu conhecimento, através da sua palavra e da pesquisa tão laboriosa, que sabemos ter feito, pelo primor da peça que V. Ex.^a apresenta nesta tarde, que é uma verdadeira conferência, como denominou um nosso colega, o Senador Gastão Müller. Muito obrigado a V. Ex.^a

O SR. MAURO BORGES — Muito obrigado, Senador Mário Maia. O aparte de V. Ex.^a não só honra, mas também valoriza o meu discurso.
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Nobre Senador, o tempo de V. Ex.^a está esgotado há 10 minutos.

O SR. MAURO BORGES — Vou concluir, Sr. Presidente.

A crise mundial que ora se vive é, de certa forma, a crise do Estado Keynesiano, a crise do Estado intervencionista, regulador, simultaneamente promotor e perturbador da acumulação capitalista privada. O breve exame feito sobre as relações entre a política econômica e a crise recente mostrou que, ao contrário de administrá-la ou superá-la, o Estado brasileiro acabou por contribuir para o seu agravamento.

Se o Estado está no centro da crise, é a sua própria essência e seus mecanismos de atuação que merecem ser

salvos de uma análise crítica e de uma posterior reformulação. A superação da crise, quer seja ela conservadora ou inovadora, passa necessariamente pela superação da crise do Estado. E a superação da crise do Estado, é certa, só se dará quando ela vier a refletir os anseios das vastas camadas atualmente marginalizadas do processo decisório.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem!)

ATO DO PRIMEIRO-SECRETÁRIO Nº 16, DE 1983

O Primeiro-Secretário do Senado Federal no uso de sua competência regimental constante do Art. 57, alíneas J e K e,

Considerando que a vedação contida no § 4º do Art. 358 do Regulamento Administrativo refere-se tão-somente a lotação para funções gratificadas acima do limite previsto no caput do citado artigo;

Considerando que a figura do "servidor à disposição" tornou-se praxe administrativo consagrada como fato administrativo normal, assim entendida pelas administrações da Casa ao longo de muitos anos e utilizada por diversos Senhores Senadores por absoluta necessidade do serviço de seus Gabinetes;

Considerando a inexistência de dispositivo regimental ou regulamentar disciplinador da matéria e, ainda, que a natureza do trabalho prestado pelo servidor designado pelo 1º-Secretário por solicitação do Titular do Gabinete configura situação legal que o habilita a fazer jus à percepção dos benefícios previstos nos Arts. 406, 407 item II e 409 do Regulamento Administrativo, cumpridas as exigências neles contidas, resolve:

Art. 1º O Senador poderá, mediante proposta ao Primeiro-Secretário, devidamente justificada e por absoluta necessidade do serviço, solicitar a designação de até 2 (dois) servidores dos quadros do Senado para permanecerem à disposição de seu Gabinete pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Parágrafo único. O prazo previsto neste artigo poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação do Senador, a critério do 1º-Secretário.

Art. 2º A designação de servidor nos termos deste Ato dependerá de prévia aquiescência da autoridade superior a que o mesmo estiver subordinado, não podendo recair em servidores pertencentes às Categorias Funcionais de que tratam os Arts. 3º e 4º da Portaria nº 416, de 1983 do 1º-Secretário.

Art. 3º O servidor colocado à disposição de Gabinete de Senador nos termos deste Ato fará jus à percepção das vantagens previstas nos Arts. 406, 407 item II e 409 do Regulamento Administrativo.

Art. 4º Ficam revogados todos os Atos de designação de servidores que contrariem o disposto neste Ato.

Art. 5º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.
Senado Federal, 1º de setembro de 1983. — **Henrique Santillo**, 1º-Secretário.

83ª REUNIÃO DO CONSELHO DE SUPERVISÃO DO CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL — CEGRAF

Às dezessete horas e quarenta e cinco minutos do dia trinta e um do mês de agosto do ano de mil novecentos e oitenta e três, na sala de reuniões do Conselho de Administração do Senado Federal, sob a Presidência do Dr. Aiman Nogueira da Gama, presentes os Conselheiros Luiz do Nascimento Monteiro, Sarah Abrahão, Luciano de Figueiredo Mesquita e Aloisio Barbosa de Souza, presentes também, Rudy Maurer, Luiz Carlos Bastos, Florian Augusto Coutinho Madruga, Maria de Nazaré Pinheiro Carneiro e João de Moraes Silva, respectivamente, Diretor Administrativo, Diretor Industrial, Diretor

Adjunto, Assessora Jurídica e Assessor Administrativo do CEGRAF, reuniu-se o Conselho de Supervisão do Centro Gráfico do Senado Federal. Abertos os trabalhos, o Senhor Presidente — em exercício — Dr. Aiman Nogueira da Gama, passa a palavra ao Conselheiro Luiz do Nascimento Monteiro que apresenta parecer homologatório sobre a concorrência número 001/83, realizada pelo CEGRAF para venda de aparas de papéis novos, brancos e coloridos. Concluindo seu parecer, diz o Conselheiro, que "o feito necessita realizar-se periodicamente, haja vista que o objeto da concorrência é um contrato por prazo determinado para venda de material inservível (aparas de papel), cuja produção é uma consequência da própria atividade produtiva do CEGRAF. Esta providência, nada mais representa que uma prática anual deste Órgão, a fim de elaborar, na forma legal, um novo contrato de venda que substitua o findo, firmado com empresa licitante vencedora de concorrência anterior (Concorrência nº 001/82, do CEGRAF, homologada por este Conselho). Retomando a palavra o Senhor Presidente coloca a matéria em discussão e não havendo quem se manifeste, a mesma é colocada em votação, sendo a seguir, aprovada. Passando-se ao segundo item da pauta, o Senhor Presidente — Dr. Aiman Nogueira da Gama — apresenta aos demais Conselheiros o ofício número 00119/83 emitido pela Diretoria Executiva do CEGRAF, solicitando a este Conselho autorização para efetuar a doação de alguns gêneros alimentícios à Cruz Vermelha — Seção Distrito Federal, para que sejam enviados às vítimas da seca na região do Nordeste Brasileiro. Em sua explanação, o Senhor Presidente — Dr. Aiman Nogueira da Gama — diz concordar e apoiar plenamente a iniciativa uma vez que o material em questão é um saldo, ainda, existente no CEGRAF, após a extinção do Setor de Restaurante, com a oportuna criação dos três turnos de trabalho, composto este saldo os seguintes gêneros: 295,0 quilos de arroz, 18,0 quilos de farinha de mandioca, 17,0 quilos de feijão preto e 120,0 quilos de feijão roxo. Prosseguindo, o Senhor Presidente coloca a matéria em discussão, sendo a mesma, amplamente apreciada por todos os Conselheiros, que, logo após é aprovada, com votos de louvor à Diretoria do CEGRAF pela brilhante e humanitária iniciativa. A seguir, o Conselheiro Luiz do Nascimento Monteiro solicita a palavra e pede, também, votos de louvor aos funcionários do CEGRAF, por terem encetado campanha, também, neste sentido. Continuando a reunião, o Senhor Presidente — em exercício — Dr. Aiman Nogueira da Gama, relata verbalmente, parecer sobre o processo número 01451/83 — CEGRAF, onde é solicitado a elevação do nível 14 para 17, do emprego de Técnico de Contabilidade. Após concluir seu parecer favorável, a matéria é colocada em discussão e votação, sendo, a seguir, após exame por parte dos demais Conselheiros, aprovada por unanimidade, ficando, assim, o emprego de Técnico de Contabilidade em igualdade de condições com os demais níveis técnicos do CEGRAF. Nada mais havendo a tratar, agradecendo a presença de todos, o Senhor Presidente — Dr. Aiman Nogueira da Gama — declara encerrados os trabalhos e para constar, Eu, Maurício Silva, Secretário deste Conselho de Supervisão, lavrei a presente Ata que depois de lida e aprovada será assinada pelos demais membros. Brasília 6 de setembro de 1983. — **Aiman Nogueira da Gama** Presidente — em exercício —, **Luiz do Nascimento Monteiro**, **Sarah Abrahão**, **Luciano de Figueiredo Mesquita**, **Aloisio Barbosa de Souza**.

ATAS DE COMISSÃO

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (Resolução nº 52/80)

11ª Reunião, realizada em 26 de novembro de 1980

Às dez horas e cinquenta minutos do dia vinte e seis de novembro do ano de mil novecentos e oitenta, na Sala

Ruy Barbosa, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pela Resolução nº 52, de 1980, destinada a investigar o funcionamento do Mercado Financeiro do País, presentes os Senhores Senadores Tancredo Neves, José Lins, Roberto Saturnino, Bernardino Viana e Pedro Simon.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Lomanto Júnior, Gabriel Hermes, Almir Pinto, Jutahy Magalhães, Jorge Kalume, João Lúcio, José Richa, Cunha Lima, Jaison Barreto e Afonso Camargo.

Abertos os trabalhos, o Senhor Senador Tancredo Neves, Presidente, dispensa a leitura da Ata da reunião anterior. Colocada em discussão e votação é a mesma aprovada.

Em seguida, a palavra é dada ao Professor Theóphilo de Azeredo Santos, Presidente da Federação Nacional de Bancos, que de início agradece a Comissão para falar sobre o sistema financeiro nacional. Trouxe temas de objeto de exposição: Política Monetária, Conta Aberta, Taxas de Juros, Rede de Agências, Bancos estrangeiros, Paraíso dos subsídios, Bancos Estaduais, Comercial Paper, Lei do Cheque, Bancos Regionais, Acordos Salariais, os Bancos e a Política do Governo e o Centro Financeiro Internacional.

Após os temas apresentados pelo depoente, fizeram perguntas e todas respondidas, os Senhores Senadores Roberto Saturnino, José Lins, Bernardino Viana e Tancredo Neves.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Haroldo Pereira Fernandes, Assistente da Comissão, lavei a presente Ata que, lida e aprovada, é assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, devidamente autorizada, com o apanhamento taquigráfico da presente reunião.

ANEXO À ATA DA 11ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DA RESOLUÇÃO Nº 52, DE 1980, "DESTINADA A INVESTIGAR O FUNCIONAMENTO DO MERCADO FINANCEIRO DO PAÍS", PARA OUVIR O DEPOIMENTO DO PROFESSOR THEÓPHILO DE AZEREDO SANTOS, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO.

(INTEGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO DA REFERIDA REUNIÃO.)

O SR. PRESIDENTE (Tancredo Neves) — Declaro abertos os nossos trabalhos.

Contamos hoje, com a honrosa visita do eminente Professor Theóphilo de Azeredo Santos, nome que dispensa qualquer adjetivação. Ele, realmente tem uma passagem de destaque nos diversos setores das atividades financeiras e da vida pública do País.

Vamos ter a satisfação de ouvi-lo.

Concedo a palavra a S. Sª

O SR. THEÓPHILO DE AZEREDO SANTOS — Em primeiro lugar, quero agradecer ao Senador Tancredo Neves e a Comissão a honraria que me deram de falar sobre o sistema financeiro nacional.

Vou ler algumas anotações e depois apresentar alguns documentos, que, creio, são de interesse da Comissão:

Queremos que haja abertura política e que ela seja acompanhada da abertura econômica. Que a participação do homem brasileiro no processo político tenha como contrapartida igual participação no processo de criação e distribuição de capital e renda. Que as idéias de liberdade se adicione a igualdade de oportunidades. Que as liberdades políticas sejam legitimadas pelas liberdades econômicas. Que o econômico não domine o social ou o político mas que em contrapartida o fato político também não domine os fatos econômicos ou sociais. Acreditamos na interdependência dos fenômenos no campo das

ciências sociais e não conseguimos aceitar o primado de nenhum deles sobre os demais. Os desafios fazem os homens e as sociedades maiores do que seriam em condições normais. Estes os pensamentos que nos animam no momento em que iniciamos esta fala atendendo honroso convite do caro amigo, eminente homem público e grande estadista Senador Tancredo Neves, com quem tivemos o privilégio do convívio ameno e proveitoso já de longa data.

Falando embora sobre tema específico, abrangendo o sistema financeiro, permiti-me abrir a exposição com essa declaração de princípios que, estamos certos ajudará a marcar a nossa posição de empresário e a concepção do mundo que vai no cérebro e no coração do homem que lhes fala.

Vejam, pois, os temas objeto de nossa exposição.

2. POLÍTICA MONETÁRIA

Conhecemos em 1980 no sistema bancário uma mudança da filosofia de controle. Tradicionalmente controla o Governo a moeda primária, a moeda corrente. A este controle adicionou o limite de expansão das aplicações das instituições financeiras em 45% no ano de 1980.

É um esquema que deve ser necessariamente de duração curta, de natureza transitória. Justifica-se em breves períodos enquanto se arruma a montagem da política monetária, pois, mantido por mais tempo do que o adequado, gera muitos inconvenientes, como os que iremos citar:

1. gera o mercado paralelo do dinheiro, prejudicando os canais institucionais de circulação da poupança e tende a pressionar o sistema financeiro na direção de artificios, na medida em que obrigado a procurar formas de sobrevivência fora das regras do mercado;

2. em toda atividade, a autoridade geralmente controla o preço ou a quantidade do produto. O CIP dita o preço de muitas indústrias, mas não fixa o nível de produção que cada uma deve alcançar. Nos bancos fixaram os juros, que são nossos preços, e simultaneamente fixaram também o volume de produção, isto é, o volume de crédito que poderiam oferecer. É severo demais, para durar, sem sérias conseqüências;

3. nivela as instituições obrigando todas as operarem segundo as mesmas regras e torna o crédito seletivo ou elitista em detrimento da pequena e média empresa e das empresas que, de modo geral, apresentam desempenho financeiro sofrível.

3. CONTA ABERTA

O limite de crescimento de 45% das aplicações do sistema financeiro não abrange o crédito rural e o crédito à exportação. São linhas de crédito concedidas através do Banco do Brasil mediante repasses do Banco Central do Brasil, sem limites, a taxa de juros simbólicos. Algumas considerações a respeito:

1. o Banco do Brasil, por decisão do Governo e não por vontade própria, é um quase monopolista destas linhas de crédito. De um lado há benefícios para ele, porém, de outro, concentra em si todos os riscos de operar maciçamente nas atividades indicadas;

2. não dispondo de recursos próprios suficientes, o Banco do Brasil, para cumprir as metas que o Governo lhe atribuiu, saca no Banco Central o que for necessário para ir atendendo as solicitações da clientela, levando o Governo a emitir e alimentar as bases das pressões inflacionárias já tradicionais.

Vem-se fazendo um esforço para compensar em outras contas o que for sacado a mais nas contas em aberto, mas o volume destas é tão grande que aquela compensação vem se demonstrando insuficiente.

No quadro que vou deixar para os ilustres Senadores, fica inequívoca a demonstração de que os bancos públicos têm, no Brasil, crescido a sua aplicação de tal forma que, só para dar uma idéia, o crescimento do Banco do

Brasil representa 17 BRADESCOS: no primeiro semestre, já cresceu 3 BRADESCOS. Só para identificar-se seu excessivo crescimento.

É claro que o Banco do Brasil recebe a sua orientação. Nos dados de julho, ele tinha 400 bilhões e 689 milhões de cruzeiros de depósitos e uma aplicação de 953 bilhões, que somada aos repasses (obrigações por empréstimo, dá mais de um trilhão e trilhões bilhões de cruzeiros, só de operação. Isto, com um depósito de 400 bilhões. Ao passo de que os bancos privados com depósito de 572 bilhões tiveram de operações de crédito 592 bilhões.

4. TAXAS DE JUROS

A nossa velha lei da usura já dispunha que os juros máximos cobráveis nas aplicações eram de 12% ao ano.

Pressupondo que o legislador foi motivado por um raciocínio que se aplicava a uma economia sem inflação, vivendo num regime de preços estáveis, entendeu-se que aquela era uma taxa real de juros. Não era, como de fato não é, uma taxa nominal de juros.

Vivendo o país altas taxas de inflação, há que se adicionar àquele indicador um percentual correspondente à taxa de inflação do período.

A taxa de juros é uma espécie de preço do dinheiro. Reflete, de um lado, a produtividade dos investimentos realizados na economia e que forma a demanda de poupança e, por outro lado, a disposição de poupar, determinante, com outros fatores, da oferta de poupanças.

Uma taxa de juros excessivamente negativa penaliza o poupador. Exemplos atuais são os depositantes do FGTS, do PIS-PASEP, de Caderneta de Poupança e de todos aqueles, pequenos ou grandes, que colocaram suas poupanças em ativos financeiros. O desestímulo à formação de poupança num país profundamente carente de recursos, onerado por uma enorme dívida externa, é assunto grave que merece a reflexão das lideranças nacionais.

Quando não desestimula a poupança, os juros negativos induz os poupadores a desviar seus recursos de atividades produtivas para aplicações em ativos improdutivos ou de baixa rentabilidade social e econômica (compra de jóias, dólares, marcos, terrenos, etc).

E se os juros negativos são diferenciados, os tomadores tendem a tirar proveito da situação, dirigindo-os não para as prioridades a que se destinam mas para os fins que lhes oferecem melhores oportunidades de lucros particulares. O mesmo ocorrendo com os subsídios, quando os juros são positivos mas diferenciados.

Os juros altamente subsidiados induzem ainda à concentração do capital em mãos dos tomadores e, como conseqüência, levam, também, à concentração da renda. É isso que queremos? Vale lembrar a este respeito que o acesso não é igual para todos.

Os juros subsidiados têm conduzido ainda o Governo, na área do Banco do Brasil, a realizar grandes emissões anuais visando repor o valor real das aplicações do ano anterior, sendo, por isso, uma fonte relevante de pressões inflacionárias.

5. A REDE DE AGÊNCIAS

Estavam em operação em 31 de dezembro de 1979 cerca de 1068 agências bancárias no País, ao lado de 1.654 postos de serviços.

As taxas de crescimento da rede de agências nos 10 anos que vão de 1969 a 1978 dos vários grupos foram as seguintes:

A — Banco do Brasil	66,9%
B — Bancos Federais	65,2%
C — Bancos Estaduais	69,2%
D — Bancos Privados Nacionais	15,7%
E — Bancos Estrangeiros	5,7%
F — O sistema	29,6%

Algumas constatações: Os Bancos Oficiais expandiram mais rede do que os Bancos Privados; os Bancos Estrangeiros tiveram expansão insignificante, confirmando a manutenção da tradição de permitir seu desenvolvimento controlado e segundo as normas da reciprocidade.

Temos hoje uma boa rede de agências, mas há ainda 1097 municípios sem assistência bancária. São praças fracas, de baixo desempenho econômico, às quais o sistema não pode comparecer inadvertidamente sem incorrer em custos muito elevados que podem mesmo comprometer sua saúde financeira. Há que se atende-las gradualmente, prestando um serviço social e ao mesmo tempo não tornando vulnerável o Banco que o faz.

Os dados abaixo ilustram o contexto de atendimento bancário no País:

Região	Nº de Municípios	Municípios Assistidos
Norte	151	78
Nordeste	1.379	645
Sudeste	1.411	1.205
Sul	724	711
Centro Oeste	322	251
Total	3.987	2.890

O maior grau de assistência financeira está no sul do País seguido do sudeste. No centro-oeste as grandes distâncias complicam o atendimento e no norte-nordeste a pobreza das praças é um problema cuja solução ultrapassa a capacidade dos Bancos, exigindo mobilização política e econômica nacional, em compromissos de maior fôlego e de longa duração.

6. BANCOS ESTRANGEIROS

São 13 os bancos estrangeiros operando no País uma rede de 49 agências, dominando apenas 3% dos depósitos e 4% das operações de crédito em julho de 1980.

Há ainda 7 bancos associados a bancos estrangeiros com uma rede de 182 agências e 4% dos depósitos e 4% das operações de crédito também em julho de 1980.

Os bancos estrangeiros têm pouca expressão no mercado brasileiro. O nosso é um mercado essencialmente nacional, controlado pelos bancos privados brasileiros e pelos bancos oficiais, estaduais e federais.

Convém registrar que nossa legislação limita a parcela que qualquer banco, mesmo estrangeiro, pode emprestar às empresas multinacionais. Então, além de rede pequena, os bancos estrangeiros estão ainda sujeitos a estas limitações, que devem ser preservadas.

7. PARAÍSO DOS SUBSÍDIOS

O Brasil subsidia o consumo, o investimento, a poupança, o crédito e mais numerosas outras prioridades. Somos o paraíso dos subsídios. São subsídios fiscais e creditícios. Os subsídios creditícios devem representar seguramente a grande fatia deste bolo.

Há cálculos os mais diversos do seu valor. Um número já ultrapassado, que é repetido com frequência nos diz que são algo em torno de Cr\$ 700 bilhões ou quase 12 bilhões de dólares.

É um ônus demasiado pesado sobre a sociedade. Impõe-se cortá-lo, ainda que seletiva e gradualmente.

8. BANCOS ESTADUAIS

O enfraquecimento de nossa Federação torna difícil analisar os temas econômicos do seu ângulo. Entretanto, foi o espírito federativo que fez nascer no Brasil o Banco Estadual acionariamente controlado por cada um dos governos das Unidades da Federação.

É, segundo entendemos, sistema singular no mundo.

Nosso sistema bancário pode ser, pois, visto como um sistema de pesos e contrapesos, formado pelos bancos privados nacionais e estrangeiros e pelos oficiais, fede-

rais e estaduais. Desta conjugação de forças tenderá a nascer formas de convivência socialmente úteis pois eventuais vocações monopolísticas são anuladas pelo confronto de forças competitivas fortes. Não há a onipresença do estado, nem o domínio privado. Mas, neste estágio da conjuntura nacional, o crédito está fortemente estatizado, com os bancos federais e estaduais suprimindo cerca de 67% do crédito bancário.

Portanto, quando ouço referência a oligopólio, este só pode ser do Estado que controla 66% do crédito bancário.

Beneficiam-se, ainda, como vimos antes, de larga preferência na concessão de cartas patentes de agências.

Recentemente o Conselho Monetário autorizou o Banco do Brasil e o BANESPA a abrirem novas agências.

9. "COMMERCIAL PAPER"

É uma nota promissória emitida por pessoas jurídicas operando no comércio, na indústria, na agricultura ou no setor financeiro, não garantida, negociável e de curto prazo de maturação, de valor fixo e vencimento em data certa.

É um título que é colocado diretamente pela empresa, sem intermediação. Nos Estados Unidos foram colocados até agora, só em commercial paper, 120 bilhões de cruzeiros e a PETROBRÁS foi recentemente autorizada pelo Conselho Monetário a colocar commercial paper, no mercado dos Estados Unidos.

Acho um risco muito grande adotarmos o commercial paper internamente, porque é um título elitista: seria consagrado às empresas multinacionais ou estrangeiras tirando, portanto, do mercado, novamente, as empresas pequenas e médias. Aliás, como ocorre no próprio Estados Unidos, onde só têm acesso ao commercial paper as grandes empresas.

10. LEI DO CHEQUE

Apelo ao Congresso para exame da matéria, que por duas vezes foi aprovada em todas as comissões.

É uma coincidência triste a lei do cheque ser aprovada em todas as Comissões, em dois anos seguidos, e quando chegou o momento de decidir em plenário, projetos relevantes, de interesse político, fizeram com que essa lei do cheque, aprovada dois anos seguidos em todas as comissões, até hoje continue sem exame no Congresso Nacional.

11. BANCOS REGIONAIS

O Banco Central do Brasil lançou, para discussão, novo programa visando criar no país a figura do banco regional, concedendo-lhe tratamento diferenciado vis-à-vis seus concorrentes; são regionais os bancos que tenham mais de 90% da sua rede de agências em 3 estados limítrofes, inclusive aquele no qual tem a sede. A eles são concedidos redução de compra de créditos de difícil liquidação cobertos pela reserva monetária, com financiamento da parte devida em 3 ou mais anos e, mais importante de tudo, atribuindo-lhes Direitos de Preferência na escolha da praça bancária em que não operam em relação aos concorrentes.

O programa vai mais longe e admite que os Pequenos Bancos Regionais recebam benefícios adicionais, como a redução do recolhimento compulsório.

É um programa que fortalece os mecanismos financeiros nas várias regiões do país. Oferece novas opções à clientela. E é certamente de profundo sentido social ao estimular a concorrência, sugindo, pela primeira vez no país, medidas visando fortalecer as pontas fracas do sistema financeiro, com claros benefícios para a sociedade e para os negócios.

É importante notar que numa reunião realizada no Rio de Janeiro, com a presença de 102 banqueiros de todos o País, os grandes bancos aprovaram a tese do fortale-

cimento dos pequenos e dos médios. Portanto, o projeto em estudo no Banco Central contou com o apoio, também, dos grandes bancos nacionais, o que aliás eu acho que é um estímulo à sobrevivência, porque se nós tivermos no futuro, apenas grandes bancos e bancos estatais, ficará mais fácil o restante ser estatizado.

12. ACORDOS SALARIAIS

Os bancos comerciais são grandes empregadores de mão-de-obra na economia. Exercem uma atividade que, pela sua natureza, é muito intensiva em mão-de-obra.

Registra-se que além dos aumentos obrigatórios por produtividade estipulados em lei há ainda os aumentos voluntários concedidos por mérito pessoal de cada funcionário, além dos aumentos resultantes de anuênios. O aumento médio é, pois, consideravelmente, superior aos dos acordos. Por esta razão, os acordos salariais devem incorporar margens de manobra para permitirem uma política de pessoal voltada para a promoção dos melhores funcionários do quadro, evitando nivelar por baixo.

13. OS BANCOS E A POLÍTICA DO GOVERNO

Os bancos recolhem até 35% dos seus depósitos à vista ao Banco Central do Brasil sem receber remuneração por eles, apesar do alto custo da sua captação. São obrigados a emprestar à agricultura 15% dos seus depósitos à vista a juros que vão de 21% a 35% quando a inflação é de 100%. E devem também emprestar à pequena e média empresas outros 12% dos seus depósitos a juros igualmente baixos. Os bancos então subsidiam com seus próprios recursos vários segmentos da economia. Até mesmo os juros das faixas livres são hoje baixos. E suas aplicações não podem crescer além do limite que o Governo estabelece. Nossa eficiência hoje depende da autoridade e não de nossa própria capacidade empresarial.

Os bancos como intermediários financeiros que são captam numa ponta e aplicam na outra. Ocorre situações as mais diversas, com os juros pagos pelo tomador subindo, mas o custo da captação subindo mais ainda, de modo que a margem apropriada pelo banco diminui. Esta situação vem ocorrendo desde 1977 com a queda sistemática dos lucros reais dos bancos. O Banco Central publica o saldo acumulado da conta de resultados em fins de período que dá uma idéia do fenômeno indicado:

Ano	Saldo	Resultado
1977	17.247 milhões	exclui o
1978	17.002 milhões	Banco do
1979	17.950 milhões	Brasil

Os lucros dos Bancos Federais em junho de 1980 corresponderam a 61,3% do lucro líquido do sistema bancário inclusive do Banco do Brasil, participação esta que era de 49,1% em junho de 1979. Os lucros dos Bancos Privados estão congelados e os lucros dos Bancos Federais crescem.

O poupador é exigente e não aplica seus recursos sem procurar aquele que oferece a melhor remuneração. Como o mercado é muito competitivo, a tendência é repassar a elevação de juros cobrados na aplicação aos tomadores, variando pouco a taxa de intermediação. Acreditamos que no Brasil, tendo partido de níveis altos, na organização do sistema, tais margens de intermediação tenderão a se reduzir para padrões internacionalmente aceitáveis e competitivos. Esta colocação obviamente implica em que não há correlação necessária entre lucros altos e juros altos, ou entre lucros baixos e juros baixos, ou entre juros em alta e lucros em queda. São comportamentos induzidos por fatores os mais diversos.

14. RIO — DÓLAR — Centro Financeiro Internacional

As instituições financeiras que forem especialmente autorizadas pelo Banco Central do Brasil a operar neste

mercado poderão realizar livremente operações ativas ou passivas em moeda estrangeira. Nenhum tributo e nenhum encargo financeiro ou cambial incidirá sobre as transações realizadas nos termos do projeto que criaria o Rio-Dólar. A contabilidade das agências de instituições financeiras autorizadas a operar neste mercado será feita em moeda estrangeira. Os recursos do mercado financeiro internacional a que se refere o projeto só poderão ser internados no país através de bancos autorizados a operar em câmbio, observadas as disposições legais aplicáveis à matéria. O CMN fixaria as regras operacionais e o BACEN atuaria como órgão fiscalizador.

É um mecanismo a mais de atração de moedas fortes. Será uma fonte de *know-how* financeiro para o Rio. Criará poucos empregos e gerará renda em escala pequena, mas afirmará o Brasil como um centro de negócios financeiros internacionais, através do qual serão canalizados recursos para financiar o nosso desenvolvimento.

Haverá barateamento de recursos captados no mercado externo devido ao aumento da concorrência tanto na captação como na aplicação.

Acreditamos que será um mecanismo eficaz visando complementar os mecanismos já existentes de reciclagem de petrodolares através da mobilização num mercado aqui localizado de agentes financeiros dispostos a operarem na redistribuição internacional dos recursos disponíveis.

As instituições financeiras brasileiras alcançarão maior sofisticação internacional. Precisamos levar nosso sistema para fora.

Haverá maior fluxo de informações econômico-financeiras e políticas para o País, particularmente para a localidade de que for instalado o centro financeiro internacional.

Haverá maior integração com os demais centros financeiros internacionais, com reflexos positivos para o fortalecimento das instituições financeiras nacionais e para mais elevada reputação do País no exterior.

Esse projeto foi aprovado, por unanimidade, no Congresso Nacional de Bancos e, recentemente, na Comissão Consultiva do CMN, obtendo apenas um voto contra, sem que fosse oferecida justificativa. Apesar disso, esse projeto continua em estudo no Banco Central do Brasil, e, pelas observações que colhemos até agora, não vemos andamento da matéria, apesar de já haver sido organizado esse mercado financeiro internacional. O nosso programa de captar um bilhão de dólares por mês, que é a necessidade do Brasil em 1981, estaria minimizada pela presença do mercado financeiro, como ocorre em outros países, especialmente pelo fato de que o Brasil tem um horário bancário diferente da Inglaterra, dos Estados Unidos, Singapura e outros grandes centros financeiros internacionais. O Brasil poderia aproveitar-se dessa diferença de hora pela passagem de recursos que poderiam ser, portanto, aqui internados em benefício da própria economia nacional.

Senador, como fiz referência a vários temas, gostaria que nas respostas às indagações eu pudesse apresentar alguns dados, que vou deixar em poder da Comissão, muito importantes, porque são inúmeros. Acho que a discussão ganha importância na medida em que, afastadas as teorias, nós nos limitemos a confirmar fatos, embora nem sempre se queira curvar diante da realidade.

O SR. PRESIDENTE (Tancredo Neves) — Felicito o ilustre conferencista pela sua brilhante exposição e, consoante a rotina de trabalhos da nossa Comissão, dou a palavra ao Senador Roberto Saturnino para as interpeleções que julgar oportunas.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Sr. Presidente, a palavra do nosso expositor de hoje é extremamente rica de dados, informações, de pontos de vista, porque tem

todas as credenciais e todo conhecimento para nos ajudar nesse trabalho. Acho que a leitura, a meditação dos dados que apresentou vai ser fonte de enriquecimento muito importante do nosso trabalho.

Desejaria, apenas, fazer três indagações ao nobre expositor, mesmo porque desprevenido desta reunião de hoje, assumir um compromisso inarredável para as 11:30h. Queria referir ao Dr. Theóphilo que, na sua exposição aqui, o Dr. José Luiz Bulhões Pedreira fez uma crítica da deformação que sofreu a idéia original do Conselho Monetário como órgão traçador de uma política monetária. Quer dizer, um conjunto relativamente pequeno de pessoas com mandato expresso de seis anos, pessoas de notório conhecimento, saber e respeito sobre essas questões monetárias e financeiras, com uma independência em relação ao Executivo, de modo geral, para traçar a política monetária. Com o correr do tempo o número de assentos no Conselho Monetário aumentou face inclusão de pessoas ligadas ao Governo, dissolveu-se a questão do mandato independente, os Conselheiros passaram a ser demissíveis *ad nutum*, e isso, no entender delas, fez com que a idéia de uma política monetária traçada com uma certa independência, uma certa autonomia em relação às idéias do Ministro da Fazenda ou do Ministro do Planejamento tivessem se perdido. A tal ponto que ele chegou a afirmar que, na sua opinião, não há hoje, no Brasil, uma política monetária. Há decisões que são mudadas ao sabor das opiniões do Ministro. Agora, recentemente, com uma mudança tão brusca, na volta do Ministro Delfim Netto da sua missão no exterior, tivemos um exemplo flagrante disso. A nação é surpreendida com mudanças bruscas na sua política econômica, na política financeira e monetária, e que parece dar razão às críticas e observações do Dr. José Luiz Bulhões Pedreira.

Eu gostaria de ouvir o Dr. Theóphilo a respeito desse tema.

O SR. THEÓPHILO DE AZEREDO SANTOS — Eu considero que a demissibilidade *ad nutum* retira, realmente, em muitos casos, a independência do Membro do Conselho Monetário. Os exemplos dos países que dão uma independência maior aos que atuam nesse Conselho asseguram a ele estabilidade em determinado tempo. Acho que essa estabilidade não só assegura a independência, mas até consciência melhor sobre todos os pontos que estão sendo discutidos.

Acho que o problema não é este. O problema é que, no momento em que o Governo, através de uma política de alcance de uma democracia estável pretende alargar a participação, o conselho Monetário deve ter também, como tem hoje, uma participação do setor privado, mas que deve ser no sentido de, conhecendo os temas, discutilos à priori e não à posteriori. Acho muito importante que os Membros do Conselho Monetário recebam toda documentação com uma certa antecedência, especialmente aqueles que representam o setor privado, porque do contrário...

O SR. ROBERTO SATURNINO — O que não vem se dando.

O SR. THEÓPHILO DE AZEREDO SANTOS — O representante da indústria ou o representante dos Bancos fica colhido de surpresa e não sei como poderia votar, representando, suponhamos, o setor bancário, se, muitas vezes, ele tem dúvidas — eu teria também — no exame de uma questão que oferece ângulos e aspectos diferentes ou que englobe um universo de interesses ou desígnios diferentes. Acho que o mais importante é essa estabilidade e, por outro lado, também, dar ao Conselho Monetário aquela função que a Lei nº 4.594/64 procurou atribuir que é estabelecer a política monetária e credibilidade do país. É mais um problema político que um problema jurídico, embora o autor da lei seja um grande jurista, no fundo ele tem uma tendência natural pelo fato

político. Acho que é mais um problema de posição política e o interesse do Congresso Nacional é exatamente valorizar esse Colegiado, dando portanto, aquilo que a democracia tem de melhor que é a participação. E esse Colegiado, se tiver, realmente, uma participação autônoma e independente, pode contribuir para essa formação de uma adequada política monetária.

Quanto à mudança referida pelo Senador, acho que é para melhor, na medida em que o Governo caminha para a economia de mercado, que tem custos sociais bem enormes do que a política anterior, e, vem ao encontro da verdade e dos fatos econômicos. Como eu disse, fato social e política econômica, são interdependentes. A mudança estabelecida especialmente para entrar em vigor a partir de 1981, é uma mudança para melhor. Portanto, não vejo nenhum fato negativo na alteração pelo contrário, o que nos preocupava é que a política anterior fosse mantida. E como disse em vários pontos da minha exposição, há muita coisa que deve ser mudada, exatamente para que possamos conseguir a redução da inflação, cujos pontos centrais vão sendo identificados. É o grande problema, o grande drama do governo. E ele terá que contar com o apoio da Oposição. A Oposição é coresponsável, ainda que não queira, na tomada de decisão, porque nem toda medida importante no campo econômico é simpático no campo político: ela traz sempre, no primeiro passo, um efeito negativo; ela faz sofrer, ela não é indolor. A Oposição vai ter que ajudar o governo a combater essas causas que são conhecidas, certos subsídios, por exemplo. Para diminuir o corte deve ser gradativo. O corte de vencimentos, também. Para cortar, deve haver uma política que não seja recessiva. O Brasil não tem condições de suportar uma recessão. E recessão para nós, não é o que se diz na economia norte-americana. E aquela que significa um crescimento abaixo do crescimento demográfico, que aliás, na minha opinião, venho dizendo isto há muitos anos e creio que o recenseamento do IBGE vai demonstrar — nós estimamos um crescimento que não é o verdadeiro. Então, o desenvolvimento brasileiro tem vivido um crescimento demográfico de 3 a 3,5, quando não acredito que passe de 2 a 2,5%. Um por cento de erro na previsão, é um erro grave e que traz, obviamente, reflexos inflacionários.

Acredito que, se o Governo e a Oposição estiverem de acordo nas grandes linhas da reforma econômica, o Brasil poderá vencer a luta contra a inflação, que não é uma luta só do governo, nem de empresários, nem de empregados; é uma luta que deve incorporar também, a Oposição. E a Oposição aí é que está o grande problema, em 1981, um ano tipicamente eleitoral, como é que ela vai reconhecer uma verdade que vai determinar uma restrição, uma limitação? Ele gera votos, mas tira votos, também. É claro que a lei, dentro de um prazo, com a queda da inflação, vem em proveito de todos, mas acho que no embate político, não sei o que vai prevalecer. Se vai ser, realmente, a tese econômica sadia, correta ou a tese política de mais fácil captação eleitoral.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Outro alvo de dúvida e críticas, nesta Comissão, tem sido o papel exercido pelos bancos de investimentos e o seu afastamento, o afastamento desta ação em relação à sua idéia original. Eu pediria ao Professor que nos dissesse alguma coisa, sua opinião, a respeito do que fazem os bancos de investimentos e se a ação delas está no rumo, está de acordo com a concepção do que deveria ser, do que é um banco de investimento em outros países, do que deveria ser em relação à idéia original.

O SR. THEÓPHILO DE AZEREDO SANTOS — O banco de investimentos deveria ser, em primeiro lugar, um banco que oferecesse empréstimos a longo prazo. E, segundo, que agilizasse o mercado de capitais. Ora, o empréstimo a longo prazo, no Brasil, ficou difícil devido à inflação. Creio que uma das causas da deformação da presença do banco de investimentos no sistema financie-

ro, é o fato dele não se revestir das funções que lhes foram atribuídas, em decorrência da inflação. Porque, fazer uma operação a longo prazo de financiamento implicaria em captar, a longo prazo num mercado que não é favorável a aplicação a longo prazo.

Quanto ao mercado de capitais, ele tem tido uma atuação boa. Não teve no passado, mas, nos últimos cinco anos pode-se dizer que no mercado de debêntores, no mercado de *under writting* de ações, os bancos de investimentos tiveram uma participação melhor. Eu acredito, realmente, que será em função do processo inflacionário e nós exigimos dos bancos de investimentos preencher as duas grandes áreas que lhes foram, realmente, marcadas. A primeira, com financiamentos a longo prazo. E a segunda, agilizar os mercados de capitais através não apenas do *under writting* de ações, mas também de debêntores, permitindo a capitalização da empresa privada nacional, que é uma das formas de mantê-la dentro da economia de mercado.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Eu pediria ao Professor o obséquio de se possível, enviar a esta Comissão dados demonstrativos da atuação dos bancos de investimentos no mercado de capitais.

O SR. THEÓPHILO DE AZEREDO SANTOS — Com muito prazer.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Inclusive com números, comparando, com anos anteriores.

Eu teria mais indagações, gostaria de ouvir mais o Professor Theóphilo, mas como eu disse de início, estou angustiado, impressado por um compromisso absolutamente inadiável. Eu pediria licença para me retirar, agradecendo muito a exposição feita e as informações prestadas por S. Ex^a

O SR. PRESIDENTE (Tancredo Neves) — Com a palavra o nobre Relator, Senador José Lins.

O SR. RELATOR (José Lins) — Sr. Presidente, em primeiro lugar desejo agradecer, como V. Ex^a o fará também, a presença do Dr. Theóphilo de Azeredo Santos na nossa Comissão e dizer que a contribuição de S. Sba⁹ foi muito interessante, pelo grande domínio que ele tem da matéria e pela vivência que tem de todos esses problemas nacionais. Professor de Direito, ligado, sobretudo, ao mercado de capitais autor de vários trabalhos sobre o mercado financeiro, o Dr. Theóphilo tem, por longos anos, debatido a problemática nacional, e, hoje é, como nós sabemos, o Presidente da Federação Nacional dos Bancos e da Associação dos Bancos, do Rio de Janeiro. Eu gostaria que S. Ex^a com a sua vivência me analisasse algumas questões, que colocarei em seguida.

Primeiro, Professor Theóphilo, como aumentar o volume de crédito para as pequenas e médias empresas? Este é um problema que interessa a todos e nós estamos conscientes de que, se não reforçarmos a participação da pequena e média empresa na economia brasileira, teremos vários problemas de distorções, inclusive no setor de criação de empresas. É a minha primeira pergunta.

O SR. THEÓPHILO DE AZEREDO SANTOS — Nós pedimos ao Ministro da Fazenda e hoje de manhã estivemos com o diretor da área bancária do Banco Central e voltamos a repisar uma tese, que hoje é unânime no meio empresarial, e acolhida, inclusive, pelos Presidentes das Confederações do Comércio e da Indústria, no sentido de que a pequena e média empresa, no mês de dezembro vão necessitar de recursos adicionais para o pagamento do 13º mês e para o recolhimento de tributos federais, portanto recursos que voltaríamos para os cofres do próprio Governo. Mas estamos sentindo que há uma dificuldade em relação ao tempo. Então, a nossa esperança é que, em 1981, uma parcela do recolhimento compulsório, que está em 35% e não é remunerado, que uma

parcela seja destinada, especificamente, à aplicação em pequenas e médias empresas.

Vale a pena notar e muita gente talvez tenha esquecido, que, no passado, o Banco Central, aplicava parte de seus recursos em pequenas e médias empresas. Havia, portanto, uma contrapartida de bancos comerciais, mas recursos eram repassados pelo Banco Central aos bancos privados. Hoje, o financiamento da pequena e média empresa é feito exclusivamente com recursos próprios dos bancos comerciais. E ainda há muitos empresários que pensam que são recursos repassados, como foram antigamente, mas hoje são recursos, como eu disse, que vêm de depósitos à vista de bancos comerciais. Só existe, no caso, uma solução: a redução do recolhimento compulsório com destinação específica para aplicação em pequenas e médias empresas, o que me parece sob todos os ângulos, políticos, econômico e social, razoável, porque a pequena e média empresa no Brasil, hoje, são maior parcela da comunidade empresarial. Detêm cerca de 45% da mão-de-obra empregada, segundo os cálculos do Banco do Brasil. E há cálculos que já li, no último exemplar da revista do BNDE, que apresenta até um número maior. Mas vamos ficar com o número menor que eu conheço, o do Banco do Brasil, que é 47%. Eu creio que é mais. Mas, ainda que seja, mesmo assim representa um percentual enorme. E além do mais, são todas elas empresas privadas nacionais, não há nenhuma empresa, pequena ou média, estrangeira. O efeito multiplicador é muito grande, porque são essas pequenas e médias empresas a grande forjaria de indústrias futuras. Portanto mantê-las e preservá-las é uma função especificamente do Estado.

Só vejo, portanto, para o crescimento esta solução. Seria, como eu disse, a redução do recolhimento compulsório.

O SR. RELATOR (José Lins) — Fico satisfeito com a resposta que V. S^a nos dá e acho que essa sugestão de redução do recolhimento compulsório, para a aplicação na pequena e média empresa é interessante. Num trabalho que foi apresentado pela Associação dos Pequenos e Médios Empresários. Verifiquei que, em Belo Horizonte, a pequena e média empresa está cooperando com cerca de 65% das empresas.

O SR. THEÓPHILO DE AZEREDO SANTOS — Este número está se aproximando do número levantado pela revista do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.

O SR. RELATOR (José Lins) — Mas, Professor Theóphilo, o Senhor acha que há riscos de bancos do sul captarem recursos no Norte e no Nordeste carrear esses recursos para aplicação como se vê por aí? Como é que vem se comportando?

O SR. THEÓPHILO DE AZEREDO SANTOS — No passado já houve essa queixa, mas a Lei nº 4.595, de 1974 sobre a Reforma Bancária resolveu o problema determinando que metade dos recursos seja aplicado na região onde forem captados. E na prática o que ocorre é exatamente o inverso, grandes bancos aplicam no Nordeste parcela maior do que os recursos captados na região, exatamente para estimular as agências locais.

Portanto, este problema que no passado foi levantado, hoje acho que já está superado. Não há transferência de recursos do nosso Nordeste para a Região Sul do País.

O SR. RELATOR (José Lins) — O que V. S^a acha da presença dos bancos estrangeiros no País? É claro que temos interesse de instalar as nossas unidades bancárias lá fora; em contrapartida, é bem possível que esses bancos tendam a estender a sua posição. Como V. S^a vê a atuação desses bancos externos na economia brasileira?

O SR. THEÓPHILO DE AZEREDO SANTOS — O sistema bancário privado, hoje, é o setor mais nacionali-

zado da nossa economia. Como acabei de dizer, os bancos estrangeiros têm hoje pequena participação dentro do sistema financeiro nacional. Mas, de qualquer maneira, acho que é muito importante preservar essa alta índice da nacionalização do nosso sistema, porque pelo que a gente percebe, embora os bancos brasileiros estejam abrindo agências no exterior, ocorre que alguns países não admitem agência completa, o que eles chamam de *full branch*, apenas o escritório de representação ou agência ("agency"). No caso de Nova Iorque, por exemplo, agora a legislação permitiu a abertura de *full blanch* e o primeiro foi, exatamente, há cerca de dois meses, o Banco Econômico. Mas há outros países, como o México, que não permitem nem a abertura de agência, só de escritório. Há outros países como a França que impedem, mas tivemos o recente caso citado do COMIND que comprou uma participação do Banco de Paris; foi porque já havia uma participação de bancos estrangeiros.

Então, o que a gente sente é que em todos os países há limitação, com raras exceções. No caso brasileiro, se nós não cuidarmos de preservar esse índice de nacionalização, que me parece importante, o que pode ocorrer é que a interferência do setor externo da economia será muito grande e o poder de decisão vai ficar muito na dependência mais de empresários estrangeiros do que de empresários nacionais e até do próprio Governo. Portanto, acho que até por medida de segurança do País é importante preservar esse índice de nacionalização.

Há também um dado importante, ao meu ver, na prática e não na teoria. Embora eu tenha dito que a participação dos bancos estrangeiros, segundo dados de julho, era de 3% nos depósitos e 4% nas aplicações; os bancos associados a estrangeiros 4% nos depósitos e 4% nas aplicações; portanto, se somarmos os dois, bancos estrangeiros e associados estrangeiros, teríamos 7% em depósitos e 8% em aplicações, apesar disso, podemos sentir que essa presença, se for maior, pode criar problemas a curto prazo. Basta citarmos as operações.

O BRADESCO é o maior banco do Brasil em depósitos e em aplicações, mas acontece que nesse movimento financeiro de julho, que vou distribuir para os Srs. Senadores, poderão verificar que o CITYBANC, embora seja o oitavo banco em depósito e o segundo em aplicações, no País. E também o Banco Francês e Brasileiro, embora seja o décimo em depósitos, em aplicação já está hoje superior, suponhamos, ao Banco Sul Brasileiro, que é o nono colocado. E também através de repasses externos.

Isto porque eles estão com as suas agências bem limitadas. V. Ex^{as}, podem imaginar, se amanhã eles forem em maior número e com mais casa, é claro que este que é o segundo passa a ser o primeiro, passa o BRADESCO. Aliás, a diferença, hoje, é a de que, em julho o CITYBANC estava com 67 bilhões em empréstimos e o BRADESCO com 77 bilhões. Portanto, é um dado importante. E outro, também: é que o interesse cresceu na medida em que os bancos internacionais verificaram que o CITYBANC e o Francês e Brasileiro, que é associado ao CREDIT LYONNAIS, têm no Brasil a segunda agência em termos de rentabilidade, porque a primeira é a de Nova Iorque e de Paris e a segunda é a brasileira. Isto aumenta o interesse. Acho que deve constituir uma preocupação de todos preservar esse alto índice de nacionalização, apesar das pressões que, na minha opinião, vão crescer e não diminuir.

O SR. RELATOR (José Lins) — Muito bem. A informação que o Sr. nos traz, julgo preciosa e esta é uma demonstração da necessidade de maior convívio entre parlamentares e classe produtora, afinal com toda a comunidade brasileira.

Gostaria de fazer mais duas perguntas. Primeiro, qual a sua posição sobre o problema do subsídio ao setor agrícola? Sabemos que a agricultura em muitos países do mundo é subsidiada, mas pergunto, principalmente através do sistema de crédito, como o Sr. vê esse problema

no País, inclusive essa mudança que agora se pretende conduzir?

O SR. THEÓFILO DE AZEREDO SANTOS — A crédito que estímulo que se pode dar à agricultura é através do preço. O preço é que estimula a produção. O crédito deve ser apenas um instrumento adicional e o próprio lucro gerado na agricultura deve corresponder a investimentos também na área agrícola.

O sistema de crédito agrícola, como está entre nós, é muito concentrado, portanto é tipicamente elitista, passa a ser quase que cartorial ou privilegiado e, a meu ver, não está correspondendo aos interesses do País. Parece-me muito mais importante, através de uma política de redução de subsídios, reduzirmos a expansão da base monetária, que é o grande problema brasileiro. E, na medida que reduzirmos a expansão da base monetária, estaremos reduzindo a inflação.

Acho, também, que é um programa que só pode ser feito a médio prazo, não se pode fazê-lo a curto prazo. O gradualismo é sempre a tônica, entre nós, na área política, social e econômica.

O SR. RELATOR (José Lins) — A minha última pergunta é a seguinte: é verdade que o setor financeiro vem tendo lucros exorbitantes?

Muitos alegam que tem havido, ultimamente uma forte transferência de renda de outros setores para o setor financeiro que estaria, assim, como se locupletando através dos benefícios do processo inflacionário.

Queria ouvir a sua opinião sobre este assunto que me parece da maior importância.

O SR. THEÓFILO DE AZEREDO SANTOS — A sua pergunta é importante, porque quase sempre, no Brasil, se fala em bancos e a palavra, então, fica genérica e específica. Temos bancos privados nacionais e estrangeiros, bancos federais e estaduais. Ora, segundo os últimos dados de julho de 1980, os lucros dos bancos alcançaram 61,3% do lucro líquido do sistema bancário. O lucro dos bancos privados, portanto, estão bem reduzidos, porque o que temos sentido, pelos dados do Banco Central, é que tem havido um decréscimo da rentabilidade do sistema bancário.

E, recentemente, um levantamento feito pela Revista do IBMEC que vai ser publicada na próxima semana, revela que, no primeiro semestre de 1980, quatorze empresas privadas nacionais, de capital aberto, obtiveram uma variação média no lucro de 234% em comparação a igual período do ano passado, sendo que, no total de uma amostragem, de 17 empresas, o crescimento médio foi de 101%. Relativamente às empresas financeiras, esse levantamento que vai ser publicado na semana que vem, revela que o lucro líquido foi altamente favorável aos bancos estatais e desfavorável para a maioria das instituições financeiras privadas.

Esse levantamento foi feito pelo economista Walter Lines Júnior e vai ser publicado, como disse na Revista do IBMEC. Portanto, contraria essas afirmações aquela outra que se fala em oligopólio, quando o Estado tem 63% dos empréstimos. Portanto, a parcela maior do lucro está com o Estado também a parcela maior dos empréstimos. Aliás, é fácil entender, porque a conta aberta do Banco Central do Brasil, que não depende do Banco do Brasil, é uma conta que foi criada pelo próprio Governo em benefício da agricultura e de outros programas especiais, tem uma taxa de juros simbólica. Pode-se imaginar que, se esses recursos fossem distribuídos entre os bancos privados, é claro que a taxa de juros seria muito menor. Então, é um problema, hoje, mais de conhecimento de números do que de teoria. E só para dar uma outra informação, nós fizemos um levantamento e vamos entregá-lo ao Senado, um documento em que mostramos a importância do ISOF hoje, sobre empréstimos. A pessoa que toma empréstimo, ela paga e reclama o que paga, reclama porque ela paga juros altos; é verdade, os

juros são altos. Mas, ela não sabe que uma parcela do que ela paga não é apropriada pelo banco. Mas ela pagou ao banco, então ela pensa que é lucro do banco. Uma pessoa chega ao banco, faz um empréstimo, nota promissória, paga, vamos dizer, 4% ao mês, com mais IOF etc. Ela está pensando que tudo que ela pagou é lucro do banco. Então, nesse estudo que fizemos, tem três hipóteses: a hipótese "A" em que o ISOF é zero; a hipótese "B" é de 0,2% que era o anterior e a hipótese "C", 0,6% que é a atual. Na primeira, tomando uma taxa mensal de juros de 3% e um compulsório 35% e uma reciprocidade de saldo médio de 40%, nós teremos, na primeira hipótese, uma taxa para o tomador de 91,6%. Então o ISOF é nulo, mas o banco apropria 68%, 23,59% são, portanto, recolhidos ao Banco Central. Na hipótese "B", taxa de 0,2%. Nesse caso daria uma taxa de 100,37%, mas o Banco Central recolhe 32,36%. E na última, que é a atual, 0,6%, dá uma taxa de 121,18 (e isso a taxa de juros de 3%). Mas, o Banco Central recolhe 53,17 da operação.

Um outro exemplo. No banco de investimento, o Banco Central recolhe mais do dobro da comissão do banqueiro. Quer dizer, o Banco Central é um banqueiro que não corre risco, porque se o empréstimo não for pago, o banco de investimento tem o prejuízo, mas, de qualquer maneira, o imposto está recolhido. Quer dizer, são fatos importantes que a opinião pública não sabe, porque quem paga taxa de juros não sabe que parte do que está cobrado é recolhido ao Banco Central. E realmente esse ISOF está excessivo, foi estimado apenas por um período curto e o meu receio é que a receita que está sendo coletada, captada, acabe induzindo o Governo a manter essa taxa elevada e injusta. E dando politicamente um imagem errônea do sistema bancário.

Li, recentemente, um relatório feito por um economista da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro, em que ele levantou uma taxa de juros e esqueceu-se do recolhimento compulsório e do ISOF. E deu uma taxa como se fosse aquela taxa apropriada pelo Banco, não separou o que fica com o banco e o que vai para o Banco Central. E essa deformação, politicamente é negativa e injusta. E, de qualquer maneira, a empresa, o tomador do dinheiro é que vai arcar com esse custo, a meu ver excessivo.

O SR. RELATOR (José Lins) — Agradeço ao Professor Theófilo essas informações que são, realmente, de muita importância. Hoje, um dos temas que merece um debate acurado e consciente é este da partição da renda nacional entre setores, inclusive, nos aspectos relacionados com a remuneração da mão-de-obra.

Mas, Sr. Presidente, agradeço ao Professor Theófilo as respostas que me concedeu e, mais uma vez, me congratulo com V. Ex^a pela presença do Professor Theófilo nesta Casa e pela grande contribuição que ele nos trouxe com a sua palestra.

Muito obrigado!

O SR. BERNARDINO VIANA — Sr. Presidente, queria fazer apenas uma interpelação ao Professor Theófilo sobre essa medida da liberação das taxas pelo Governo Federal, das Taxas sobre as operações de crédito, permitindo, inclusive, que as sociedades de financiamentos e investimentos, as financeiras, cobrem altas taxas às companhias que operam em poupança, às sociedades imobiliárias, impedindo que as instituições financeiras que operam em poupança possam captar recursos diante dessa concorrência, com taxas elevadas, de até 200%, como vi através da Imprensa, o que acha V. S^a?

O SR. THEÓFILO DE AZEREDO SANTOS — O que aconteceu é o seguinte. Houve uma liberação de taxa apenas na área das sociedades de crédito, financiamentos e investimentos. Os bancos comerciais, não, eles foram apenas autorizados a aumentar 10%. Mas essa taxa de juro está também alta em decorrência de um fato conhe-

cido, é que muitas financeiras esgotaram os seus limites. Ora, numa economia de recursos escasso, os juros foram liberados, mas não foram liberados os recursos. Nesse caso, a taxa sobe. É aquela lei da oferta e da procura, que não pode ser revogada. Quer dizer, exatamente o problema é que não há recursos e as financeiras que estão com taxas altas são financeiras que têm ainda uma parcela a emprestar, mas que vão se esgotar agora, porque são 45 apenas o que ela pode emprestar. Então, acho que a liberação deveria ter sido seguida, também, da liberação das aplicações e, nesse caso, evitaria uma elevação da taxa de juros pela maior oferta. E não é inflacionário, porque, na verdade, o grande fator de inflação no Brasil, hoje, está realmente na conta aberta do Banco do Brasil, na política de subsídios, nos investimentos do Governo e em outros fatos externos, sobre os quais não temos domínio. Mas a causa da expansão da base monetária tem que ser atacada. Não adianta nós atacarmos os efeitos, porque atacando as causas, teremos sucesso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tancredo Neves) — Professor Theófilo, nós gostaríamos de continuar palestrando com V. Ex^a, porque sempre temos muito que aprender com o seu saber, a sua experiência e a sua reconhecida e proclamada competência. Não faltará oportunidade para fazê-lo novamente nesta Comissão, que não seja nesse período de encerramento de atividades legislativas em que todos nós, parlamentares, ficamos esmagados pelos nossos encargos. Mas eu não gostaria de encerrar essa nossa reunião de hoje sem uma indagação a V. Ex^a, muito mais dirigida ao Professor do que ao empresário e ao notável economista. Qual é a distinção entre o *commercial paper* e a nota promissória?

O SR. THEÓFILO DE AZEREDO SANTOS — No fundo, o *commercial paper* ou o papel comercial é uma denominação que foi estabelecida apenas para fugir à obrigação que o Brasil tem, já que aderiu à Convenção de Genebra, de adotar o título ao portador. Seria uma nota promissória ao portador. É chamado *commercial paper*, ou papel comercial, porque seria um título novo. Se fosse a nota promissória, ela estaria proibida pela lei brasileira anterior e depois pela convenção de Genebra, por ser um título ao portador. No fundo, é uma nota promissória com outro nome.

O SR. PRESIDENTE (Tancredo Neves) — E pergunta a V. Ex^a, esse título pode ser introduzido no mercado à revelia do Congresso, sem autorização legislativa?

O SR. THEÓFILO DE AZEREDO SANTOS — Não pode, pelo contrário, no livro que acabei de escrever sobre isso, acho que depende de lei especial. O Conselho Monetário só autorizou a emissão de *commercial paper* pela PETROBRÁS, para colocação no exterior. Não foi criado o *commercial paper* no mercado interno. Foi apenas um instrumento usado pela PETROBRÁS para captar recursos para o País.

No mercado interno, sou contrário ao *commercial paper* porque é um título elitista e por várias razões negativas. A experiência norte-americana é importantíssima e os estudos que foram realizados pela CVM — escondem a realidade norte-americana que procurei, no meu livro, identificar — e mostrar que, lá, é um título só para grande empresas. São as grandes empresas industriais que podem emitir, retirando do mercado norte-americano, hoje, 120 bilhões de dólares. Quer dizer, só nos Estados Unidos 120 bilhões de dólares e agora o Canadá e o México estão se utilizando do *commercial paper*.

O SR. PRESIDENTE (Tancredo Neves) — Me parece que, antes de ser um título elitista, é um título excludente, porque é um título forte que vai eliminar todos os títulos fracos.

O SR. THEÓFILO DE AZEREDO SANTOS — Inclusive, o próprio título do Governo. Quem é que vai comprar LTN, ORTN? Vai preferir comprar o *commercial paper* de uma empresa estrangeira, é claro.

O SR. PRESIDENTE (Tancredo Neves) — vamos resistir ao máximo a sua introdução no Brasil, mas se não conseguirmos vencer essa parada, que pelo menos o adotemos com o nome nacional.

Esta encerrada e reunião.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (Resolução nº 52/80)

12ª Reunião, realizada em 12 de maio de 1981

Às dez horas e vinte minutos do dia doze de maio do ano de mil novecentos e oitenta e um, na Sala Ruy Barbosa, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pela Resolução nº 52, de 1980, destinada a investigar o funcionamento do Mercado Financeiro do País, presentes os Senhores Senadores Tancredo Neves, Bernardino Viana, Almir Pinto, Jutahy Magalhães, Lomanto Júnior, Jorge Kalume, José Lins, Roberto Saturnino, Pedro Simon e Agenor Maria.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Gabriel Hermes, João Lúcio, José Richa, Cunha Lima, Jaison Barreto e Affonso Camargo.

Abertos os trabalhos, o Senhor Senador Tancredo Neves, Presidente, dispensa a leitura da Ata da reunião anterior. Colocada em discussão e votação é a mesma aprovada.

Em seguida, a palavra é dada ao Professor Carlos Geraldo Langoni, Presidente do Banco Central, manifestando a sua satisfação de falar no Senado Federal, para discutir, debater, trocar idéias sobre este tema tão importante, que é o sistema financeiro nacional. Afirmou que nos últimos anos o sistema financeiro desenvolveu-se de maneira intensa e, num certo sentido, apresentou um crescimento até mais rápido do que o próprio crescimento econômico do País. Acrescenta, ainda, que há um grande esforço do Banco Central e do Governo de, em primeiro lugar, ampliar o volume de recursos para pequena e média empresa.

Após a exposição do Presidente do Banco Central Brasileiro, Professor Carlos Geraldo Langoni, usaram da palavra os Senhores Senadores Jutahy Magalhães, Bernardino Viana, Jorge Kalume, Roberto Saturnino, Agenor Maria, Lomanto Júnior, José Lins e Tancredo Neves, que fizeram indagações e todas respondidas pelo depoente.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Haroldo Pereira Fernandes, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, é assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação devidamente autorizada, com o apanhamento taquigráfico da referida reunião.

ANEXO À ATA DA 12ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DA RESOLUÇÃO Nº 52, DE 1980, "DESTINADA A INVESTIGAR O FUNCIONAMENTO DO MERCADO FINANCEIRO DO PAÍS", PARA OUVIR O DEPOIMENTO DO PROFESSOR CARLOS GERALDO LANGONI, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO:

(ÍNTegra DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO DA REFERIDA REUNIÃO.)

O SR. PRESIDENTE (Tancredo Neves) — Vou dar início aos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar o funcionamento do mercado financeiro do País. O depoimento de hoje é do ilustre Professor Carlos Geraldo Langoni, nome que dispen-

sa adjetivos e apresentação, porque todos conhecem muito bem a sua atividade, a contribuição inestimável que vem dando, não apenas no setor do magistério, mas no setor da própria administração da coisa pública, em razão do seu talento, da sua cultura.

Concedo a palavra ao ilustre Professor Carlos Geraldo Langoni, para exposição sobre o tema que determinou a sua convocação.

O SR. CARLOS GERALDO LANGONI — Muito obrigado nobre Senador Tancredo Neves. Sr. Relator, Senador José Lins, meus senhores e minhas senhoras:

Em primeiro lugar, eu gostaria de manifestar a satisfação com que venho ao Senado Federal para discutir, debater, trocar idéias sobre este tema tão importante, tão relevante que é o sistema financeiro nacional. Vou procurar, em primeiro lugar, apresentar uma visão global da evolução recente do sistema financeiro, apontando as suas distorções mais visíveis, e também procurando ressaltar qual vem sendo a atuação do Banco Central, não só na solução e acompanhamento dos problemas conjunturais da evolução da conjuntura, mas também e principalmente, a ação do Banco Central na própria alteração e aperfeiçoamento dos mecanismos institucionais que hoje caracterizam a organização do sistema financeiro.

Eu diria que o sistema financeiro nacional iniciou um processo bastante profundo de modernização e de mudança, a partir da Lei da Reforma Bancária, da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que é a Lei que criou, no Brasil, a figura do Banco Central, do Conselho Monetário Nacional, que estabelece, em resumo, as bases para o desenvolvimento do sistema financeiro. A essa lei valeria apenas lembrar a Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, que é a Lei do Mercado de Capitais, que também complementa a lei da reforma bancária.

Além desse quadro legal, de base legal para o desenvolvimento do sistema financeiro, eu chamaria a atenção para o impacto e relevância que teve, para o desenvolvimento do sistema financeiro brasileiro, nos últimos anos, o Instituto da Correção Monetária. O Instituto da Correção Monetária, que surge — é bom lembrar — inicialmente como uma forma de reabilitar a figura do título público que havia perdido a sua credibilidade, a sua confiança, no período de intenção aceleração inflacionária, esse Instituto da Correção Monetária, que se estendeu, depois, aos haveres financeiros também privados, tem profunda relação e profunda influência no comportamento e na evolução do sistema financeiro, a partir de 1964.

Eu diria que, nesses últimos anos, o sistema financeiro brasileiro desenvolveu-se de maneira intensa e, num certo sentido, apresentou um crescimento até mais rápido do que o próprio crescimento econômico do País. Nós tivemos uma fase inicial, apenas para ilustrar, caracterizada por um intenso crescimento dos haveres financeiros e, especialmente, dos haveres não monetários.

Para que V. Exª tenha uma idéia, os haveres não monetários, em 1965, representavam apenas 13% do total. Ao final de 1980, já representavam 86% do total. Ou seja, esse crescimento rápido dos haveres financeiros representa e sintetiza o aumento de poupança, principalmente, de poupança voluntária, que tem sido canalizada e intermediada através das diversas instituições financeiras e depois aplicadas em programas de investimentos. É bom lembrar que, além da expansão intensa dos bancos comerciais, tivemos um grande desenvolvimento, nos últimos anos, dos bancos de investimentos, das sociedades de créditos e financiamentos e até o aparecimento de uma categoria inteiramente nova; dentro da estrutura financeira brasileira, que são as sociedades de crédito imobiliário, que surgiram, também, em consequência direta das reformas realizadas e, principalmente, da aplicação da correção monetária, tanto na poupança, como tam-

bém na correção de ativos e na correção das dívidas reais.

Eu chamaria a atenção, de início, para algumas características institucionais importantes que marcam a evolução do sistema financeiro brasileiro nesse período. De maneira resumida, eu chamaria a atenção, em primeiro lugar, para o aspecto da concentração. Segundo lugar, da internacionalização do sistema; em terceiro lugar, para a interiorização do sistema e, por último, duas importantes dimensões, que vêm marcando o sistema financeiro brasileiro, que é a relação entre a expansão do sistema financeiro privado, *vis a vis* e do sistema estatal, e o aspecto relacionado com a segmentação do crédito no Brasil.

Com relação à concentração bancária, não há dúvidas de que de fato, estamos assistindo, nos últimos anos, uma tendência clara para um aumento da concentração no sistema financeiro. É bom lembrar, que nós vivemos um período, inicial, após 1964 e até recentemente em que o sistema bancário passou por uma fase de acomodação, por uma fase de consolidação, já que a inflação crônica do período de pós-guerra criou condições ou estímulo para uma expansão exagerada, principalmente da rede bancária, do número de agências, que colocava, inclusive, em risco a própria segurança do sistema.

Então, essa fase de consolidação do sistema financeiro, principalmente, de aumento de capitalização, foi caracterizada também por um processo de concentração. Se nós tomarmos, por exemplo, os anos de 1978 e 1980, nós vamos verificar que os cinco maiores bancos que detinham, em 1970, cerca de 29,7% ou 30% dos depósitos, aumentaram essa participação, em 1980, para 37%. Se nós tomarmos, por exemplo, os dez maiores bancos, essa tendência se repete: há um aumento, na concentração, em termos medidos de participação sobre depósitos de 43 para 54%.

Ora, essa fase recente do sistema financeiro brasileiro é a do aparecimento dos grandes conglomerados. Os bancos brasileiros de dimensão não apenas nacional, mas uma dimensão que começa a se extravassar, a transbordar, inclusive, se projetar para o exterior. É interessante notar que no espírito da reforma da lei do sistema financeiro, da lei bancária do mercado de capitais, havia uma idéia inicial de especialização de atividades. A idéia do banco comercial, a idéia da financeira, e até do banco de investimento.

A verdade, entretanto, é que, ao longo do tempo, como consequência da operação das próprias forças de mercado, foi havendo uma tendência para um aglomerado de instituições financeiras, e surgiu, então, a figura do grande conglomerado, naturalmente, procurando explorar a economia de escala, a redução de custos, reunindo uma série de atividades, ainda que elas mantenham uma certa independência, do ponto de vista jurídico e do ponto de vista contábil.

Essa fase de consolidação do sistema financeiro, e do aparecimento dos grandes bancos e dos grandes conglomerados, pode ser ilustrada pela redução do número de instituições. Em 1970, nós tínhamos, por exemplo, em termos de bancos comerciais, 178 bancos comerciais. Em 1980, esse número se reduziu para 112. Bancos de investimentos, praticamente, o mesmo número; nas financeiras houve uma redução de 214 para 115, portanto, uma grande redução de número de instituições que, sem dúvida, excessivo, no passado, face às dimensões do mercado financeiro. Corretoras, houve uma redução pela metade; de 404 corretoras, em 1970, para cerca de 271, em 1980; e distribuidoras também uma sensível redução de cerca de 563 para 468. Houve, na verdade, uma redução no número de instituições e, conseqüentemente, um aumento da dimensão econômica, e, como eu disse, a marca característica desses últimos foi, sem dúvida, a consolidação da figura do grande conglomerado financeiro.

O aspecto interessante e importante é a projeção do sistema financeiro brasileiro para o exterior. Essa projeção acompanhou e num certo sentido, até antecipou a abertura econômica do Brasil para o exterior. O grande esforço do Brasil, em termos de diversificar suas exportações, especialmente manufaturados, e, também, a grande integração do sistema financeiro brasileiro com o sistema financeiro internacional, através da utilização intensa de recursos do mercado de eurodólares, para ajudar o financiamento do nosso desenvolvimento e do nosso balanço de pagamentos.

Esse processo é muito rápido, quando há essa possibilidade de transferência, quase que automática de recursos do exterior, caracterizado pela Resolução nº 63 e pela de nº 4.131, isso também criou estímulos para que os bancos brasileiros procurassem se expandir em mercados fora do País.

Para se ter uma idéia, em 1970, tínhamos apenas 3 bancos brasileiros no exterior: dois oficiais e um privado. Em 1980, temos 12 bancos e a tendência continua, para 1981, já estamos assistindo à consolidação dessa tendência. Em termos de agências, o resultado é ainda mais dramático; a mudança estrutural. Tínhamos apenas dez agências de bancos no exterior, em 1970; em 1980, temos 90 agências. E não há dúvida de que, hoje, essa projeção do sistema financeiro brasileiro para o exterior se constitui numa grande alavanca para explicar, inclusive, em grande parte, o sucesso da política comercial brasileira e para explicar também, como disse, a grande mobilidade que hoje existe de recursos, o grande acesso que existe hoje ao empresário brasileiro, que pode, não apenas fazer empréstimos em cruzeiros, mas também fazer empréstimos baseados em custo externo, taxa externa e na própria correção cambial.

Achamos que essa é uma tendência muito favorável e que deve ser estimulada e apoiada pelo Governo, pelo Banco Central e nós estamos criando condições para que outros bancos brasileiros sejam bancos federais, sejam bancos privados, bancos estaduais, continuem aplicando, de maneira ordenada, suas agências no exterior, porque estamos convencidos de que esse é um grande mecanismo de apoio ao comércio exterior brasileiro.

Ao lado dessa projeção para o exterior, houve também uma projeção para o interior. A rede bancária brasileira acompanhou o deslocamento da nossa fronteira econômica. É curioso observar que esse desenvolvimento interno, essa interiorização, se fez de uma maneira absolutamente previsível e racional, já que a grande expansão de agências, nos últimos dez anos, acompanha exatamente aquelas áreas que apresentaram ritmo de crescimento mais elevado. Assim, a expansão mais acentuada se dá no Norte, com crescimento de 121% em números de agências; no Centro-Oeste, com 120%, em contraste com o Nordeste, cerca de 98%, em contraste com uma expansão de apenas 23% na Região Sudeste, que já, evidentemente, apresentava, no passado, um atendimento, em princípio, plenamente satisfatório e, portanto, um crescimento muito mais vegetativo aproveitando o crescimento da renda e a demanda por serviço na Região.

É interessante também tocar num assunto polêmico e sempre muito debatido — eu estava até agora há pouco, conversando com o Senador Tancredo Neves sobre esse aspecto do sistema brasileiro, que é a participação estatal no sistema. É um assunto que foi, recentemente, debatido num congresso de bancos e que, obviamente, chama a atenção pelas implicações econômicas e sociais.

Observamos, em termos de participação do Estado, no sistema financeiro, que, em termos de empréstimos e depósitos dos bancos comerciais, há uma razoável estabilidade. Se considerarmos o Banco do Brasil, por exemplo, nos últimos sete ou oito anos, de 1973 a 1980, praticamente, não se alterou a participação do Banco do Brasil nos empréstimos totais, que continuam estáveis, na faixa de 38%. Os bancos estaduais tiveram um aumento de participação, ganharam espaço, cresceram na sua parti-

cipação na ordem de 18% para cerca de 23%. Os bancos privados, conseqüentemente, tiveram uma pequena redução de 40% para 35%, em termos de empréstimos. Em termos de depósitos, o panorama é praticamente o mesmo, com uma pequena redução no Banco do Brasil, de 28% para 26%, um pequeno aumento nos bancos estaduais e um pequeno aumento de 1% nos bancos privados. O panorama, portanto, é de estabilidade. Não há, segundo esses indicadores, nenhuma alteração sensível, em termos de aumento ou ampliação do sistema estatal nos últimos anos. O Banco Central vem procurando, recentemente, estabelecer regras estáveis para assegurar uma expansão equilibrada, nos próximos anos, entre a rede privada, os bancos federais e os bancos estaduais. Eu diria mesmo que, pela primeira vez, durante muitos anos, o Conselho Monetário Nacional aprovou uma regra conhecida, definida e explícita que irá permitir a expansão do Banco do Brasil, dos bancos estaduais, da Caixa Econômica, dos bancos privados, dentro de dois princípios fundamentais. Em primeiro lugar, assegurar o equilíbrio entre a dimensão estatal e privada; em segundo lugar, fazer com que a expansão do sistema financeiro dos bancos comerciais se dê acompanhada do aumento de capitalização, já que queremos, cada vez mais, um sistema financeiro seguro, resistente às crises conjunturais e, no mesmo tempo, nessa reformulação da sistemática de expansão do sistema financeiro dos bancos comerciais, o Banco Central aproveitou a oportunidade para consolidar outro objetivo, que consideramos essencial, que é o objetivo de consolidar e fortalecer a pequena e média instituição e, principalmente, estimular e desenvolver vocações regionais.

Estamos convencidos, pela própria evidência recente de evolução do sistema financeiro brasileiro, de que existem hoje, no Brasil, espaço, mercado suficiente para a convivência pacífica e lucrativa, tanto dos grandes conglomerados nacionais que se projetam para o exterior, quanto das instituições de pequeno e médio portes. Tem sido essa, uma das principais preocupações e objetivos do Banco Central: tornar o sistema financeiro mais competitivo, mais eficiente, criar condições para a consolidação das instituições de pequeno e médio portes e, principalmente, desenvolver as vocações regionais. Como eu disse, nos últimos anos, houve esse processo de concentração do sistema financeiro, surgiu a figura do grande conglomerado, em grande parte até resultado de uma política deliberada do Governo de consolidar o sistema, passaria daquela fase de expansão exagerada, mas hoje achamos que as próprias características do País, o próprio objetivo de acentuar a descentralização econômica, de reduzir desequilíbrios regionais, traz, em si, no seu bojo, a necessidade de alterações na própria estrutura do sistema financeiro. Estamos convencidos de que a consolidação da figura do pequeno e médio bancos e o aparecimento, no Brasil, nos próximos anos, do banco regional, especializado numa certa área geoeconômica, mais voltado para desenvolver, inclusive, vocações empresariais locais, está perfeitamente inserido, se coaduna muito com o espírito atual e com o desejo, diria, da economia brasileira de um desenvolvimento econômico mais equilibrado e de uma maior descentralização das atividades econômicas.

O Banco Central vem já utilizando instrumentos importantes para tornar esse objetivo uma realidade. Como eu disse, nessa nova regra de expansão do sistema financeiro há explicitamente mecanismos que privilegiam a expansão dos pequenos e médios bancos e a expansão das agências voltadas à especialização regional. O mecanismo utilizado é a redução do custo para acesso a essas novas agências. No caso de regionalização, o custo é a metade daquele fixado para uma expansão normal. Esse mecanismo, além de outros mecanismos já aprovados, está voltado a criar maiores condições de competitividade e eficiência e rentabilidade para as pequenas e médias instituições.

Nesse sentido, eu ressaltaria uma medida extremamente importante, adotada recentemente pelo Banco Central, que foi a figura do compulsório diferenciado. Sempre, no Brasil, utilizou-se a sistemática de uma única taxa de recolhimento compulsório para todos os bancos, independentemente de seu tamanho.

Recentemente, o Banco Central sugeriu e o CMN aprovou uma redução do compulsório, quando se trata de bancos de porte médio e quando se trata de bancos de porte pequeno; ou seja, reconhecendo que existem diferenças estruturais, em termos de custo de intermediação financeira, entre uma instituição de porte grande e uma instituição de porte pequeno, e reconhecendo também que é fundamental assegurar a maior competitividade do sistema financeiro.

Esta medida teve grande repercussão, grande impacto, e deverá criar condições para uma maior eficiência e rentabilidade e, portanto, possibilidade de expansão, não paternalista, dessa faixa de pequenas e médias instituições. Simultaneamente, e aí nós já entramos naquelas duas últimas dimensões, que eu havia mencionado com relação aos aspectos institucionais, que dizem respeito, além da dimensão estatal privada, o aspecto de segmentação do crédito.

Estamos, também, preocupados em fortalecer e ampliar o acesso ao crédito pelas pequenas e médias empresas. Esse é um problema, extremamente, complexo. O Brasil já adota, de maneira explícita, a idéia de segmentação do crédito, ou seja: a idéia de compartimentalizar o crédito, aplicando o crédito a uma faixa mais favorecida, mais reduzida, e bem abaixo da taxa de mercado, quando se trata de pequena e média empresa.

Apesar desse esforço e da aplicação compulsória de recursos dos bancos, sejam eles privados, estaduais, que emprestam para pequenas e médias empresas, ainda existem várias distorções, estamos trabalhando, ultimamente, procurando aperfeiçoar e reduzir essas distorções.

Em primeiro lugar, combinamos essa redução do compulsório para pequenos e médios bancos, com a ampliação da fatia obrigatória aplicada à pequena e média empresa.

Assim, hoje, os pequenos e médios bancos aplicaram, respectivamente, 16 e 14% do seu compulsório aos créditos a pequena e média empresa ao invés de 12%, que prevalecem para as grandes instituições.

E, em termos de ampliar o acesso da pequena e média empresa a esse crédito subsidiado, a esse crédito extremamente importante, cujo custo é praticamente a metade do custo efetivo de mercado, nós aperfeiçoamos o mecanismo de duas formas: em primeiro lugar, proibimos o acesso a esse crédito daquelas pequenas e médias empresas que estejam ligadas a grandes conglomerados, que era uma forma artificial de desviar esses recursos, o acesso a esses recursos. Em segundo lugar, fixamos o valor máximo de acesso a esse empréstimo por empresa, a fim de pulverizar esses recursos pelo maior número possível de empresas.

E, finalmente, recentemente, adotamos medidas bastante rígidas, com relação ao uso de mecanismos artificiais que elevam as taxas de juros, na área subsidiada, relacionados com uso artificial indevido de mecanismos de reciprocidade, estabelecendo uma multa pecuniária, automática, que poderá chegar até 800 mil cruzeiros por operação, caso esses mecanismos, esses artificios sejam utilizados.

Portanto, há um grande esforço do Banco Central e do Governo de, em primeiro lugar, ampliar o volume de recursos para pequena e média empresa. Em segundo lugar, de tornar esses recursos mais acessível e mais equitativo.

Ao mesmo tempo, o Governo procura atacar, na raiz, a questão e as implicações relacionadas com a segmentação do crédito. Chegamos a um estágio, no Brasil, hoje, em que a parcela do crédito subsidiado, ou seja, a parcela do crédito em que o Governo dirige, comanda, e que

normalmente apresenta uma taxa de juros abaixo da taxa de mercado, portanto, um subsídio implícito ou explícito, representa, mais ou menos, 70% do crédito total. Ou seja, nós temos apenas 30% do crédito, efetivamente livre. Essa segmentação do crédito procura atender àquelas áreas prioritárias, fundamentalmente, hoje, como eu disse, a pequena e média empresa, a agricultura e exportação. O grande problema é que, se segmentamos o crédito e ampliamos aquela parcela dos recursos subsidiados, necessariamente, limitamos a parcela de crédito livre, e, portanto, criamos um mecanismo artificial de compressão da oferta de crédito livre, o que contribui para manter as taxas de juros, nesta faixa de mercados, em patamares, excessivamente, elevados.

Hoje, no Brasil, nós vivemos uma situação, realmente, distorcida, em que convivem taxas de juros reais, extremamente, altas, positivas, nas faixas de mercado livre, e taxas de juros reais extremamente, baixas, negativas mesmo, ou seja, abaixo da inflação, naquela faixa de crédito subsidiado, que atende as áreas prioritárias.

O grande problema, portanto, é como eliminar as distorções sem criar traumas, sem que, de uma hora para outra, através de uma mudança radical, elevar, de maneira drástica ou exagerada, o custo financeiro para áreas consideradas prioritárias.

O Governo optou por uma sistemática gradual e vem procurando, através de mudanças anuais, ir corrigindo, elevando, lentamente, mas numa direção firme, o nível de taxas de juros, na faixa subsidiada, e, portanto, indiretamente, ampliando a parcela relacionada com mercado livre.

Não há dúvida de que, hoje, a diferença é muito grande, mesmo com relação a áreas prioritárias, e é por isso que o Governo está empenhado em ir reduzindo a margem de crédito subsidiado, elevando, como vem fazendo recentemente, as taxas de juros na agricultura, na própria exportação, no PROALCOOL e na pequena e média empresa a fim de eliminar essa diferença de taxas entre faixa subsidiada e faixa de mercado livre.

Existem várias razões para esse processo. Em primeiro lugar, razões de natureza alocativa, de eficiência no uso e recursos. Essa diferença de taxa, muitas vezes, leva ao uso exagerado, indevido do crédito, estimula acumulação de estoques especulativos e, muitas vezes até, acelera o desvio de atividades produtivas para atividades, cuja rentabilidade social é pequena.

Em segundo lugar, o aspecto equitativo. É difícil e quase impossível, como eu illustrei com relação a pequena e média empresas, e o mesmo é verdadeiro na área agrícola, evitar que haja uma tendência à concentração do acesso ao crédito subsidiado nas mãos de algumas poucas grandes empresas, de alguns poucos grandes setores. Então, o uso exagerado do mecanismo do crédito subsidiado, em geral, cria distorções de natureza distributiva e é um dos pontos que já vem sendo, praticamente, discutido, debatido e diagnosticado por vários estudiosos, economistas e por pessoas em geral. Em terceiro lugar, um fato concreto: esses subsídios têm que ser cobertos de alguma forma, tem que ser financiados de alguma forma. Em tese, nós poderíamos ter crédito subsidiado e cobrir a diferença do subsídio, através de um superávit do tesouro. Isso, em teoria. Mas, na prática, a experiência brasileira vem mostrando que, infelizmente, é quase impossível para o Governo conseguir gerar excedentes fiscais no montante suficiente para cobrir a taxa rápida de expansão do volume do crédito subsidiado.

Para que V. Ex^{ts} tenham uma idéia, em 1981, no orçamento monetário, a parcela de crédito subsidiado, das chamadas contas em aberto, chega a representar quase 70% do total. E a expansão desses recursos tem se dado a taxas, excessivamente, elevadas. Por exemplo, exportação, um crescimento cerca de 134%; a área de PROALCOOL rural, industrial, 97%. Quer dizer, é difícil, é inviável para o Governo manter este ritmo de expansão do volume do crédito subsidiado, sem sacrificar totalmente

o controle da política monetária e sem inviabilizar, totalmente a execução do orçamento monetário. Ou seja o Governo tem, de fato, que racionar esse crédito subsidiado e a única forma inteligente, eficiente de racionar esse crédito subsidiado é através de uma elevação gradual das taxas de juros.

Estamos, portanto, num processo importante de modificação gradual, mas firme, dessa segmentação excessiva do crédito, dentro — como eu disse — de uma filosofia de mudanças lentas, para não traumatizar aqueles setores que hoje dependem desse crédito subsidiado.

Mas, não há dúvida alguma de que, hoje, o empresário, principalmente o empresário agrícola, está disposto a aceitar menor dose de crédito subsidiado, com maior liberdade de preços. O importante, para ele, é de fato o estímulo, em termos de preços, em termos de investimento na expansão agrícola.

Eu gostaria também de mencionar um outro aspecto de fundamental da evolução do sistema financeiro brasileiro, em que o Banco Central vem desenvolvendo, de maneira intensa, que é a questão da reintrodução do conceito de risco no sistema financeiro.

Estamos, também, convencidos, neste aspecto, de que a própria evolução do sistema financeiro, os níveis elevados de capitalização, têm sido aliás uma exigência permanente do Banco Central, criaram, hoje, nas condições brasileira dos dias atuais, uma situação tal, em que é fundamental reintroduzir, de maneira explícita, o conceito de risco no sistema. Qualquer atividade de investimento depende de rentabilidade, liquidez e risco. É um tripé, que tem que estar associado e combinado.

E, nesse sentido, o Banco Central e o Governo tomaram a decisão, recentemente, de deixar bem clara a posição do Governo, atuando de maneira decisiva, através, inclusive, de intervenções, quando se fizer necessário, para eliminar distorções, imperfeições, e deixar que tanto o empresário financeiro como o próprio investidor saibam de suas responsabilidades, cuidem, com mais cuidado e com mais responsabilidades, da evolução de sua empresa ou das próprias opções de investimentos.

Como V. Ex^{ts} sabem houve, recentemente, um ciclo de saneamento do sistema financeiro; o Banco Central realizou cerca de 18 intervenções, procurou agilizar ao máximo o encaminhamento desses processos à justiça, no caso de ilícitos criminais, e, com isso, restabeleceu, no mercado, o conceito de risco, como eu disse, e já estamos notando, inclusive, uma mudança clara de comportamento tanto do investidor como do empresário com relação ao futuro desse mercado.

Estamos convencidos de que essas 18 intervenções, que representam apenas uma pequena parcela, uma minoria do sistema financeiro, que o sistema financeiro saiu consolidado e mais fortalecido desse processo de saneamento e, o mais importante, o Banco Central não despendeu recursos públicos no financiamento da má administração, da má gerência.

Relacionado com esse problema de intervenções e saneamento de reintrodução do risco, eu gostaria, inclusive, de colocar para V. Ex^{ts} o aspecto que o Banco Central pretende encaminhar, em breve, para o Congresso, para discussão e eventual aprovação, que é a necessidade de reformulação da Lei nº 6.024, que é a lei que cuida da sistemática desse processo de intervenção.

Esse é um assunto extremamente importante, é um assunto também polêmico. Eu apenas gostaria aqui, de colocar para V. Ex^{ts} duas alternativas, dois caminhos que considero fundamentais que sejam debatidos e discutidos de maneira ampla.

Existem duas opções fundamentais com relação à reformulação da Lei nº 6.024. Todas elas, em primeiro lugar, partem do pressuposto de que a lei, que já representou um endurecimento sensível, no que diz respeito à punição dos ilícitos no mercado financeiro, criou a figura do arresto em disponibilidade de bens, ela tem algumas distorções e, principalmente, ela tem se mostrado muito

lenta e complexa na sua aplicação. E, por mais que o Banco Central procure se esforçar, procure ativar e acelerar esse processo, ele esbarra nos fundamentos legais que colocam uma série de procedimentos, que, normalmente, arrastam e tornam longo esse processo de intervenção.

O que pretendemos fazer é apresentar ao Congresso a reformulação dessa lei, no sentido de torná-la mais ágil, mais eficiente, mais rápida, e que, de fato, crie condições para a punição de eventuais distorções e crimes no mercado financeiro.

Mas, aqui temos duas alternativas, que acho extremamente importante colocar para debate.

Uma seria agilizar a sistemática e ampliar os poderes do Banco Central para fiscalizar, intervir e julgar. A outra seria estabelecer um limite claro, entre a ação do Banco Central, que iria até a fiscalização e a intervenção e, a partir daí, o procedimento que seria um procedimento exclusivamente na área do Judiciário e da Justiça.

Confesso a V. Ex^{ts} que, pessoalmente, simpatizo mais com a segunda alternativa. Acho que é necessário e até, dentro da tendência atual das mudanças institucionais que o País está passando, estabelecer um limite mais claro para atuação do Banco Central e, principalmente, definir bem até onde deve ir a sua ação e os seus poderes.

Ou seja, temos aqui um assunto delicado, que é, muitas vezes, a necessidade e o desejo da cobrança de eficiência e rapidez e, ao mesmo tempo, uma ampliação exagerada de poderes, na área exclusiva do Executivo, que fiscalizaria, faria a intervenção e, ao mesmo tempo, julgaria.

É um assunto, como eu disse, para debate, um assunto extremamente importante, e nós estamos abertos às sugestões de V. Ex^{ts} e de toda a classe política, porque achamos que é um assunto que está inserido dentro do processo de aperfeiçoamento institucional do Banco Central e das leis econômicas no Brasil.

De qualquer maneira, há disposição do Governo de aperfeiçoar, reformular e tornar cada vez mais eficiente esse mecanismo de intervenção no sistema financeiro.

Eu diria, também, que o Banco Central, recentemente, não ficou apenas em medidas punitivas, apenas na intervenção e no encaminhamento de processos criminais.

Estamos preocupados em atacar o problema na sua raiz e identificamos as razões básicas para esses processos de desvios e distorções de recursos no mercado financeiro, que têm muito a ver com o próprio processo atual de controle do lançamento de títulos privados.

Para isso, estabelecemos uma nova sistemática e um grupo de trabalho que deverá reproduzir, na área privada, aquilo que fizemos, com grande êxito, na área dos mercados públicos.

Como V. Ex^{ts} sabem, havia na área do mercado aberto também problemas sérios de distorções institucionais, havia a figura do cheque atleta, que permitia aplicações no open praticamente sem recursos, e o Banco Central atuou de maneira profunda nessa questão.

Em janeiro do ano passado, criamos o SELIC — Sistema Especial de Liquidação Financeira e Custódia — com isso, eliminamos a figura do cheque atleta, obrigamos a compra de títulos públicos exclusivamente com reservas livres, ou seja, com dinheiro à vista, reduzindo, portanto, a especulação predatória; ampliamos a segurança do sistema, já que as operações são feitas com lastro explícito e evidente de títulos públicos e a maior evidência da profundidade dessa reforma é que a recente crise do sistema financeiro, as recentes intervenções, não alteraram, de forma alguma, o mercado aberto e a execução da política monetária, que continua sendo feita com o mesmo rigor e com a mesma preocupação de conter o excesso de liquidez.

Pretendemos aplicar, ainda este ano, essa reforma na área de títulos privados, criando a custódia centralizada de papéis privados, que irá eliminar, eu diria, talvez 80,

90% das distorções mais comuns do sistema financeiro, e será uma outra mudança de natureza estrutural, mais profunda, que pretendemos implementar.

E, finalmente, algumas considerações com relação a atual conjuntura e o sistema financeiro.

Estamos vivendo uma fase extremamente difícil da economia brasileira, uma fase em que a inflação se encontra ainda a níveis elevados e excessivos, mesmo para uma economia como a brasileira, que, de acordo com um historiador amigo meu, tem 300 anos de inflação e, nesse contexto, estamos procurando aplicar uma política de combate à inflação, que segue um figurino fundamentalmente gradualista, que procura eliminar os excessos de expansão monetária, sem provocar crises de liquidez, que procura combater a inflação, não apenas com medidas monetárias, mas, também, através do controle rígido e do disciplinamento do setor público, já que, sem dúvida alguma, na raiz da inflação brasileira, além da componente externa, está o problema crônico do déficit público.

Ou seja, o Governo procura articular e coordenar os instrumentos fiscais e monetários, a fim de reequilibrar a economia, tanto no plano interno como no plano externo.

Não é uma tarefa fácil; é uma tarefa difícil, complexa e necessariamente lenta, principalmente, se optamos por uma estratégia gradualista, ou seja, não é possível combinar gradualismo com respostas rápidas e imediatas para os problemas econômicos brasileiros.

Um efeito quase que inevitável da montagem atual da política econômica é, sem dúvida, um nível de taxas de juros, nessa faixa de mercado de 30%, elevado ainda que transitoriamente. Aí, temos que considerar os ingredientes que afetam as taxas de juros. Temos, em primeiro lugar, que reconhecer o impacto da correção monetária. A correção monetária que o Governo teve que reformular e colocá-la novamente em níveis realistas a fim de estimular a poupança doméstica, a fim de desestimular o consumo do supérfluo, a fim de desestimular o endividamento externo excessivo.

É bom lembrar que a taxa de juros tem duas dimensões: uma delas é o custo financeiro que incomoda e que causa inclusive preocupações. Mas a outra dimensão positiva é o estímulo à poupança.

Quer dizer, infelizmente, todos nós gostaríamos de ter a maior correção monetária possível, na poupança, e a menor no pagamento da prestação; mas a realidade econômica e a lógica econômica não permitem que essa equação seja resolvida. Quer dizer, a taxa de juros é de fato essa variável, tem essas dimensões, é, ao mesmo tempo, estímulo à poupança e, ao mesmo tempo, custo financeiro.

Por outro lado, vivemos, como eu já disse, numa economia e num sistema financeiro, extremamente integrado com o exterior. E essa foi uma grande evolução da economia brasileira: a abertura para o exterior e a abertura, também, do sistema financeiro.

Isso significa vantagens, permitiu que o Brasil financiasse o seu crescimento, permitiu que o Brasil financiasse os seus investimentos e as suas exportações, mas colocou a economia brasileira integrada e ligada ao mercado financeiro internacional. E, hoje, o que caracteriza o mercado financeiro internacional é, sem dúvida, enorme flutuação, a enorme variação da taxa de juros e a imprevisibilidade dessas taxas. Estamos não só, hoje, convivendo com o choque do petróleo, mas estamos, também, convivendo, com uma sucessão de choques financeiros. Não é só o nível da taxa de juros externa excessivamente elevada, mas a sua flutuação em termos de curto prazo. Agora mesmo, a taxa externa se encontra na faixa de quase 19% e, possivelmente, não poderemos esperar esse ano grandes quedas, grandes reduções devido às dificuldades que os Estados Unidos vêm encontrando em executar a sua política de combate à inflação.

Então, esse ingrediente da taxa externa é um ingrediente explícito, visível, sobre o qual não temos controle direto e precisamos financiar o nosso balanço de pagamentos, precisamos conseguir os recursos externos necessários para manter a economia brasileira crescendo num ritmo mínimo suficiente, para atender às pressões sociais. É por isso que tem necessariamente que haver um diferencial entre o custo interno do dinheiro, empréstimos feitos em cruzeiros e o custo externo. Nós temos que procurar manter sempre mais atraente para o setor privado o empréstimo externo.

Finalmente, existem outros instrumentos, esses transitórios e internos, que contribuem para uma pressão maior sobre as taxas de juros, mas que são inevitáveis e que o Governo colocou, não por simpatia dogmática, mas por pragmatismo, como é o caso do controle quantitativo do crédito, que é uma outra forma de forçar a empresa privada brasileira a buscar recursos no exterior.

Portanto, é uma situação, como eu disse, de pressão sobre as taxas de juros elevadas, que esperamos que seja uma situação transitória e que a própria continuidade das políticas e o seu impacto, em termos de reversão sobre a inflação, deverão gradualmente contribuir para uma desaceleração das taxas de juros que, aliás, na última reunião, na semana passada, na Bahia, já houve um primeiro esforço para acelerar essa mudança de tendência, através da redução da comissão de repasse, por parte dos bancos comerciais.

Portanto, Sr. Presidente, Senador Tancredo Neves, Sr. Relator, Senador José Lins, tenho a impressão de que são essas as observações que eu poderia fazer, ressaltando, apenas, que o Banco Central deu a esta Comissão Parlamentar de Inquérito a maior atenção e a maior importância e, nós, inclusive, constituímos um grupo de trabalho, que realizou um estudo profundo do sistema financeiro, que tivemos a oportunidade de encaminhar a V. Ex^a esse material completo que cobre, inclusive todos os itens do questionário referente à Comissão e, além desse documento e da minha exposição, estou aberto e ansioso para receber as perguntas, as sugestões e as críticas dos Srs. Senadores.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tancredo Neves) — Senador Roberto Saturnino, V. Ex^a é o principal responsável por esta Comissão, porque dela teve a iniciativa. Ao seu trabalho V. Ex^a vem dando assiduamente a sua lúcida assistência e, mais do que isso, um devotamento integral.

Por motivos alheios a sua vontade, V. Ex^a não pode estar presente, quando o Presidente Langoni iniciava o seu depoimento. Vou me permitir resumir em largas pinceladas o que disse S. Ex^a, antes de sua chegada, para que V. Ex^a possa integrar o que ouviu àquilo que não ouviu.

Eu pediria ao Presidente Langoni que, por favor, retifique, se, por ventura, eu for infiel no resumo da sua exposição.

Começou o ilustre conferencista centralizando a sua alocação na legislação que reformulou o sistema financeiro brasileiro, com a criação do Banco Central e a legislação complementar que criou o mercado de capitais. Para salientar que, daí, realmente, as instituições financeiras no Brasil tiveram uma grande expansão. O mais importante, nesta fase, foi o instituto da correção monetária, de início, criado para revalorizar os títulos da dívida pública, depois, estendidos à poupança e, mais tarde, aos ativos e, por fim, às dívidas reais. Foi, realmente, um instrumento mais importante, nessa fase de implantação de novas normas e novas regras para a instituição financeira.

Criada a instituição financeira à luz da nova legislação, passou à expansão. O sistema financeiro passou a se caracterizar pelas seguintes conotações: primeiro, a concentração; segundo, a internacionalização; terceiro, a

interiorização; quarto, a sustentação às pequenas e médias instituições financeiras e, por fim, a segmentação do crédito.

A parte da concentração continua muito intensa. Mostrou S. Ex^a, com os dados estatísticos que teve, que o Banco do Brasil é responsável por 30%, os outros bancos oficiais estatais, 25%, e isso não só em relação aos empréstimos, como em relação aos depósitos. Essas características estatísticas estão sendo mantidas, quase que uniformemente, com pequenas oscilações no curso do tempo. Mostrou, ainda, que a concentração teve, como consequência, o conglomerado financeiro, com todas as suas conhecidas repercussões na vida econômica brasileira.

Mostrou, depois, a internacionalização do crédito no Brasil. Nós, há alguns anos, possuíamos apenas 10 agências de bancos no exterior, hoje, já possuímos 90 ou pouco mais de 90.

S. Ex^a acha isso realmente um sistema importante, porque tem sido realmente uma sustentação da maior relevância, não apenas no financiamento de nosso processo de desenvolvimento econômico, mas, inclusive, na correção do desequilíbrio do nosso balanço de pagamentos, possibilitando, realmente, ao empresário brasileiro adquirir empréstimos, não só em cruzeiros, como, também, em dólares.

Com relação à interiorização, mostrou S. Ex^a que realmente o sistema bancário brasileiro está acompanhando as novas fronteiras econômicas e, realmente, o número de agências cresce muito mais em proporção ao Nordeste e à região Centro-Oeste, que são realmente onde estão eclodindo novas forças econômicas necessitadas da sustentação da assistência do crédito.

Falou, ainda, que o Banco Central tem desenvolvido uma política de apoio à pequena e à média instituições financeiras, mostrando que, realmente, a regionalização de pequenos estabelecimentos bancários é da maior importância, para propiciar a eclosão de vocações regionais, que devem ser estimuladas.

E, por último, com relação à segmentação, V. Ex^a acompanhou. Foi justamente a fase em que V. Ex^a aqui chegava.

O SR. CARLOS LANGONI — Confesso o meu entusiasmo pela precisão do resumo do Senador Tancredo Neves.

O SR. PRESIDENTE (Tancredo Neves) — Muito obrigado a V. Ex^a.

Estão inscritos para interpelar o ilustre visitante alguns ilustres e eminentes Senadores.

O primeiro inscrito é o nosso eminente colega Senador Bernardino Viana a quem dou a palavra.

O SR. BERNARDINO VIANA — Caro Presidente Langoni:

Antes de tudo quero cumprimentá-lo pela brilhante palestra que fez hoje nesta Comissão.

Mostrou que está por dentro de todo o sistema financeiro nacional, principalmente, no que se relaciona com as atividades do Banco Central.

O Banco Central, apenas com 16 anos de existência, vindo substituir a Superintendência da Moeda e do Crédito, ele inicialmente teve que lutar com grandes problemas, principalmente para controlar uma rede bancária que, naquela época, era completamente desorganizada e que operava mais à base da segurança do que da finalidade econômica das operações. Posteriormente, teve que lutar, também, com a criação de bancos estaduais, da rede bancária oficial. Ela surgiu a partir de 1963, principalmente nos Estados de economia pouco desenvolvida, e também nos bancos de desenvolvimento. Hoje, vejo que o Banco Central tem uma unidade administrativa que pode realmente cumprir a missão para a qual foi

criado, através da Lei nº 4.595/64, e que, realmente, apesar das crises ocasionais, ele supera, com muita facilidade, como foi o caso recente das intervenções que ocorrem no período de novembro de 80, a fevereiro de 81.

Sr. Presidente, eu teria umas perguntas para fazer a V. Exª, que eram um número de três, mas V. Exª, no decorrer do seu discurso, da sua exposição, digo melhor, respondeu. Era quanto aos resultados obtidos com a criação da SELID, do Sistema Especial de Liquidez, no mercado de títulos públicos. Eu perguntaria também a V. Exª, e V. Exª já respondeu, se estão providenciando a criação de um sistema especial de liquidez de custódia para os títulos da área privada. E, finalmente, o que se estava fazendo a respeito da Legislação que apressasse os processos de intervenção e também a tipificação das ocorrências criminais, dentro de um sistema penal.

Sr. Presidente, fiquei muito satisfeito com a exposição de V. Exª que já respondeu às minhas perguntas. Da minha parte, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tancredo Neves) — Concedo a palavra ao segundo interpelante inscrito, nosso ilustre Senador Jorge Kalume.

O SR. JORGE KALUME — Sr. Presidente, brilhante estadista Tancredo Neves, inicialmente, quero confessar a minha alegria, meu contentamento pela maneira como V. Exª conseguiu sintetizar, em rápidas pinceladas, a exposição feita pelo jovem expositor do Banco Central. V. Exª tem um cérebro de computador. (Risos).

O SR. PRESIDENTE (Tancredo Neves) — Muito obrigado.

O SR. JORGE KALUME — Mas, meu Presidente Langoni, depois da exposição que V. Exª fez, neste plenário, as perguntas que eu iria fazer estão todas inseridas dentro do contexto da sua exposição. Só me resta cumprimentá-lo pela maneira como se houve, nessa sua exposição sucinta, objetiva, em que o eminente Presidente do Banco Central mostrou o incremento e a expansão da política econômico-financeira do nosso País, principalmente depois da criação do Banco Central. Portanto, nada tenho a perguntar. Apenas quero me congratular pela sua cultura econômico-financeira. Estou certo de que ela veio preencher uma lacuna já aguardada por todos nós desta Comissão. Meus cumprimentos.

O SR. PRESIDENTE (Tancredo Neves) — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, o ilustre Senador Roberto Saturnino.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Sr. Presidente, o País está vivendo sob o influxo da idéia de abertura política e participação maior da sociedade, dos seus representantes, no Congresso Nacional, sobre as decisões do Governo, sob o influxo da idéia de recuperação, por parte do Legislativo, de muitas das prerrogativas que lhe foram tiradas arbitrariamente, e, no entanto, verificamos que o Congresso Nacional, isto é, a sociedade brasileira, através do Congresso Nacional, que é o seu representante, não tem nenhuma possibilidade de ingerência, não tem sequer conhecimento, muito menos oportunidade de discutir o orçamento monetário. Que, afinal de contas, é um instrumento de política, eu diria, o mais importante de que as autoridades dispõem. É, através do orçamento monetário, que se concebe, por exemplo, as somas enormes de subsídios, que se decide o subsídio ao crédito agrícola, ao crédito à exportação, enfim, uma série de outras decisões dessa magnitude.

O Congresso, por exemplo, e a Nação não têm conhecimento da forma pela qual será coberto o déficit resultante de encargos novos, que não foram previstos, na elaboração do orçamento, na sua forma original, como os 100 milhões de cruzeiros para o Nordeste, os 100 milhões de cruzeiros para o crédito prêmio, a exportação, os 60

milhões de cruzeiros para o DNER. E a notícia de hoje, os 7 bilhões de cruzeiros para melhorar a posição eleitoral do PDS, com empréstimos às prefeituras municipais, de vários municípios do interior.

Assim, é que eu gostaria de ouvir, por parte de V. Sª, a sua opinião, e alguma sugestão, no sentido de que possibilitasse ao Congresso Nacional ter conhecimento, ter possibilidade de discussão e algum tipo de ingerência na elaboração, enfim, na reelaboração desse instrumento importantíssimo de política monetária, e, por conseguinte, de política econômica do País, que é o orçamento monetário.

O SR. CARLOS LANGONI — Muito obrigado, ilustre Senador. Em primeiro lugar, realmente concordo com V. Exª quanto à importância do orçamento monetário. É um instrumento fundamental, e, no caso brasileiro, como V. Exª bem sabe, há uma relação íntima entre o orçamento monetário e o orçamento fiscal. Na realidade, existe inclusive uma longa tradição de nós trabalharmos quase que de maneira compartimentalizada no orçamento fiscal, preparando o orçamento fiscal, e o orçamento monetário, essa é que é a realidade, é quase que um orçamento residual. Aquilo que não cabe no orçamento fiscal acaba sobrando para o orçamento monetário. E é por isso que tenho dito, em diversas ocasiões, que é muito difícil ao Banco Central, muitas vezes, executar com precisão esse orçamento, já que ele sofre de distorções quase que estruturais e institucionais.

Primeira distorção importante é o ponto que procurei ressaltar, ou seja, o aumento, ano a ano, do peso das chamadas contas subsidiadas, ou das contas em aberto, no orçamento monetário. Ora, por definição, uma conta em aberto é uma conta imprevisível. Se é uma conta imprevisível, é praticamente impossível ao Banco Central, por mais que nós procuremos utilizar outros instrumentos de compensação, que vou mencionar aqui adiante, mas é muito difícil ao Banco Central cumprir com precisão a execução do orçamento monetário.

Esse é um ponto que nos preocupa muito e está intimamente ligado a essa proliferação e multiplicação de subsídios na economia brasileira, que tem sido uma tendência, eu diria quase que histórica. É muito fácil conceder o subsídio. O difícil é descobrir os recursos para financiá-lo de maneira não inflacionária. Estamos procurando, nesse primeiro ano de Banco Central, em primeiro lugar, Senador, aperfeiçoar a própria preparação do orçamento monetário. Como V. Exª, que acompanha com muito cuidado os assuntos econômicos, sabe muito bem, havia uma situação paradoxal. O orçamento monetário era aprovado em março ou abril no Brasil, quando nós já estávamos no ano seguinte, em plena execução da política monetária, em plena execução do orçamento fiscal. Ora, a primeira medida, extremamente singela, mas extremamente importante, do ponto de vista de administração das contas do Governo, que nós tomamos no ano passado, foi preparar o orçamento monetário como qualquer outro orçamento, seja uma empresa de um Estado, dentro do período do ano anterior a sua execução. Pela primeira vez na história do Brasil, tivemos o orçamento monetário aprovado pelo Conselho Monetário Nacional, em dezembro do ano passado. E isso já representou um enorme avanço, em termos de controle de administração, principalmente, porque o Banco do Brasil, como não havia ainda o orçamento monetário definitivo, trabalhava com contas provisórias.

O segundo ponto, de natureza institucional, é a inter-relação entre orçamento monetário e o orçamento fiscal.

Então, este ano pretendemos, inclusive, é uma sugestão, que já fizemos ao Ministro Galvão e ao Ministro Delfim, inverter um pouco o processo, pelo menos, quase que trabalhar par e passo. Ao invés de prepararmos o orçamento monetário somente após a preparação do orçamento fiscal, vamos começar a trabalhar o orçamento monetário em conjunto com o orçamento fiscal. E por

que isso? Isso é fundamental, porque, como V. Exª sabe, hoje, o volume de crédito para exportação, para agricultura, para o PROÁLCOOL representa um montante tal de recursos, que deveria, como eu disse na minha exposição, em tese, o subsídio por si só não é algo necessariamente ruim; é muito mais uma opção político-social. Mas, ele tem que ser necessariamente financiado com recursos, não inflacionários. Então, o que queremos este ano, ao preparar com antecedência o orçamento monetário de 1982, é colocar explicitamente, como despesa fiscal, a cobertura desses subsídios. Isso evidentemente, vai levar o Governo a ter uma visão mais realista daquilo que ele poderá gastar, em termos de investimentos, em termos de despesas correntes.

Então, é um outro aperfeiçoamento institucional que pretendemos fazer.

E, com relação ao subsídio, V. Exª conhece bem a posição do Governo, a posição do Banco Central. Nós precisamos de fato eliminar, de maneira gradual, porém firme, o excesso de subsídio. Há distorções, há efeitos regressivos sobre a renda, há estímulo à especulação, e nós estamos caminhando nesta direção, infelizmente, é um processo lento pelo volume a que já chegaram esses subsídios.

Agora, V. Exª tocou num ponto que considero essencial, o problema do acesso e da troca de idéias, com relação a esse orçamento. Eu diria que, também neste aspecto, o Banco Central já inovou. Havia uma tendência para não divulgar o orçamento monetário, ou divulgar, apenas, as grandes metas do orçamento monetário. Pela primeira vez, também, no ano passado, nós publicamos o orçamento monetário, na sua íntegra, divulgamos para todas as pessoas interessadas, não só para a classe empresarial, inclusive, aqui, no Congresso Nacional, fizemos questão, inclusive, de publicar uma versão do orçamento, em inglês, para desmistificar, um pouco, essa idéia de segredo, em torno do orçamento. Então, hoje o orçamento monetário é um documento público, é um documento que pode ser debatido, analisado, criticado, por todos. E nós pretendemos repetir isso esse ano e tornar cada vez mais amplo acessível, não só as informações orçamentárias, como as informações do Banco Central.

Nós, o ano passado, iniciamos uma sistemática de abrir as informações do Banco Central e estamos divulgando um boletim mensal, um informativo mensal, que fornece todas as informações sobre a conjuntura econômica, inclusive sobre as nossas reservas externas, dívida externa, em resumo, toda a conjuntura, e acho que, como V. Exª bem ressaltou, é uma necessidade imperiosa dentro dessa mudança, no quadro político institucional do País.

Então, do ponto de vista do Banco Central, posso dizer, apenas, a V. Exª que estamos abertos a debates, a sugestões, a trocar idéias. Se V. Exª quiser nos visitar e discutir o orçamento monetário de 1982, estamos perfeitamente interessados. Em resumo, acho, realmente, que o orçamento monetário não tem segredos; é um instrumento importante do Governo, as suas metas devem ser metas públicas, conhecidas, e as suas informações, inclusive, setoriais as mais divulgadas possíveis.

Portanto, estamos caminhando nesta direção e tenho a impressão, inclusive, de que V. Exª já irá assistir, este ano, essas modificações importantes na forma de construir, em resumo, de planejar o orçamento monetário.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Agradeço o esclarecimento eu inverteria a sugestão do ilustre Presidente do Banco Central, no sentido de que ele nos visitasse ou o Ministro da Fazenda visitasse, por exemplo, a Comissão de Finanças, ou a Comissão de Economia, do Senado, não só no momento da elaboração do orçamento monetário, como no momento das suas revisões, já que ele é imprevisível. Quer dizer, ele há de sofrer alterações ao curso da sua execução. Então, no momento dessas al-

terações mais importantes, que a Comissão de Finanças fosse informada ou tivesse oportunidade de tomar conhecimento, de discutir, de contestar, de apresentar esta ou aquela sugestão. Acho que isto facilitaria enormemente o relacionamento entre os dois Poderes.

O SR. PRESIDENTE (Tancredo Neves) — V. Ex^a me permitiria, então, como Presidente, participar deste debate. Haja visto, que recentemente criou-se um imposto sobre importações, e criou-se agora, um privilégio às exportações, na fase de supressão de tributos, o Congresso não foi ouvido, não foi consultado, como se nós não tivéssemos nada com isso. Essas decisões de profunda repercussão na vida nacional tomadas pelo Conselho Monetário Nacional.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Obrigado, agradeço a contribuição excelente de V. Ex^a

Presidente, o Banco Central, V. S^a ressaltou muito bem isso, decidiu, no ano passado, agir com rigor no saneamento das instituições, do mercado financeiro em geral, e tomou medidas efetivamente rigorosas, que atingiram algumas dezenas de instituições.

Entretanto, no momento em que esta prática saneadora, no momento em que se suspeitava que esta prática saneadora fosse atingir uma determinada instituição, sobre a qual, não vamos negar, pairam suspeitas, e, que foi a maior beneficiada, sem nenhuma dúvida, na ocasião das operações de compra das obrigações da ELETROBRÁS; e que, segundo as informações, não sei se corretas, ou não, que corriam, no mercado financeiro, que apareciam na imprensa, tinham um passivo elevado, patrimônio negativo, que se dizia superior a quinhentos milhões de cruzeiros, e, neste momento, parece que a prática, quer dizer, o que se verificou é que aquelas práticas saneadoras, pararam, quer dizer, justamente no momento em que se suspeitava que iria atingir esta corretora. E a opinião pública tomou conhecimento, surpresa da alteração de compra da BRASTEL, se não me engano por 300 milhões de cruzeiros, de um patrimônio que se dizia negativo na ordem de 500 milhões de cruzeiros ou mais.

Acho que é nosso dever, aqui, não esconder que há uma suspeição sobre este caso, e eu gostaria de ouvir. Este caso não foi esclarecido suficientemente. Isto é, primeiro, porque a prática saneadora não atingiu a corretora, porque não se deu a intervenção na Laureano, que era suspeita de irregularidades e de um passivo muito grande e como se deu esta compra, quer dizer, a BRASTEL recebeu alguma compensação para efetuar esta operação? Eu gostaria que este caso ficasse esclarecido, porque, sobre ele, pairam suspeitas, e acho que é nosso dever e de interesse da autoridade monetária que haja um concreto esclarecimento.

O SR. CARLOS LANGONI — Pois não, ilustre Senador, acho que é uma excelente oportunidade para esclarecer este caso. E eu diria, como V. Ex^a bem ressaltou, que de fato a corretora Laureano viveu, a partir do problema da iliquidez das obrigações reajustáveis da ELETROBRÁS, que ela detinha grandes posições, viveu, nos últimos anos, sempre uma situação de dificuldades, e com um acompanhamento de fiscalização, inclusive, do Banco Central. A verdade é que, neste começo de ano, principalmente com as intervenções do Banco Central, essas dificuldades, e principalmente o aspecto de mercado do financiamento, é muito importante, o aspecto de credibilidade numa instituição financeira. — V. Ex^a sabe que é fundamental a confiança repercutiu em cima da Corretora Laureano. E o Banco Central deixou evidente à Corretora, em diversas ocasiões, que não daria uma centavo de apoio ou de financiamento, que era um problema — não importa, aqui voltar ao passado — era um problema herdado. Mas, a verdade é que nós, hoje, fixamos uma regra, não uma regra do Banco Central,

mas uma posição pública de todo o Governo. Não era apenas a figura do Banco Central, do seu Presidente, mas, era uma comprometimento público, como dissemos, por ocasião da intervenção do Banco Regional, de que íamos enterrar definitivamente o paternalismo do sistema financeiro brasileiro.

Com todas as consequências e riscos que V. Ex^a sabe, porque a administração de um processo de intervenção no mercado financeiro é extremamente difícil e, em certo sentido, imprevisível, porque nunca se sabe os efeitos sobre terceiros e, muitas vezes, até em empresas sólidas e de boa situação.

Felizmente, acho que, neste aspecto, somos felizes, conseguimos administrar esse processo de intervenção, sem nenhuma outra repercussão. Foram punidas empresas que, realmente, não tinham condições de sobreviver.

Com relação à Laureano, o que havia de fato era uma deterioração clara de sua posição, mas, a empresa não chegou a apresentar, em nenhum momento, uma situação de iliquidez visível, clara que caracterizasse, em termos da lei, a necessidade de uma intervenção.

Isto é um ponto importante, porque a intervenção é um ato forte, é um ato de força; o Governo fecha uma instituição. E, a lei é muito clara em relação aos requisitos para que esse ato possa ser realizado, sob pena, inclusive, de o Banco Central estar sujeito a um processo por parte da instituição.

Em outras palavras, o Banco Central tem que esperar a caracterização clara de um processo de iliquidez. É por isso que, muitas vezes, as pessoas criticam: "mas, por que o Banco Central não agiu antes? Por que o Banco Central não faz uma espécie de intervenção branca, que seria, na minha opinião, pior, porque a intervenção branca significa você ficar corresponsável por uma gestão que, muitas vezes, você não sabe em que vai dar.

Então, nossa posição, Senador, foi de absoluta coerência e firmeza. Posso afirmar a V. Ex^a que o Banco Central não deu à Laureano um centavo neste período de dificuldade.

O processo foi se aprofundado. O que aconteceu, ao longo desse processo, é que uma corretora específica, a BRASTEL, tinha posições, junto à Corretora Laureano, posições que chegavam a representar um montante bastante substancial. E, quando se caracterizou uma situação de bastante dificuldade, por parte da corretora, esse grupo, BRASTEL, preocupado em salvar a sua posição, já que teria prejuízos substanciais se a corretora fosse à falência, com a intervenção do Banco Central, e conhecendo a posição do Banco Central de não cobrir, inclusive prejuízo de investidores, como V. Ex^a que fizemos, não pagamos ninguém, nenhum centavo a investidor algum, para ser absolutamente preciso, somente no do Banco Regional, depósitos à vista de pessoas físicas até 100 mil cruzeiros. O Conselho Monetário Nacional autorizou, como a lei prevê, o pagamento, por uma questão até social, porque havia funcionários do Banco que não podiam receber os seus recursos.

Então, essa Corretora BRASTEL procurou o Banco Central e manifestou o seu interesse em absorver a corretora, para procurar salvar um montante vultoso de recursos que ela tinha naquela instituição.

O Banco Central simplesmente administrou este processo de transferência, por razões óbvias, já que era uma transferência complexa, envolvia, afinal de contas, a maior corretora do mercado financeiro, e o que nós fizemos foi administrar a solução. Não houve nenhum financiamento do Banco Central.

Aliás, aproveite a oportunidade para esclarecer um ponto importante: em uma certa ocasião, a imprensa divulgou que nós estaríamos dando um banco de investimento, um número de agências maior para a BRASTEL, que, aliás, havia, há cerca de um ano, comprado um pequeno banco comercial. Isto não é verdade. A BRASTEL vai receber apenas a cota de agências bancárias que

a nova regra do Conselho Monetário Nacional prevê, quer dizer, não haverá nenhum benefício, nenhum subsídio, nenhum incentivo e, realmente, não houve.

O que aconteceu foi realmente um fato bastante satisfatório e muito especial, quer dizer, uma instituição, que estava numa fase de expansão, que tinha posições fortes com a Laureano, resolveu correr o risco e investiu, além dos prejuízos que ela já tinha autorizado lá dentro, investiu cerca de 300 milhões de cruzeiros.

O que viabilizou a operação? Se havia um buraco de cerca de 1 bilhão, o que na realidade não é um prejuízo, são posições em ORTL — Obrigações Reajustáveis da ELETROBRÁS — que não têm liquidez. O Banco Central não recomprou e nunca comprará estes papéis, outro ponto fundamental, e foi dito, aliás, ao representante da BRASTEL, o empresário Paim, que não haveria possibilidade do Banco Central comprar qualquer desses papéis, nem que fosse a preços considerados próximos ao do mercado, já que não operamos com esses papéis; nós operamos com títulos públicos e federais.

O que tornou viável esta operação foi um processo de substituição de garantias que foi facilitado pelo fato da BRASTEL contar com grande imobilizações de terras. O empresário Paim é uma pessoa que tem grandes imobilizações de terras e ele pode, por um processo de substituição de garantias para empréstimos que a Laureano tinha feito no passado, substituir essas garantias que eram obrigações da ELETROBRÁS, títulos ilíquidos, por garantias reais, com plena cobertura e até garantias mais seguras do ponto de vista, por exemplo, do Banco do Brasil e do BANESPA, do que as garantias representadas pelos títulos públicos, que eram os dois principais credores.

Então, repare bem os fatos: em primeiro lugar, o fato do empresário procurar salvar um prejuízo inevitável, bastante elevado que ele teria com a intervenção; segundo lugar, o fato de ele ter garantias reais, totalmente livres, que estão num processo de subscrição e, por isso, o Banco Central teve realmente que administrar, como já disse, a solução, liberando os papéis da ELETROBRÁS e substituindo por garantias reais. Ele vai ficar, então, com esses papéis, que ele pretende colocar no mercado, pouco a pouco, na medida em que o mercado se torne mais atrativo.

Como V. Ex^s sabem é um papel para quem conseguir manter, até o seu vencimento, um excelente papel, porque tem correções monetárias, juros de 8% e ainda há, inclusive, eventualmente, o benefício de um sorteio que antecipa os rendimentos.

Portanto foi, realmente, uma solução de mercado, em que o Banco Central manteve a sua coerência e agradeço a V. Ex^a a oportunidade de esclarecer e deixar bem claro que essa posição, como disse, não é só uma posição do Banco Central; é uma posição do Governo, quer dizer, não haverá mais subsídios ou financiamentos ao mau gestor financeiro, o que não ocorreu no caso Laureano. Houve uma recomposição da dívida. Não houve mudança nenhuma da dívida, que continua a mesma. Essa dívida é uma dívida casada com a ELETROBRÁS. Houve uma simples substituição de garantias, essa dívida era lastreada, portanto, por esses papéis.

O que o Paim está fazendo é oferecendo terrenos, terras, garantias reais e, portanto, o Banco do Brasil e o BANESPA, liberando esses papéis que ele pretende ir vendendo no mercado, pouco a pouco, e portanto se ressarcindo da diferença que, na verdade, não era um prejuízo; era iliquidez que esse papel representa.

Ele acha que tem condições, ao longo do tempo, de ir recuperando isso, num processo gradual de saneamento.

É, inclusive, intenção do grupo, dentro de mais algum tempo, acabado esse processo de substituições de garantias, que leva realmente algum tempo, solicitar à Bolsa de Valores para fazer uma auditoria em toda a corretora,

para, inclusive, ele publicamente confirmar e consolidar esse processo de absorção, esse processo de transferência que o Banco Central vem acompanhando.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Quer dizer que, em 1979, no segundo semestre de 79, considerando o crescimento da taxa do processo inflacionário e alegando, argumentando, inclusive, que os juros, os custos financeiros constituíam um grande peso nos custos de produção em geral, que, por conseguinte, era um vetor inflacionário impotente, o Governo resolveu instituir a redução por tabelamento dos juros, que era a redução de 10%.

Mas, exatamente no momento presente, onde a taxa de inflação se multiplicou por várias vezes, o Governo resolveu liberar os juros, não mais considerar importante a elevação desses custos financeiros sobre a elevação do processo inflacionário, alegando a importância do estímulo à poupança.

Também acho que vale lembrar que, se a elevação dos juros estimula a poupança, desestimula o investimento, que é a realização, que é a concretização da poupança.

Mas, o que me parece contraditório é que, se naquele momento, a redução dos juros foi considerada importante para reduzir os custos, e no momento em que a inflação estava mais baixa do que hoje, parece uma contradição que hoje, com a inflação a essa taxa elevadíssima, proceda-se de maneira inversa, liberando e deixando livre. Embora V. S^a tenha feito referência a isso, eu gostaria de ouvir uma palavra a mais, um esclarecimento mais detalhado sobre este ponto.

O SR. CARLOS LANGONI — Pois não, Senador.

O que aconteceu no ano passado, fazendo um retrospecto, foi que o Governo tentou utilizar uma sistemática de prefixação. Inclusive, é interessante recordar uma sequência de fatos. Acho isso muito importante para podermos entender por que o Governo toma certas decisões. A preocupação com relação a prefixar alguma coisa, que foi uma novidade, em termos de política monetária no Brasil, estava intimamente associada ao trauma, em termos de insegurança provocada pela maxivalorização. Sem dúvida alguma, a maxivalorização, no seu primeiro impacto, beneficiou o setor de exportações, foi, em grande parte, a responsável por termos exportado no ano passado 20 bilhões de dólares, num ano de recessão internacional, mas provocou um trauma nas empresas que tinham dívidas em moedas estrangeiras. Quebramos uma regra, esta é a realidade. Com isso, houve uma paralisação na tomada de recursos externos, até que os empresários, a sociedade se convencesse que aquilo era episódio e não iria se repetir. Então, começamos a perder reservas. V. Ex^a se lembra que nós, no ano passado, em cerca de 3 meses, perdemos quase 2 bilhões de dólares de reservas, o que, numa primeira etapa, ajudou a conter o excesso de liquidez acumulada mas, depois, começou a preocupar. Não há nada mais dramático para um país do que a perda econômica de reservas. Eu lembro aqui o exemplo da Argentina, que em 2 meses, agora, perdeu quase 4 bilhões de dólares de reservas.

Para criar condições para uma rápida volta das empresas privadas brasileiras a tomada — de recursos externos, o Governo precisava dar um parâmetro, precisava dar uma orientação, uma certa perspectiva. E surgiu, então, a necessidade e a idéia da prefixação cambial. Quando prefixamos o câmbio, nós necessariamente tínhamos que prefixar a correção monetária. Foi exatamente este raciocínio, foi assim que ocorreu. Primeiro, o câmbio prefixado. Prefixando o câmbio, temos que assegurar que o custo externo vai ser menor que o custo interno. O grande ingrediente do custo externo é o câmbio; o grande ingrediente do custo interno é a correção monetária. Então, temos que prefixar a correção monetária. Mas, se

nós prefixamos a correção monetária, temos que controlar também — e naquela época já havia aliás, estamos vendo num sistema de taxa de juros, de 10% —, temos que manter e consolidar o controle da taxa de juros, porque não podemos ter alguns ativos financeiros com correção monetária prefixadas e outros com taxa de juros livres. Deveríamos ter uma fuga, por exemplo, de caderneta de poupança para letras de câmbio e CDBs.

Então, foi uma cadeia de fatos que levou o Governo a jogar com a prefixação. Eu diria o seguinte: onde a coisa não funcionou? A coisa não funcionou, porque, de fato, o Governo não tinha ainda — e nós superestimamos, naquele momento — o controle sobre o déficit público sobre a política monetária. E não podemos manter prefixação de correção monetária, de câmbio, de taxa de juros, a não ser que o Governo tenha um controle preciso, perfeito, sobre o déficit público, sobre a política monetária, porque, senão, mais cedo ou mais tarde, vai haver uma contradição. Vamos ter uma expansão monetária excessiva do crédito interno, vamos ter uma expansão excessiva do déficit público e vai se repetir o que aconteceu na Argentina. Começa a haver uma perda de competitividade, no setor externo, começa a haver perda de credibilidade da política cambial, começa a haver uma corrida às reservas e o Governo tem que ceder e mudar a regra. Então, realmente, a prefixação era, ou se inseriu num contexto de eliminar o grau de incerteza institucional, que tínhamos criado com a maxivalorização. E foi também o mecanismo utilizado para atuar sobre as expectativas inflacionárias, contribuir para reduzir as expectativas inflacionárias e para absorver um pouco o grande impacto do aumento do preço do petróleo em 1979. É bom lembrar que, em 1979, estávamos no auge da segunda crise do petróleo, e o preço do petróleo é um ingrediente tremendo sobre o índice preço e que se multiplica pela correção monetária. Quer dizer, a correção monetária plena, numa época em que o preço do petróleo está aumentando 250%, teria um efeito de realimentação enorme sobre a economia brasileira. Então, realmente essa foi a grande razão porque o Governo tentou e usou a prefixação cambial, correção monetária e controle de juros durante um certo período. Quando percebemos que de fato a política monetária não estava ainda sobre controle. Nós só recuperamos o controle da política monetária a partir de julho e agosto, essa é que é a realidade. O déficit público somente a partir do segundo semestre, inclusive com medidas adicionais, tivemos que criar o IOF, tivemos que tomar uma série de medidas para aumentar a receita do Governo, porque não havia como cobrir as despesas. Neste momento, verificamos que realmente não era possível continuarmos com a mesma sistemática, sob pena de colocarmos o País com uma crise séria de balanço de pagamentos.

V. Ex^a sabe muito bem, pela sua experiência e conhecimento em termos econômicos, que apesar da percepção política e social da inflação ser muito maior, ser muito mais ampla, é difícil explicar para o indivíduo comum o que conta a corrente do balanço de pagamento representa no seu dia-a-dia. Mas a crise de balanço de pagamento é muito mais séria para o país do que o próprio processo inflacionário. A verdade é essa. Uma crise de balanço de pagamento leva o país, inevitavelmente, ao um processo recessivo. O país não tem mais divisas para pagar a conta petróleo no mês ou para importar bens de capitais e equipamentos. Então, o Governo realmente teve que ceder esse controle de juros, teve que ceder no controle da correção monetária e do câmbio, para viabilizar o balanço de pagamento, que é hoje o nosso grande problema, além do inflacionário; é um problema que pode, de fato, afetar a capacidade da vida brasileira.

Eu gosto sempre de dizer, não vai ser a política monetária — talvez, não tenhamos competência suficiente para isso que irá provocar uma recessão no País, mas, uma crise no balanço de pagamento, uma perda de reser-

vas, uma dificuldade de financiar o balanço de pagamentos isso pode gerar, como está gerando na Polônia, com gerou, há pouco tempo, agora, na Argentina, pode gerar um problema muito sério. Então, hoje, estamos com essa situação incômoda de taxa de juros elevadas. E ela, infelizmente, terá que permanecer num nível elevado, enquanto houver essa situação de necessidade de assegurar o volume mínimo de financiamento externo para financiar o balanço de pagamento.

Então, a mudança, ilustre Senador, realmente reflete a grande preocupação do Governo com relação ao balanço de pagamentos. Por que o limite quantitativo de 5%? Houve uma grita geral, os bancos protestaram. Eu digo a V. Ex^a, com toda a sinceridade, é uma medida de fato de emergência, é uma medida que não pretendemos manter eternamente, nem podemos, porque cria distorções, mais foi uma medida fundamental para assegurar o que considero o primeiro êxito da política econômica do Governo, que foi, sem dúvida, a recuperação da credibilidade externa e o financiamento de cerca de 5,6 bilhões de dólares em apenas 4 meses. É bom lembrar que terminamos 1980 com 6,9 bilhões de dólares. Nós não podíamos repetir a perda de 2 bilhões de dólares de reservas no começo do ano.

Infelizmente, há esses efeitos colaterais indesejáveis. A taxa de juros é elevada, é, sem dúvida elevada, é acima de daquilo que o Governo desejaria ou gostaria que estivesse, mas é essencial, hoje, para permitir atravessarmos este ano de 1981 com as contas externas razoavelmente equilibradas. Aí sim, o ano que vem, vamos ter maiores graus de liberdade, quem sabe até um nível de reserva um pouco maior, para poder deixar flutuar um pouco mais a taxa, rever o limite quantitativo, rever o nível do IOF, que também é elevadíssimo, que é uma componente importante, V. Ex^a bem sabe, do custo interno do dinheiro e, portanto, reduzir um pouco esse mecanismo de intervenção excessiva na área financeira.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Ilustre Presidente, eu gostaria agora, nessa próxima indagação, de esclarecer um pouco o movimento de vai e vem, do alongamento e encurtamento da dívida interna, que se processou nos fins de 1979 e 1980. Quer dizer, em fins de 1979, visando exatamente alcançar o prazo de vencimento da dívida interna, o Banco Central reduziu a taxa de desconto da ORTNs, e, ao proceder assim, valorizou enormemente o patrimônio, as carteiras dos intermediários financeiros portadores destes títulos, e recomprou grande parte dessas carteiras, produzindo lucros extraordinários que se refletiram nos balanços das instituições financeiras que apresentaram, nos fins de 1979, crescimento de lucros, da ordem de mais de 100%, 200% e em alguns casos até mais de 500% nos seus lucros operacionais, surpreendendo as próprias instituições, pelo que se tem notícia.

Seis meses depois, houve a operação exatamente contrária, quer dizer, possivelmente arrependendo-se da manobra anterior, o Banco Central elevou as taxas de descontos das LTNs que passou a agir mais intensamente no open market. Isso deveria, na medida em que desvalorizava os papéis em poder das instituições, deveria produzir um prejuízo no patrimônio, nos balanços dessas instituições.

Mas, a verdade é que esses prejuízos não apareceram nos balanços de fim de ano. E não apareceram, porque o Banco Central comprou grande parte desses papéis desvalorizados, com vencimentos que estavam previstos para setembro e outubro, esta operação foi realizada em junho. E vendeu de sua própria carteira para as instituições papéis com vencimentos em junho, isto é, por conseguinte, fez uma espécie de um resgate antecipado de papéis que iam ser imediatamente desvalorizados.

Com isso, não se deu o prejuízo, quer dizer, no ano anterior, deu-se um grande lucro extraordinário para as

instituições financeiras. E, no ano seguinte, seis meses após, quando deveria haver o prejuízo e até, pela regra de mercado, deveria compensar, o Banco Central sustentou grande parte, pelo menos, desse prejuízo e as instituições encerraram seus balanços sem apresentar.

Esta operação foi muito comentada e eu gostaria que, nesta oportunidade, também, o Presidente do Banco Central, como esclareceu todas as indagações anteriores, com a maior correção e com a maior limpidez, também nos dissesse algo sobre esta operação, essas duas operações.

O SR. CARLOS LANGONI — Ilustre Senador, se V. Ex^a permitir, vou comentar no geral e convidei o Diretor da Dívida Pública, Dr. Cláudio Hadad, que aliás assumiu a direção da Dívida Pública em julho, não foi? Então, é uma boa época para ele comentar.

Eu diria que, em primeiro lugar, o mercado aberto é um instrumento de política monetária. Eu gostaria de definir para V. Ex^a como eu vejo o mercado aberto, a filosofia que o Banco Central pretende atribuir ao mercado aberto. Acreditamos que o mercado aberto não pode ser fonte de ganhos meramente especulativos. Acreditamos que o mercado aberto é um instrumento eficiente de qualquer economia de mercado, que pode ajudar o Governo e os Estados a financiar uma parcela de suas despesas de maneira não inflacionária.

No mercado aberto brasileiro, temos dois instrumentos importantes, que V. Ex^a conhece bem, as Letras do Tesouro Nacional, que são títulos de mais curto prazo, 90, 180 e até um ano dias, taxas flutuantes, variáveis e o título da ORTN, que é um papel de prazo de mais longo com cláusula de correção monetária e juro real.

Evidentemente que o Banco Central opera intensamente esse mercado; é da própria natureza do mercado que o Banco Central compra e vende, realmente é um mercado, por definição, de intervenção. Quer dizer, o Banco Central precisa estar sempre presente, comprando e vendendo, é a sua função, é assim aqui, na Europa e no mundo inteiro. O que é fundamental é que haja regras e que não haja nenhuma postura paternalista do Banco Central. Uma das primeiras preocupações que tive, ainda na diretoria da área bancária, quando assumi o honroso cargo de diretor da área bancária, com o Ministro Galvêas, foi de analisar o problema do mercado aberto do ponto de vista operacional. E, aí, surgiu o grande esforço que, em seis meses, implantamos o SELIC, que mudou a face do mercado aberto. Esta é a realidade. O SELIC acabou com a figura do cheque atrelado, que era aquela oportunidade ou possibilidade do indivíduo realizar lucros fáceis apenas girando cheque sobre cheque. Hoje, o mercado aberto é um sistema que opera com controle total, em que a operação de venda do papel público só é realizada quando há o dinheiro disponível de imediato. Não vendemos mais título público com cheque; apenas com reserva.

E, ao mesmo tempo, criamos a sistemática do *go around*, depois, inclusive, se o Dr. Hadad quiser, pode explicar com mais detalhes, que é uma sistemática que o Banco Central, ao financiar o mercado, ao entrar vendendo ou comprando, ele o faz de maneira absolutamente competitiva, ele consulta simultaneamente os seus *dillers* que hoje estão cada vez mais sendo selecionados por critérios técnicos e uma série de exigências do Banco Central, inclusive do ponto de vista de comportamento, e fazemos, realmente, um leilão permanente na base de consultas simultâneas e que eliminou a possibilidade de operações subsidiadas ou transferência de dinheiro, que se chamava, no mercado, do dinheiro social.

Por outro lado, estabelecemos a sistemática do leilão público. Hoje, os títulos públicos são leiloados publicamente, as letras do tesouro, todas as segundas-feiras, e as ORTNs, uma vez por mês, num sistema de leilão compe-

titivo, em que o Banco Central aceita ou não as cotações de mercado.

Então, houve um aperfeiçoamento institucional muito grande. Este é um ponto que eu gostaria de aproveitar a oportunidade para esclarecer os Srs. Senadores. O mercado, hoje, realmente, tem outras regras de comportamento que o Banco Central imprimiu que são regras competitivas, em que se minimiza essa possibilidade de subsídio.

V. Ex^a chamou a atenção que o mercado viveu e sofreu os altos e baixos das taxas de descontos. Por que, em primeiro lugar, a taxa de descontos baixa de letras em 1979? Era uma consequência lógica do tratamento da taxa de juros. Se as taxas de juros estavam tabeladas, o Banco Central teria que necessariamente forçar uma queda de taxas de letras do Tesouro Nacional, já que, como V. Ex^a bem sabe, essas taxas funcionam como uma espécie de piso de referência no mercado. Eu não poderia ter letras subindo, com um controle de taxa de juros, seria inviável. Absolutamente inviável.

Então, foi consequência lógica do controle. Quando houve a liberação das taxas e começamos a caminhar primeiro, como V. Ex^a se lembra, liberando as taxas de captação e, depois, as aplicações, fizemos um reajuste de taxas. E, aí, eu gostaria de lembrar a V. Ex^a, porque é um fato até que eu participei diretamente. Fizemos um aumento de taxas de 700 pontos — se não me falha a memória — em maio, e me lembro como se fosse hoje que reunimos os *diellers*, os corretores, e avisamos a eles que íamos elevar as taxas em 700 pontos e que o Banco Central não iria dar qualquer cobertura e não iria arcar com qualquer prejuízo. Um aumento de 700 pontos representa, em termos de perdas e de prejuízos, algo bastante significativo.

A nossa posição é uma posição, inclusive, pública. Fizemos questão de chamar a atenção de que não iria haver recompra de posições, de papel a vencer, que o sistema iria absorver este prejuízo, exatamente usando o argumento de V. Ex^a, já que na fase de redução de taxas, eles tiveram grandes lucros.

Posso dizer a V. Ex^a que, até recentemente, até janeiro, a situação de rentabilidade do setor, na área de mercado aberto, é uma situação bastante reduzida e algumas instituições até com posições bastante difíceis. O que houve é que, apenas depois da liberação das taxas, quer dizer, recentemente, e depois o reflexo indireto as intervenções do mercado, que sempre abalam um pouco o mercado aberto, houve uma fase difícil para o mercado. As instituições tiveram prejuízo, umas mais e outras menos — não tenho os dados exatos, talvez o Sr. Hadad tenha, possa esclarecer, mas eu, realmente, não consigo me lembrar de grandes lucros, após esta fase de aumento da taxa de juros. Pelo contrário, o que houve com o aumento das taxas foi, inclusive, uma redução no valor das ORTNs, uma relação inversa entre os dois, e aquelas empresas que tinham posições na LTN tiveram grandes prejuízos e o Banco Central, inclusive, havia exigido — esse é um ponto importante — que o lucro dessas empresas fosse capitalizado no próprio setor. E, aí, há um ponto que também eu gostaria de destacar a V. Ex^a Quer dizer que o lucro por si só, menor ou maior, não é ruim. Acho que todos nós até estaríamos preocupados se o setor financeiro, se as corretoras, tivessem cronicamente prejuízos, que aí seria inviável, não poderiam funcionar.

O fundamental é que esse lucro seja capitalizado na empresa e não, simplesmente, distribuído para seus proprietários. O Banco Central criou uma mecânica de exigência de capitalização extremamente rígida, em que as empresas são forçadas, dentro de um certo período de tempo, a aplicar esses lucros na capitalização de suas empresas, portanto, dando uma destinação mais social a esses lucros.

Eu diria que a regra do Banco Central é uma regra de mercado. Realmente, eu não consigo me recordar de ne-

nhuma operação especial de recompra de papéis, para facilitar a vida de quem quer que seja. Pelo contrário, a nossa orientação tem sido sempre, dizemos isso ao mercado a todo momento, eles têm que se adaptar à mudança de regras, até mesmo porque uma das características do mercado financeiro é agilidade para sobreviver na mudança. Senão, não haveria a intermediação financeira; a empresa faria as suas próprias posições de papéis públicos e não pagaria uma comissão a essas empresas.

Eu queria reafirmar a V. Ex^a que as regras do mercado aberto serão cada vez mais competitivas, inclusive, talvez, o Dr. Hadad possa falar e se aprofundar, um pouquinho mais, sobre este assunto.

O SR. HADAD — Acho que parte mais relevante já foi dita e eu gostaria de, então, ressaltar que não houve compra alguma em julho de, digamos, posições de papéis antigos que haviam sofrido perda de capital, face à subida de juros.

De fato, em julho, quando chegamos no Banco Central, efetuamos um reajuste de taxas de letras, na época as taxas estavam em torno de 32%, subimos estas taxas para 35% e 37% de desconto. E ainda terminamos em julho, retirando, em termos de base monetária, não somente no mercado, mas no *cômputo* geral, ou seja, de julho até o final de dezembro, nós, provavelmente, retiramos, em termos de cruzeiros, cerca de pelo menos 70 bilhões nesse segmento de mercado. O que mostra que, que em termos de compra e venda de papel, sempre ficamos numa posição líquida vendedora de papel; sempre vendemos mais do que compramos.

E mesmo porque é forçoso, também, ressaltar que as posições de letras dos *diellers*, em julho, eram extremamente reduzidas. As Letras do Tesouro Nacional, pelo fato de terem suas taxas artificialmente baixadas, ficaram sem poder competir com os demais papéis. De maneira que as colocações do Banco Central, em termos de leilões, haviam sido reduzidas, a carteira do Banco Central encontrava-se reduzida e as posições de Letras do Tesouro Nacional, no caso dos *diellers*, estavam bastante reduzidas, também. O sistema estava quase girando em torno dos papéis mais longos com correção monetária, ou seja, a parcela de letras que havia em mercado, na época, em julho, era extremamente pequena.

O que nós procedemos foi uma recolocação de letras em mercado, para que a política monetária pudesse ser exercida pelo mercado aberto, também, para que o mercado aberto voltasse a ser novamente um instrumento útil de política monetária, que é uma das suas principais funções.

Era o que basicamente tinha a dizer, mas apenas, eu queria ressaltar que, talvez, em termos de lucros, de fato o primeiro semestre de 1980 foi um semestre bom para os *diellers*, em termos de lucros. Havia um certo resíduo da máxidevalorização do ano passado e havia um certo resíduo da compra de Letras do Tesouro Nacional e da queda de letras, no final do ano passado, final de 1979. Mas, a partir do segundo semestre de 1980, foi o contrário. Esse foi um semestre muito ruim, em termos de lucros para o mercado aberto. De outubro a meados de janeiro, as corretoras de bancos em geral tiveram uma perda de capital bastante acentuada, tanto é que várias fecharam o ano de 1980, apesar de terem tido bons lucros no primeiro semestre, praticamente sem lucros, como é o caso de alguns grandes *diellers* de mercado aberto.

Alguns, evidentemente, conseguiram, com o resultado do primeiro semestre, compensar as perdas do segundo e ainda apresentar bons resultados. De meados de janeiro para cá, a posição se inverteu de fato, quer dizer, os lucros passaram novamente a aparecer, como é uma característica do mercado aberto. No mercado de alto risco, de alta variância, perde-se e ganha-se; alguns meses são de perda e alguns meses são também de ganhos.

Portanto, não creio que se deva se concentrar nesse aspecto de perdas e danos, desde que eles sejam fatores naturais de mercado, como creio, basicamente, eles têm sido de julho para cá.

Era o que tinha a dizer, obrigado.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Fiz esta pergunta baseado em noticiário da imprensa, que retirei, na época, como por exemplo, esta notícia que saiu no *Jornal do Brasil*, no dia 25 de julho, naturalmente antes de julho, em que saiu esta notícia.

No final da tarde de ontem, o Dedip — Departamento da Dívida Pública do Banco Central — propôs as instituições financeiras uma operação que minimize os prejuízos com as últimas elevações das taxas de desconto das Letras do Tesouro Nacional. A operação transfere os prejuízos para União, mas torna possível reabilitar o *open market* como instrumento de política monetária sem provocar perdas no sistema financeiro.

Segundo técnicos do mercado, a oferta do Dedip é a seguinte: o Banco Central compra Letras do Tesouro Nacional, com prazo de vencimento em setembro e outubro, em poder de instituições financeiras, que simultaneamente compram LTNs de vencimento em julho da carteira do Banco Central. Essa troca de posições significa um resgate antecipado dos títulos com rentabilidade inferior às das próximas LTNs que serão leiloadas pelo Banco Central.

E, com isto, realizada esta operação, ter-se-ia evitado um prejuízo, porque de fato os lucros do segundo semestre das instituições financeiras foram menores do que os do primeiro semestre, mas ter-se-ia evitado o prejuízo, pelo menos, não tão grandes quanto os ganhos do ano anterior, mas, pelo menos, significassem alguma compensação.

O SR. CARLOS LANGONI — Posso, nobre Senador, afirmar a V. Ex^a que, quando esta notícia foi divulgada, chamamos o repórter do *Jornal do Brasil*, ao Banco Central e a Dedip abriu as suas posições e constatou claro que eram meras especulações de mercado. O Banco Central não tinha feito nenhuma alteração dessa natureza. Inclusive, se V. Ex^a consultar os jornais do dia seguinte, há um desmentido, uma correção com relação a esse fato.

Quer dizer, foi uma mera especulação, suposição de mercado. Fizemos questão, aliás, uma orientação minha, de pedir ao repórter que examinasse as posições do Banco Central, naquele dia, para verificar que não havia sido feita nenhuma operação especial.

O SR. ROBERTO SATURNINO — Sr. Presidente, eu teria ainda algumas indagações a fazer a respeito do caso rumoroso da venda das ações da Vale do Rio Doce, na Bolsa, mas, vou considerar, primeiro, o tempo que já tomei dos ilustres colegas e, segundo, vou confessar que não tive tempo de ler as informações que nos foram enviadas a este respeito, que são, realmente, muito volumosas, e eu não tive, nestes dias atarefados e tumultuados que atravessamos, não tive tempo de ler e não vou, por conseguinte, precipitar em perguntas e indagações, antes de ler com detalhes e atenção as informações que recebemos.

De forma que guardarei estas perguntas e indagações, ou para fazê-las ao Ministro Galvêas ou ao próprio Presidente do Banco Central, em outra oportunidade, mas, hoje, vou encerrar por aqui, agradecendo a atenção e louvando a presteza, a sinceridade e a honestidade das respostas dos esclarecimentos prestados pelo Dr. Carlos Langoni.

O SR. PRESIDENTE (Tancredo Neves) — Concedo a palavra ao nobre Senador Agenor Maria.

O SR. AGENOR MARIA — Sr. Presidente Carlos Langoni:

Está havendo uma campanha, na grande imprensa nacional, quase didática, no sentido de esclarecer a opinião pública brasileira de que os juros subsidiados à agricultura são inflacionários.

Acontece, Sr. Presidente, que determinados produtos, que precisamos continuar produzindo no Nordeste, como o sisal, a mamona, o algodão arbóreo, e até mesmo o boi, não tem como poder continuar a trabalhar naquela lavoura, com este tipo de produção, com juros, a não ser, realmente, altamente subsidiados.

Confesso também a V. Ex^a que a agricultura, naquela área, agricultura socializada, a não ser automatizada, toda ela é altamente gravosa e coincidência do ICM, a partir de 1977, que gravam esses produtos em 16%, nos dias atuais, tornou-se um tipo de agricultura deficitário.

A minha pergunta a V. Ex^a é a seguinte: será que o Nordeste vai continuar na dependência de um casuísmo que possa tirar de nós a tranquilidade de podermos continuar a trabalhar no Nordeste? Esta a minha primeira pergunta.

O SR. CARLOS LANGONI — Nobre Senador Agenor Maria, eu diria a V. Ex^a, em primeiro lugar, que, este ano, aliás o ano passado também, a expansão do crédito à agricultura tem sido extremamente elevada.

Se V. Ex^a permitir, vou citar aqui umas informações do orçamento monetário:

“A expansão desse ano, em termos de crédito monetário, incluindo o Banco Central e o Banco do Brasil, teremos, para o setor rural, cerca de 448 bilhões de cruzeiros.

Estes 448 bilhões de cruzeiros serão emprestados ao setor agrícola, a uma taxa de juros que, em termos reais, em 1980, ficou próximo de 70% em termos negativos. Quer dizer, é realmente um enorme subsídio.

É um subsídio que o Governo dirige a um setor considerado prioritário, mas que todos reconhecemos e sabemos que não poderá continuar crescendo, ano a ano, no ritmo que vem crescendo, já que não existem recursos fiscais disponíveis para cobrir esse subsídio.

Entretanto, com relação ao Nordeste, o Banco Central e o Governo vêm ampliando a diferenciação de taxas de juros, não só na resolução recente que reformulou, em dezembro, o nível de taxas de juros, o diferencial entre a taxa de juros do Nordeste e o restante do País foi ampliado, mas também o Governo, recentemente, tomou a medida de grande alcance social, ao eliminar as dívidas dos proprietários rurais, no Nordeste, nas regiões atingidas pela seca, quer dizer, numa demonstração de que há uma preocupação de natureza regional, há uma preocupação de natureza social, dentro das dificuldades que o País atravessa, e o Governo tem de administrar um orçamento que é necessariamente limitado.

O que defendemos é que, se o Governo de fato caminha para a eliminação gradual dos subsídios creditícios, teremos que dar à agricultura preços competitivos, preços estimulantes, porque o que não é possível é simultaneamente desestimular a agricultura, através de um corte de subsídios e controlar preços.

Quer dizer, o Governo, hoje, caminha na direção de manter a rentabilidade e o estímulo ao setor agrícola, através de uma política adequada de preços mínimos e de reajustamento do valor básico de custeio.

Achamos, também, que existe muito ainda a fazer na agricultura nacional e também na agricultura do Nordeste, em especial na área de melhoria de variedades, na área de uma ação tecnológica, de melhoria de uma infraestrutura agrícola, de armazenamento, estradas vicinais, que são também investimentos que afetam diretamente a produtividade agrícola e que representam, em última instância, um benefício para o setor.

Então, o Governo, realmente, não pretende, de uma maneira radical, ou de tratamento de choque, cortar, de

uma hora para outra, o crédito da agricultura. O Governo, na realidade, irá gradualmente revisando essas taxas, eliminando o excesso de subsídios, mas sempre tratará a agricultura, e em especial o Nordeste, de forma diferenciada.

O SR. AGENOR MARIA — Antes de formular a segunda pergunta, devo esclarecer a V. Ex^a, para ilustração, o seguinte: uma faixa, uma faixa pequena do Ceará, outra do Rio Grande do Norte e outra da Paraíba produzem um tipo de algodão arbóreo denominado mocó. Esse algodão, o que ele ganha em sedosidade, em resistência, em comprimento de fibra, ele perde em produtividade. Ele é, por natureza, um tipo de algodão gravoso, mas nós não podemos deixar de plantá-lo.

Para que V. Ex^a tenha uma idéia, nessas áreas da Paraíba, do Ceará e do Rio Grande do Norte, nós não podemos plantar outro tipo de algodão; temos que plantar esse algodão e precisamos produzir. O único algodão do mundo que se compara com o nosso é o algodão do Egito, acontecendo que ele é melhor só em termos de uniformidade. Ele não é mais sedoso, nem mais resistente do que o nosso algodão. Agora, ele é melhor em uniformidade, que é o lado que, na realidade, não depende nem do solo, nem do agricultor; é uma característica que depende muito mais do maquinista e do comerciante.

Esse tipo de algodão não poderá ser rentável nunca ao ponto de trabalharmos com juros altos. Em segundo, vem o sisal, que também é uma cultura gravosa e, depois, a mamona.

O que eu acho, Sr. Presidente, é que o Nordeste precisa de uma legislação específica. Não podemos continuar na dependência de cultivar determinadas culturas no Nordeste suportando o impacto da mesma legislação que gere a agricultura do Sul, porque, veja V. Ex^a, enquanto São Paulo, o Sudeste, produz até 2 mil quilos de algodão, por hectare, produzindo algodão de fibra curta, nós produzimos uma média de 200 quilos, produzindo algodão fibroso e não podemos aumentar essa produtividade, porque, é como esclareci, o que esse algodão ganha em sedosidade, em resistência, nas suas características etc., ele perde em produtividade.

É só para ilustrar, realmente, a minha preocupação.

O SR. CARLOS LANGONI — Muito obrigado.

O SR. AGENOR MARIA — A segunda pergunta que devo formular a V. Ex^a é a seguinte: antigamente, na minha área, o homem vendia o lote de leitões gordos e comprava o lote de leitões magros, para trabalhá-lo. Mas, a Caixa Econômica fez uma propaganda muito grande a respeito da poupança ociosa, dando uma oportunidade a que esse homem, com esse dinheiro, lá, na poupança ociosa, passasse a ter, trimestralmente, uma renda muito grande e, ainda por cima, sigilosa, porque o indivíduo chegava e falava: “Fulano está rico, tem 30 leitões gordos aí.” O leitão correndo o risco do problema da cobra, da falta de farelo, do encarecimento, do ICM, de uma série de coisas.

Então, esse homem está deixando de trabalhar e está jogando os seus recursos na caderneta de poupança e com isso, quando descobriu-se agora, de janeiro para fevereiro que, no Nordeste, se não chovesse, ia todo mundo à falência, ninguém tinha nada. Não tínhamos reserva nenhuma, porque as nossas reservas econômicas foram transformadas em reservas financeiras e, conseqüentemente, jogadas na poupança para auferir lucros ociosos. Com isso, estamos concorrendo para desmotivar a produção, porque o empresário que está empreendendo, que está trabalhando, que está produzindo, tem o problema dos encargos sociais, das greves, do ICM, de uma série de coisas, ao passo que aquele empresário que transformou a sua empresa em dinheiro e jogou o dinheiro na poupança não tem preocupação, ele é um homem tranquilo, com uma renda ociosa mais tranquila ainda, garantida pelo Governo.

Pergunto a V. Ex^a, como Presidente do Banco Central, será que esse estado de coisas vai continuar?

O SR. CARLOS GERALDO LANGONI — Nobre Senador Agenor Maria, eu, com toda sinceridade, apesar de reconhecer a preocupação de V. Ex^a, não acredito que a competição, através da poupança, de um ativo financeiro, seja suficiente para desestimular atividades produtivas, atividades rentáveis.

Acho que o governo tem que oferecer alguma alternativa para aplicação de excesso de recursos à comunidade. É importante lembrar que a correção monetária, hoje em dia, representa a proteção ao patrimônio do trabalhador, representada pelo Fundo de Garantia, pelo PIS. Então, temos que evitar que a inflação destrua esse patrimônio acumulado ao longo do tempo. Em qualquer economia, hoje, moderna, organizada, existe a possibilidade de o indivíduo aplicar parte dos recursos.

Agora, essa aplicação, que tem segurança e que tem liquidez, tem que ter uma remuneração modesta. Ela não pode ter uma remuneração competitiva ou mais elevada do que o investimento na atividade produtiva. Acredito que a caderneta de poupança, apesar da melhoria da correção monetária, ainda continua remunerando de maneira modesta, 6% acima da inflação no ano. Tenho a impressão de que qualquer atividade agrícola bem conduzida gera ganhos, inclusive ganhos patrimoniais, valorização da terra, superiores à simples aplicação em caderneta de poupança, ou talvez as coisas mais complementares, ilustre Senador, do que propriamente substituívas. Acho que existe campo para o indivíduo aplicar na poupança e também continuar fazendo investimentos na área agrícola.

O SR. AGENOR MARIA — Para ilustrar esta segunda pergunta formulada, estou vivendo o seguinte drama: uma vaca média mestiça, hoje, no Nordeste, custa 50 mil cruzeiros. O Banco está emprestando esse dinheiro a 33%, ou seja, o valor do juro, na aquisição dessa matriz, é de 16 mil e 500 cruzeiros por ano. Então, o cidadão fica na seguinte obrigação: terá que vender a vaca para poder pagar os juros, porque o bezerro não dá para pagar os juros. Daí, eu achar que não podemos continuar à mercê de uma política que não dá, àqueles que querem, que precisamos, que podem trabalhar, trabalho.

Afirmo a V. Ex^a esse é o meu drama pessoal. Tenho a terra, tenho que dar a vaca, não tenho o dinheiro para adquirir a matriz e o juro de 33% não vão me oferecer a oportunidade de, comprada a matriz, eu poder trabalhar, porque vou ficar na obrigação de ter de vender a matriz para pagar os juros, porque um bezerro, afirmo a V. Ex^a, eu não pago.

O SR. CARLOS LANGONI — Se V. Ex^a permitir, o Dr. Cleber, da nossa área de crédito industrial agrícola, poderia, talvez, fazer algum comentário adicional.

O SR. PRESIDENTE (Tancredo Neves) — Peço aos colegas que o Sr. Presidente Carlos Langoni se ausente por uns 5 minutos.

O SR. CLEBER — Nós acrescentaríamos às observações do Presidente Langoni apenas alguns poucos comentários.

Entendemos que esse possível desestímulo à reaplicação de recursos próprios, na atividade agrícola era, em parte, consequência mesma da sistemática de crédito rural que vigorava anteriormente. De fato, quando há um diferencial muito grande de taxas, o produtor perde, numa boa administração de suas disponibilidades, o interesse de colocá-las no campo. Busca outros tipos de aplicações, inclusive caderneta de poupança, e vai, sem dúvida nenhuma, amealhar recursos do crédito rural para, substitutivamente, suprir a sua necessidade de executar os empreendimentos. Além disto, é preciso ter em

conta que se vinha, em todo País, dando crédito rural, até recentemente, para cobertura total das inversões a serem realizadas. Isto é, financiando-se 100% do orçamento. As diretrizes fixadas, mais recentemente, pelo Conselho Monetário Nacional, embora mantenham ainda um favorecimento muito grande nas taxas, de certo modo, corrigiu um pouco o diferencial entre elas e as de mercado, o que fará com que o produtor busque examinar alternativas de pôr, na agricultura, as suas próprias reservas, quando as tiver. Além disto, quando se estabeleceu agora limites de adiantamento de 60 ou 80% para o médio e grande produtor, criou-se, necessariamente, a obrigatoriedade de que o produtor também canalize os seus recursos para a própria exploração.

Acho, pois, que esse desvio mencionado pelo Senador era consequência contraditória do excessivo favorecimento que se dava no crédito rural.

Quanto ao Nordeste, de qualquer modo, em aditamento às observações do Presidente Carlos Langoni, gostaríamos de sublinhar que nunca se lhe deu tanto apoio, no crédito rural, quanto agora. E este apoio se traduz, primeiro, pelo alargamento do diferencial de taxas. Anteriormente, o Nordeste, em cotejo com as demais regiões do País, tinha um favorecimento de apenas 3% nas faixas comuns de crédito rural. O diferencial nesta faixa foi para 10%.

O mais importante, porém, é sublinhar que, enquanto em todo o restante do País se colocou, mesmo nos programas especiais, a taxa de 45%, nesses programas especiais, no Nordeste, se deu a taxa de 12%. E o governo vem procurando alimentar de recursos esses programas, o Programa de Recursos Hídricos, o PROTERRA, o Projeto Sertanejo, o POLONORDESTE e, mais recentemente, o Programa de Aplicações Seletivas, que dará oportunidade de atendimento prioritário ao míni e ao pequeno produtor.

Nós gostaríamos ainda de mencionar outro fato. Pela primeira vez no Brasil, por proposição do Conselho Monetário Nacional, determinou-se a obrigatoriedade de os bancos manterem as suas aplicações, na própria região Nordeste, na proporção dos recursos ali captados. Anteriormente, era comum as instituições maiores trazerem do Nordeste para outras áreas do País as poupanças lá coletadas, prejudicando, deste modo, a economia setorial. A partir de recentemente, o Banco Central passou a exigir que essas reservas sejam proporcionalmente aplicadas na própria região Nordeste, onde se processa a captação.

E, como salientou o Presidente Carlos Langoni, ainda recentemente, o Governo Federal autorizou, num processo de inovação, de alta conotação social, o perdão das dívidas dos míni e pequenos produtores do Nordeste, o que significa que se deverá passar a borracha em aproximadamente 300 mil contratos rurais.

Erão essas as observações.

O SR. AGENOR MARIA — Sr. Presidente, vou formular a última pergunta, adiantando o seguinte: o perdão, a anistia aos pequenos e míni produtores rurais foi em boa hora, porque essa multidão de pessoas não tinha como pagar aos bancos oficiais. Estavam desestimuladas. De forma que o que o Governo fez foi dar oportunidade de quem não tinha como pagar, pelo menos, poder continuar trabalhando.

A minha última pergunta a formular a V. S^a é que eu não acredito que tenha, no cotejo de toda complexidade dos problemas nordestinos, uma conotação que eu considero de alta significação.

Sr. Presidente Carlos Langoni, até 1967, nós sofríamos uma incidência fiscal de cascata. Com a modificação dessa incidência fiscal por cascata, nós passamos a sofrer uma incidência fiscal denominada ICM, que incide diretamente sobre o produto bruto na mão do agricultor. Acontece que essa incidência penaliza demais quem trabalha, porque, se o cidadão que produz tiver uma boa

produção, uma produção rentável, ele sofre este ano uma incidência de 16% de ICM, que incidem sobre o seu produto bruto, acrescido do encargo social de 2,5%, equivale dizer que ele paga 1,5% do que produz, ao Governo.

Mas, se ele, no ano seguinte, tiver uma frustração de safra, sofrerá essa mesma incidência, ou seja, ele vai pagar imposto porque trabalhou, porque produziu e não porque tenha ganho dinheiro. De forma que empobreceu demais a agricultura daquela área, onde uma grande parte da agricultura, como já disse, são culturas gravosas, como algodão arbóreo, como sisal, a mamona e que não têm rentabilidade para responder por essa obrigação fiscal. Obrigação essa, na ordem de 16%, que incide sobre o produto, transforma a agricultura, que já era gravosa, em altamente deficitária, e criando uma situação complicada para os Governadores de Estado, que não contam com outra arrecadação fiscal a não ser o próprio ICM, criando um problema ainda mais doloroso. Nós ficamos, nos municípios mais longínquos, na dependência de uma prefeitura que não tem dinheiro para melhorar as nossas estradas vicinais — não temos estradas porque em geral os prefeitos não têm dinheiro —; ficamos com os nossos filhos na dependência de professoras, que são pagas pelo municípios, que em geral não têm dinheiro para pagá-las. De forma que o mundo rural fica na dependência de uma legislação que deixou a critério e mercê dos prefeitos as estradas vicinais e a educação rural, deixando à mercê dos governadores a arrecadação do ICM, que para certos produtos é realmente deficitário e criando uma situação assustadora. Alguns governadores usam de um instrumento perigoso, instrumento paradoxal em que eles aumentam o valor daquela mercadoria ao sabor dos seus interesses de arrecadação. Então, temos Estados que dão valor ao saco de milho em Cr\$ 100,00 e o Estado vizinho, por necessitar de mais dinheiro, aumenta para Cr\$ 150,00. O comprador que compra naquele Estado ao preço Cr\$ 100,00 se vê obrigado a pagar o imposto sobre Cr\$ 100,00 e mais Cr\$ 50,00 como multa. De forma que a tributação fiscal do Nordeste passou a ser, a partir de 1967, uma tributação quase que medieval porque obriga o cidadão a pagar imposto porque trabalhou.

Com esta última pergunta, eu me dou por satisfeito com a resposta, mas confesso que não estou convencido. Muito obrigado a V. S^a

O SR. CARLOS LANGONI — Muito obrigado Senador. V. Ex^a, na realidade, transcende muito na minha área de atuação — Banco Central — e se insere dentro de um problema da política tributária, é um assunto extremamente importante. É esse realmente o dilema que vivemos, os estados dependem do ICM. Estados cuja produção agrícola é preponderante, têm uma grande parte de sua receita associada a receita de produtos agrícola e, em consequência, em termos da própria rentabilidade do setor agrícola em termos de produção, e se torna mais sério ainda em termos de receita tributária e quando se trata de produtos de exportação, nesse caso há a isenção quase automática do ICM, ao final tem que compensar.

Realmente, não estou me sentindo muito à vontade para tratar sobre o assunto. É um assunto mais da área específica do Ministério da Fazenda. Acho apenas que de fato precisamos repensar um pouco a estrutura tributária brasileira. Ela está realmente desordenada e acho que é um assunto, inclusive, que vai ganhar fôlego e importância na medida que se consolide o processo de abertura política. Não há dúvida alguma que vai ser um dos temas econômicos talvez mais importantes e debatidos, a própria reavaliação do sistema tributário brasileiro que deverá acompanhar o processo de descentralização política que estamos encaminhando.

O SR. AGENOR MARIA — Eu quero, então, aproveitar a oportunidade para agradecer a V. S^a e contar

com a sua inteligência, a sua vitalidade, as suas amizades para ver se a gente resolve esse problema da estrutura tributária que realmente está indo, acredito, de encontro contra todo o trabalho do Banco Central.

O SR. CARLOS LANGONI — Conte com as minhas modestas contribuições.

O SR. PRESIDENTE (Tancredo Neves) — Concedo a palavra ao nobre Senador Juthay Magalhães.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Sr. Presidente, inicialmente, eu gostaria de fazer um apelo a V. Exª: pela primeira vez, participo desta Comissão e o faço em substituição ao Senador Gabriel Hermes, que solicitou licença para tratamento de saúde. E, como terei de participar de outras reuniões, eu solicitaria a V. Exª que pedisse ao Secretário da Comissão que fizesse chegar ao meu gabinete cópia dos documentos que V. Exª distribuiu entre os Srs. Senadores participantes, desta Comissão, e me desse acesso àqueles que talvez não possam ser distribuídos aos Srs. Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Tancredo Neves) — V. Exª será atendido, no mais breve tempo possível.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Dr. Langoni, V. Sª fez uma exposição realmente muito abrangente e brilhante. O Senador Bernardino disse que V. Exª tirou as perguntas que ele estava preparado para fazer, com a sua exposição. Eu poderia dizer que algumas delas também, mas, na primeira mesma, eu pediria a V. Exª que me informasse a respeito do sistema de taxas livres, qual o percentual em relação a taxa subsidiada, V. Sª já falou nisso. Mas, modificando, assim, então, o aspecto dessa primeira pergunta, eu solicitaria a V. Sª uma informação sobre se essas taxas subsidiadas têm realmente pressionado o Governo a modificar aquele limite de expansão monetária criando dificuldades para o combate do Governo à inflação?

O SR. CARLOS LANGONI — Realmente cria. E é fácil entender por que: as contas não são apenas subsidiadas; elas são contas em aberto. Estamos, realmente, numa situação que qualquer analista, que olhe esse panorama institucional, percebe que ele precisa ser modificado, precisa ser aperfeiçoado. Poderíamos ter, por exemplo, um certo volume pré-fixado de subsídios. Aí, a pré-fixação caberia muito bem. Isso daria certeza ao Governo, na montagem e execução do seu orçamento. Temos as duas coisas: temos o subsídio e a conta em aberto, ou seja, vamos expandir o crédito agricultura, exportação, dependendo da demanda, dependendo, portanto, no caso da exportação, do comportamento passado das vendas de manufaturados e, no caso da agricultura, dependendo das safras, que é uma variável, principalmente no Brasil, extremamente difícil de programarmos. Depende demais das condições climáticas. Portanto, difícil enormemente o disciplinamento e a boa condução da política monetária. Como eu disse, é impossível, nesse contexto, gerarmos um excedente fiscal tributário de magnitude tal, suficiente a cobrir toda essa expansão. Então, o que acontece muitas vezes, temos que fazer, como única alternativa, é compensar os desvios, através de uma compressão adicional em outras contas, aí, sacrificamos alguns setores da atividade econômica, ou então através da colocação de títulos públicos e da venda de títulos públicos no mercado a um custo em termos de dívida interna. E é uma situação realmente distorcida do ponto de vista institucional. Temos que trabalhar, com firmeza e coragem, para corrigir a situação. Quer dizer, o Brasil hoje com uma economia muito complexa, a administração econômica do Brasil exige realmente um grau de sofisticação mais elevado, por que temos que ultrapassar mecanismos que faziam sentido numa certa época.

ca. Acho que as coisas no Brasil mudam; não estou aqui de forma alguma criticando necessariamente o passado. Acho simplesmente que a economia brasileira evoluiu, o País modificou-se, cresceu, e hoje instrumentos que teria sua validade, no passado, se tornaram ultimamente obsoletos. Acho que qualquer país no mundo precisa ter uma boa administração financeira e econômica. Não é questão de preferência dogmática, monetarismo versus estruturalismo, quer dizer, qualquer país do mundo tem de ter um banco central funcionando com eficiência, administrando as finanças, o crédito e, no caso brasileiro, temos hoje obstáculos institucionais. Quer dizer, não depende da minha vontade e nem da vontade dos nossos diretores, funcionários do Banco Central. A execução do orçamento monetário no Brasil é um exercício sujeito a enorme imprevisibilidade, pela própria estrutura do orçamento. É isso que temos de reconhecer e procurar corrigir.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — A minha segunda indagação também já foi abordada por V. Sª, na sua exposição, que era no sentido de perguntar como estaria funcionando o mecanismo de pressão por parte do Banco Central, contra a reciprocidade exigida pelos bancos. V. Sª afirmou que está prevendo uma multa. Agora, eu perguntaria, então, a V. Sª se já houve algum caso específico, se alguma empresa ou algum banco privado foi multado.

O SR. CARLOS LANGONI — Essa multa foi criada há menos de um mês. Temos vários processos administrativos no Banco Central em andamento, com relação a esse problema, mas eu, sinceramente, não saberia informar agora a V. Exª se existe — talvez o Dr. Hermann Wey pudesse esclarecer — se já existe alguma multa específica com relação à reciprocidade.

O SR. HERMANN WEY — Como V. Sª já informou, existem vários processos instaurados. Esses processos têm uma tramitação que deve ser obedecida com relação a todos os prazos: logo após a autuação do estabelecimento, da instituição, dá-se um prazo para defesa, e após o julgamento dessa defesa, é que se aplica ou não a penalidade. De modo que, por enquanto, os processos estão apenas instaurados e seguindo a sua tramitação normal.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Agradeço a informação.

A terceira pergunta também estaria respondida. Era a respeito da estratégia do Governo em formular a sua política monetária de forçar o aumento das taxas de juros do mercado interno para altos níveis, como forma de captação. Também não seria da parte do Governo a intenção desse aumento da taxa de juros, que fosse superior à taxa de inflação, por não querer fomentar a constituição de estoques e por pretender evitar o excesso de demanda por meio do crédito ao consumidor? Se essa seria também uma intenção.

O SR. CARLOS LANGONI — É verdade, Senador. Não há dúvida. E essa é uma das distorções do subsídio da taxa de juros artificialmente baixa, há uma grande possibilidade de realização de ganho de capital, através da acumulação de estoques de mercadorias que, além do mais, alimenta o processo inflacionário.

Hoje, estamos vivendo, inclusive, no País, uma fase típica de desova de estoques, que haviam sido acumulados no ano passado, por que o custo financeiro não permite que uma empresa comercial mantenha esse estoque durante muito tempo. Então, esse é o outro efeito realmente favorável de taxas mais realísticas.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — V. Exª já adiantou, então, a conclusão dessa pergunta.

Mas, o Senador Agenor Maria, com a vivência que tem dos problemas agrícolas, já abordou muito bem a

questão do crédito subsidiado para a agricultura. Sabemos que os produtores rurais tiveram, durante muitos anos, grandes prejuízos. Nesses últimos dois anos, com a produção incentivada em grande parte pelo Governo, que fez da agricultura a sua meta preferencial, tivemos grandes produções, criando condições, portanto, aos agricultores de terem algum lucro. Mas, esse crédito subsidiado, pelo que se informa, a intenção é ser reduzido à medida que o tempo vá decorrendo. Considero que mais do que o crédito subsidiado interessa a questão de preços. Mas, haveria na prática, — não na teoria apenas, porque na prática a teoria é outra, — condições do Governo estabelecer as garantias necessárias para que os produtores rurais, perdendo esses subsídios, tivessem preço real e justo na sua produção.

O SR. CARLOS LANGONI — Existem, Senador, e inclusive me recordo agora de um ponto que é essencial, quando se discute muito o impacto da taxa de juros mais realísticos, que não significa necessariamente a taxa de mercado livre. Ela pode ser um pouco mais próxima da correção monetária, mas não significa a taxa exatamente de mercado livre, que é a existência hoje do PROAGRO. Quer dizer, o Governo hoje tem o mecanismo de seguro de crédito, que deve, portanto, minimizar muito o efeito, vamos dizer assim, potencial de desestímulo de menores subsídios em termos de atividades agrícolas, já que o agricultor tem a garantia de que, se houver uma catástrofe climática, uma dificuldade qualquer, ele será coberto em pelo menos 80% dos seus prejuízos.

Com relação à garantia, acho que o Governo tem os mecanismos. O resto é uma decisão política. Quer dizer, o Governo tem o mecanismo, que é o mecanismo de preço mínimo, e a sistemática do valor básico do custeio, que aliás, nos últimos anos, o Governo vem reajustando de maneira claramente acima da inflação. A realidade é que, na maioria dos produtos agrícolas, o preço mínimo tem sido reajustado de maneira bastante, eu diria, satisfatória, inclusive, temos hoje que comprar alguns produtos agrícolas ou temos que financiar os seus estoques dentro dessa sistemática de preço mínimo.

Portanto, o Governo tem o mecanismo, ele tem o preço mínimo, é uma questão apenas de vontade política de aplicá-lo. Acho que essa vontade existe dentro do Governo.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Sabemos que, no Brasil, sofremos muita falta de estatísticas mais confiáveis e não temos um levantamento completo e perfeito de preço de produção. Daí, ter minhas dúvidas de, na prática, a teoria funcionar, porque vemos em países, como a Rússia, que atualmente, para aumentar a sua produção, abaixo das suas necessidades, está implantando um sistema de pagar ao produtor uma vez e meio, garantir ao produtor uma vez e meio o preço superior ao preço de produção. Então, ele está dando ao produtor uma garantia ao produtor de um lucro razoável, dentro dos parâmetros inflacionários deles, lá, que são diferentes dos nossos. E essa garantia é que hoje ainda se discute. Temos o preço mínimo que realmente está sendo modificado e aumentado acima da taxa de inflação em vários casos. Mas, também sentimos a grita, por parte dos produtores, que mesmo assim estão abaixo do preço de produção. Daí, não termos condições de fazer estatística e sabermos realmente o preço de produção. E a discussão é constante e isso tem sido levado sempre, com base em reivindicação, ao Governo.

O SR. CARLOS LANGONI — Isso é verdade. O produtor na verdade — ele quer o preço máximo e não o preço mínimo, muito justamente. O Governo procura agir com equilíbrio. O custo de produção, V. Exª tem razão, é uma variável extremamente sujeita a modificações de empresa. Ora, o Governo tem também de estimular a

eficiência, a produtividade. Ele não pode, pura e simplesmente, usar, como critério, o custo mais elevado, que seria o custo do produtor menos eficiente. Ele procura trabalhar com uma média e há todo um processo de discussão, de barganha em geral, as associações de classe discutem o valor do preço mínimo e chega-se a um número cada vez mais próximo do custo médio da produção. Essa é que é a verdade, apesar de reconhecer que nem sempre o custo médio é o mais relevante para certa gama de produtores menos eficientes, que têm custo acima desse nível. Mas, se o Governo tomasse simplesmente como piso de referência o maior custo, estaria premiando o ineficiente e a pouca produtividade. 3 9

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — V. Exª veja bem o problema da média. É o caso do homem que se afogou no rio que tinha a média de 20 cm de profundidade. Este é o combate que nós, como Senadores nordestino, como o Senador Agenor Maria, o relator e vários aqui presentes, o Senador Lomanto Júnior, o Senador Nilo Coelho, o Senador Almir Pinto, quase todos aqui são nordestinos. E reclamamos sempre dessas medidas genéricas que nos atingem profundamente, porque a média de produtividade no Sul é muito diferente da média de produtividade no Nordeste. Então, se a medida tomada em caráter nacional, sem a preocupação do aspecto regional, então, aqueles, que por razões diferentes da sua produtividade pessoal, mas em questão de solo, clima, etc., não têm a mesma média de produtividade, levam desvantagem, quando estipulado o preço mínimo. Daí, esse tratamento diferenciado que muitas vezes reclamamos.

O SR. CARLOS LANGONI — Temos defendido, no Banco Central, essa diferenciação, mas tenho a impressão, o Dr. Kleber me corrija, de que o preço mínimo hoje é fixado em bases regionais, não é?

O SR. KLEBER — Quanto à região e quanto ao preço.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Eu gostaria apenas de ouvir uma informação rápida, porque uma das críticas feitas ao Governo é que o crédito subsidiado vem sendo utilizado por multinacionais, em pé de igualdade com as empresas nacionais. O último exemplo citado é o caso da SANBRA.

O SR. CARLOS LANGONI — Esse é um dos motivos que levaram o Governo, na primeira etapa, a colocar a preço de mercado as taxas de juros relacionadas com comercialização agrícola, deixando apenas o subsídio para a área de custeio. Porque, de fato, ao subsidiar a comercialização, estávamos transferindo o subsídio da agricultura para o intermediária e, em grande parte, empresas multinacionais, que têm inclusive porte e dimensão para buscar recursos no mercado externo para financiar as suas atividades. Realmente, uma das modificações importantes da última resolução do Banco Central, do Conselho Monetário, que alterou a estrutura de taxas agrícolas, foi colocar à taxa de mercado e comercialização.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Há algum tempo, fiz, aqui no Senado, um pronunciamento que, como sempre, não teve repercussão, porque não se trata de assunto político, mas eu falava aquelas financeiras que estavam provocando, durante um certo período, um verdadeiro assalto ao sistema financeiro do País. E eu falava também que a ação paternalista do Governo tinha, durante um certo tempo, até encorajado, mas, que essa política tinha sido totalmente modificada e que hoje o Governo não dava mais o socorro que vinha dando a essas empresas financeiras. Mas, havia 49 empresas sob intervenção e eu solicitava, naquele instante, que o Governo informasse porque que não tínhamos, até o momen-

to, conseguido punir realmente, dentro do Código Penal, alguém responsável pelos prejuízos causados à população. Será que isso daí é porque os colarinhos brancos realmente não chegam a ser punidos pelas nossas leis, ou será porque não existe uma legislação que permita uma ação mais drástica contra esses que ludibriaram o público?

O SR. CARLOS LANGONI — Vou fazer um comentário de maneira geral e, depois, vou pedir ao Dr. Wey que acrescente alguns aspectos. Existem um processo, como disse na exposição, mas um processo lento. Em casos, o Banco Central, ao longo desse processo, as próprias, empresários envolvidos na intervenção conseguem apresentar garantias reais de bens pessoais que cobrem totalmente o prejuízo patrimonial e, nesse caso, o processo de intervenção é encerrado. Segue, entretanto, o curso na Justiça comum, e, aí já não depende mais do Banco Central os processos criminais dos casos ilícitos previstos no Código Penal e é isso que o Banco Central vem fazendo. Agora, é importante compreender que a ação do Banco Central vai até uma certa medida. A partir daí, realmente, o problema é da Justiça. Realmente tenho dito que, se a Justiça é lenta que se discutam, então, a reforma da justiça nesses aspectos do crimes de natureza financeira. Mas, realmente, foge do âmbito do Banco Central. O Banco Central encaminha os processos, temos encaminhado, para que V. Exª tenham uma idéia, nesses últimos casos de 18 intervenções, já encaminhamos, tenho aqui os dados, em termos de processos criminais, cerca de 12 processo criminais, inclusive, envolvendo a Política Federal e a Secretaria da Receita Federal para acelerar a sistemática. Agora, depois, cai dentro do âmbito da Justiça.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Ou seria constante a legislação atual permite a punição desses elementos?

O SR. CARLOS LANGONI — Ela permite. Inclusive, a legislação é bastante dura com relação a indisponibilidade de bens, que tem que ser imediata, movimentos, inclusive, a liberdade de empresários se locomoverem, ela fica dependendo da autorização do Banco Central, além do eventual arresto de bens, quando, no final da intervenção, fica constatado que não há bens suficientes para cobrir os prejuízos. Além disso, há um processo criminal, que corre normalmente pela Justiça. Mas, aí, foge realmente da ação do Banco Central, quer dizer, é um trâmite regular que corre na Justiça. Por isso, coloquei para debate, para discussão, a necessidade de reformularmos a lei. Vamos encaminhar para debate ao Congresso, principalmente no segundo semestre, um novo projeto dessa lei, aperfeiçoando-a e tornando-a mais rápida nos seus trâmites legais.

O Dr. Wey poderia, talvez, completar?

O DR. WEI — Como já disse o Presidente Langoni, a ação do Banco Central nesses processos de intervenção de liquidação extrajudicial, com relação aos administradores dessas empresas, se restringe a um processo administrativo, em que os dirigentes dessas instituições, que entraram em colapso, serão certamente inabilitados para retorno à posição de administradores de instituições financeiras.

Esta é a única punição a cargo do Banco Central, atribuída, delegada ao Banco Central. Fora disto, os ilícitos penais porventura detectados nas intervenções, nas liquidações, quer pelo liquidante quer pela Comissão de Inquérito que ali, via de regra, se implanta, são comunicadas ao Ministério Público, daí, fugindo da alçada do Banco Central. Conseqüentemente, nos casos de intervenção de liquidação já decretada pelo Banco Central, a punição, por parte do Banco Central, se restringe, via de regra, à inabilitação permanente para a administração de novas instituições, por parte desses administradores.

Era o que tinha a complementar.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Agradeço a informação. Ainda sobre o pronunciamento, naquela época, eu tinha dito que, num período de inflação de três dígitos, as empresas sob intervenção, após um levantamento do passivo e do ativo, depois da habilitação dos credores, que quase sempre leva longo prazo, devem sofrer sanção pronta, rápida e eficaz, porque, passando esse tempo, está custando juros de até 8% ao mês, se elas forem condenadas a repor o prejuízo sofrido pelos credores, sem correção monetária, ainda assim terão feito um bom negócio, premiando o infrator.

Mas, soube pela Comissão, que ultimamente, há poucos dias, foi feita uma legislação que também permite a correção monetária sobre os débitos, inclusive em dinheiro.

Se essa informação é correta...

O SR. CARLOS LANGONI — Este, Senador Jutahy Magalhães, é ponto que tem preocupado muito o Banco Central. Até agora, vem sendo aplicado o princípio da Lei de Falências. Realmente, não há correção dos débitos.

Eu gostaria de consultar o Dr. Egitto Coelho, Assessor Jurídico, sobre a questão.

O SR. WILSON DO EGITO COELHO — A respeito desta lei do Congresso, muito recente, lei de dois artigos apenas, ela trata da correção monetária dos débitos de ações ajuizadas.

Num regime de liquidação extrajudicial e de intervenção — aliás, não seria o caso — de liquidação judicial, a lei não abrange a liquidação extrajudicial, porque não é um processo de ajuizamento. É um processo administrativo. A liquidação extrajudicial — diz-se — é um regime de falência fora do juízo.

É o que existe.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Lamentável que não tenha conseguido abranger esta parte.

O SR. CARLOS LANGONI — Apenas para reiterar. Esta é uma das alterações que certamente constarão da reformulação da lei que pretendemos apresentar ao debate do Congresso.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — É absolutamente necessário, para não se premiar duas vezes o faltoso.

Para encerrar, ainda naquele pronunciamento a que me estou referindo, eu indagava por que somente fora aplicada a pena de advertência ao Fundo Fiscal de Investimentos, que segundo a Comissão de Valores Imobiliários, manipulou artificialmente ações da Indústria Nossa Senhora da Aparecida. O Relator do inquérito declarava, peremptoriamente, que a operação foi artificial, provocou a valorização repentina das ações, da ordem de 47%, numa época em que o mercado em geral se apresentava em baixa; acrescentava que os responsáveis não tinham apresentado provas ou explicações capazes de admitir aos institutos as operações. E afirmava textualmente que a manobra traduzida em prejuízo para o mercado e para terceiros investidores que ainda protestavam, que é o consumidor, que são aqueles pequenos investidores, que iludidos teriam adquirido "cotas" — isso está entre aspas — dentro do Parecer do Relator.

No entanto, a punição foi apenas de ordem administrativa, uma repreensão à empresa, uma advertência.

O SR. CARLOS LANGONI — Sr. Senador, evidentemente, é um assunto que não cabe ao Banco Central, porque é o CBM que tem autonomia para atuar nesses casos. E, como é uma questão da CBM, realmente eu não tenho o que comentar, nesta ocasião.

O SR. JUTAHY MAGALHÃES — Então, Sr. Presidente, agradeço ao ilustre depoente, que prestou os esclarecimentos mais amplos possíveis, fez uma exposição

aplaudida por todos nós. Estou certo de que deixou esta Comissão bastante esclarecida a esse respeito. Muito obrigado.

O SR. LOMANTO JÚNIOR — Sr. Presidente, serei breve, mas desejo congratular-me com o eminente Dr. Carlos Langoni pela exposição clara e objetiva que ofereceu a esta Comissão e pela maneira intuitiva e franca com que respondeu a todas as indagações.

Quero congratular-me, ainda, pela sua declaração que, para mim, foi muito importante, a respeito da necessidade urgente de modificar-se o Sistema Tributário Brasileiro.

Tenho insistido e venho estudando este problema há muito tempo, não só sobre o aspecto técnico, mas, sobretudo, sobre as suas repercussões políticas no País e os efeitos que vêm causando, sobretudo, no que tange a essa migração caótica que o País está assistindo, uma urbanização inteiramente desordenada que se processa no País, e acho que esta partilha da Receita Pública da arrecadação do País é uma das principais responsáveis por esta urbanização caótica em que estamos vivendo.

Congratulo-me com V. S^a Acho que nós precisamos, com urgência mesmo, modificar, estudar em profundidade o Código Tributário Nacional que em boa hora foi implantado, mas que sofreu uma série de distorções, de modificações, ao correr o tempo, e que vêm prejudicando sobretudo a própria Federação brasileira, desfigurando a própria Federação brasileira. Refiro-me, sobretudo, à escassez, à mesquinha parcela que participam os municípios dentro do bolo da arrecadação do País.

Portanto, congratulo-me com V. S^a e concluo com uma indagação — não diria mesmo que é uma pergunta — uma indagação, uma informação.

Os jornais, nos últimos dias, têm falado muito em reexame do custeio pecuário, em todo o País, principalmente, no Rio Grande do Sul, no Nordeste. E, como está aqui o Dr. Kleber, que é o responsável por esse setor do Banco Central, eu gostaria que dissesse alguma coisa sobre o que há de positivo a esse respeito?

O SR. JOSÉ KLEBER LEITE DE CASTRO — No âmbito do Banco Central, nenhum estudo de revisão relativamente ao custeio pecuário existe. Estamos dando cumprimento, até agora, às projeções constantes do Orçamento Monetário, relativamente ao Banco do Brasil e as outras instituições, que recebem repasses ou financiamento do Banco Central.

O importante é dizer que nos parece que, a partir do mês de maio, devesse haver um acréscimo natural de oferta de recursos para o custeio em geral e em particular para o custeio pecuário.

Por que isso? Porque o Conselho Monetário Nacional, em dezembro, deliberou que as instituições financeiras ficariam obrigadas a crescer o volume de recursos compulsórios destinados à agricultura. Eram, anteriormente, 15% dos seus depósitos líquidos e evoluíram para 20%. A partir de maio, as posições deverão começar a registrar um crescimento já de 1% ao mês. De tal modo que tenhamos alcançado o cumprimento do adicional de 5% até 30 de setembro.

Além disso, é muito importante ver também, como foi consignado pelo Presidente Carlos Langoni, que a alteração da sistemática aprovada pelo Conselho Monetário Nacional retirou, do âmbito de aplicações obrigatórias, a faixa de comercialização, que, em regra, absorvia 30 a 40% dos recursos aplicados pelas instituições financeiras. Essas faixas estão agora sendo esvaziadas, na medida em que se liquidam os créditos concedidos, e esses recursos necessariamente terão que ser canalizados para custeio ou para investimento.

Por uma questão de liquidez, as instituições financeiras optam, preferentemente, pela aplicação em custeio, seja agrícola, seja pecuário de tal sorte, embora conforme que, no âmbito do Banco Central não exista nenhum

estudo de reformulação de procedimentos relativamente a custeio pecuário, que entendemos que a faixa deverá receber um aporte maior de recursos daqui para o fim do ano.

O SR. PRESIDENTE (Tancredo Neves) — Vamos ouvir, para encerrar aqui os nossos trabalhos, o nosso ilustre Relator, Senador José Lins.

O SR. RELATOR (José Lins) — Sr. Presidente, eu iniciaria a minha apreciação, parabenizando V. Ex^a pelo resumo que fez da palestra do nosso Presidente do Banco Central, Dr. Carlos Langoni.

Acho que o resumo de V. Ex^a foi um complemento extraordinário claro da bela exposição que nos fez o Presidente do Banco Central e mostrou o quanto V. Ex^a acompanha os trabalhos desta Comissão e a vida, não só política, mas econômica do País.

O SR. PRESIDENTE (Tancredo Neves) — Obrigado a V. Ex^a

O SR. RELATOR (José Lins) — Em segundo lugar, Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma referência à simplicidade, à clareza meridiana da exposição do Dr. Carlos Langoni, mas, com especial ênfase, eu gostaria de salientar a abertura e a clareza com que ele forneceu as respostas aos diversos debatedores sobre as questões mais sérias que constitui o objeto de perquirição desta Comissão.

Eu gostaria de fazer referência ao volume de informações oferecidas pelo Poder Executivo, área do Ministério da Fazenda, Banco Central e Caixa Econômica Federal sobre todas as inquirições feitas pela Comissão, através do Relator, sobre as matérias, objetos de nossas preocupações.

Creio que uma Comissão nunca foi tão bem alimentada com as informações que solicitou ao Poder Executivo como esta foi, até o momento.

Mas, Sr. Presidente, eu gostaria de fazer algumas perguntas complementares ao Dr. Carlos Langoni, principalmente para esclarecer certos assuntos, objetos de nossa preocupação na Comissão.

Como V. Ex^a sabe, essa Comissão tem dois objetivos fundamentais. Primeiro, analisar em profundidade certos fatos que aconteceram, a partir de 1975, no País, e relacionados com a ação do Governo no campo da economia. E, em segundo lugar, esta Comissão também se preocupa muito com o problema de uma melhor estruturação do sistema financeiro nacional. Como se sabe, o sistema já tem alguns anos, o País não tinha tradição nesse campo, a evolução da economia brasileira foi imensa, nesses anos, e é opinião de alguns especialistas que o sistema financeiro como instituição está a merecer uma certa revisão no sentido de seu aprimoramento, de sua modernização. É claro que a base do sistema financeiro está no Banco Central e aqui, no Brasil, evidentemente, há uma ligação íntima entre as ações do Banco Central e a execução da política do Governo, através do Banco do Brasil.

Temos um sistema centralizado, em vez de um sistema descentralizado de bancos centrais, como é o caso da América do Norte. Há diferenças muito grandes de país para país, há um problema do posicionamento dos bancos centrais em face das decisões, da área de decisão do setor econômico, todos nós sabemos disso, e nos países mais evoluídos há uma tendência, maior independência, a maior autonomia dos bancos centrais. Mas é claro que a ação do governo tem muito que ver com a ação do Banco Central, sobretudo, nos países subdesenvolvidos ou naqueles que estão em processo de desenvolvimento.

Eu gostaria de saber do Presidente do Banco Central, Dr. Carlos Langoni, como ele veria uma contribuição da Comissão, no sentido da reformulação, da modernização, do reajustamento institucional do sistema finan-

ceiro e até onde a cooperação do Banco seria importante para esta Comissão, neste sentido.

O SR. CARLOS LANGONI — Obrigado, Senador José Lins. Acho que esse é um dos pontos, talvez, centrais em que a colaboração da Comissão será muito valiosa.

Estamos — como eu disse — vivendo uma experiência de 15, 16 anos de funcionamento de um sistema financeiro ainda jovem e convivendo, portanto, com as mutações que sempre ocorrem na fase inicial de implantação.

Como eu disse, a própria evolução dos acontecimentos modificou espontaneamente, um pouco, o espírito da reforma inicial bancária e mercado de capitais que era da especialização.

Hoje, discute-se muito o futuro dos conglomerados, o papel das instituições independentes, a idéia e o debate que já ocorreu em alguns anos atrás e começa a voltar de novo, no Congresso de Bancos, já surgiu, dos bancos múltiplos. Tudo isso são assuntos que vão surgindo, naturalmente, pela própria evolução do sistema financeiro.

Com relação à organização das autoridades monetárias no Brasil, também está havendo uma sensível evolução. O Banco Central vem, pouco a pouco, ganhando maior autonomia. É bom lembrar que, até 1964, o que havia em termos de controle monetário, de autoridade monetária, um simples apêndice do Banco do Brasil, a extinta SUMOC. Estamos inclusive, dentro dessa trajetória de ajustes graduais, e achamos que é inevitável, é uma questão de tempo, a consolidação do Banco Central como autoridade monetária de fato, e, portanto, uma maior independência das relações Banco Central, Banco do Brasil; pretendemos que esse processo se dê de maneira gradual, dentro do espírito brasileiro, de reformas e não de cortes traumáticos, mesmo porque o Banco Central se beneficia muito da sua convivência, do seu trabalho a quatro mãos com o Banco do Brasil, mas acho que iremos, naturalmente, caminhar para etapas mais avançadas de administração monetária, em que haverá uma divisão mais clara de papéis, o Banco do Brasil mais voltado à sua função de banco comercial, banco de fomento na área agrícola, na área de exportação, e o Banco Central, menos banco de fomento e mais autoridade monetária.

Eu gostaria também de ressaltar, Senador José Lins, que não é apenas a questão de rearranjo institucional, ou seja, não é apenas uma questão de decreto, de uma lei, separando o Banco do Brasil do Banco Central. No cerne do problema está a questão dos subsídios, ou seja, enquanto houver subsídios, o Banco Central vai ter a sua função, o seu papel de banco de fomento. Portanto, as duas coisas idealmente, deveriam caminhar *pari passu*. O que gostaríamos de ver, nos próximos anos, é, exatamente, uma redução gradual dos subsídios, preservando apenas aquelas áreas realmente de interesse econômico-social e esse aperfeiçoamento institucional que irá dar ao Banco Central, cada vez mais, a centralização, e o comando da execução da política monetária.

Acho que essa é a intenção do Governo, estamos caminhando nessa direção, fizemos algumas mudanças, talvez, até pequenas, mas de grande relevância, como foi o caso da centralização das reservas bancárias, a conta de reservas, estamos caminhando para a implantação do cheque BC e outras mudanças, em resumo, que irão, pouco a pouco, consolidando, como disse, num processo de transição, gradual, central, mas sem choques, que irá acomodando e reordenando, de maneira mais eficiente, as autoridades monetárias no Brasil.

Eu diria mais ainda: na medida em que o Brasil caminha para aquilo que todos nós desejamos que é a centralização política, aumenta a responsabilidade de uma ordenação institucional competente, coerente, na área econômica.

Quer dizer, o Brasil precisa, como Nação já em pleno desenvolvimento, ter, como disse, uma boa adminis-

tração financeira, econômica, e do crédito. Eu diria até que não é coincidência histórica que as reformas políticas importantes, em geral, repercutiram e transbordaram para reformas institucionais também importantes.

Se analisarmos, por exemplo, o pós guerra da Alemanha, quando houve a implantação da nova Constituição alemã, simultaneamente, nas primeiras reformas que a nova Constituição trouxe, na área econômica, foi a figura do Banco Central Alemão, inclusive, com uma grande dose de autonomia no caso da Alemanha. Nos Estados Unidos, o Banco Central é uma instituição de fato, e há, inclusive, a preocupação do Governo norte-americano de preservar esse banco na sua autonomia e na inteireza. É muito significativo o gesto do Presidente Reagan, um dia depois de sua posse, ir visitar o Presidente do Banco Central.

Realmente, são estágios institucionais de Países avançados; o Brasil ainda está numa fase de mudança, como eu disse. O Banco Central tem apenas dezesseis anos, mas não tenho a menor dúvida de que o próprio processo de modificações políticas irá passar irá levar necessariamente a debates e eventualmente a implementação, portanto, mudanças mais profundas no arcabouço institucional, não só no sistema financeiro, mas na autoridade monetária.

O SR. JOSÉ LINS — Creio que V. Ex.^a colocou muito bem o problema, inclusive essa correlação que existe entre o estágio do Banco Central e o estágio de desenvolvimento do próprio País. O fomento, um dos instrumentos fundamentais de que os Governos dos países em desenvolvimento lançam mão em busca do seu processo de desenvolvimento. Evidentemente, aí entra o problema do subsídio, que é um dos aspectos mais sérios da economia brasileira hoje em dia. O subsídio é um instrumento importante de incentivos a determinados setores da economia, mas, todos reconhecemos que ele também traz, no seu bojo, influências nocivas quanto a ineficiência de alguns sistemas incentivados. Sei que, a partir da entrada de V. Ex.^a no Banco Central, tem havido uma mudança, que diria até extraordinária, de visão, de comportamento, com relação ao tratamento das instituições financeiras, que, digamos, periclitam, que trazem problemas para o sistema.

Eu gostaria que V. Ex.^a falasse sobre a nova filosofia que o Banco Central vem adotando, para a eliminação dos subsídios a essas instituições financeiras, no caso delas necessitarem de uma ação de saneamento. É claro que esse problema está relacionado também com aquele outro levantado pelo nobre Senador Jutahy Magalhães, que é o da revisão da legislação, através da qual, o Banco pode adotar providências nesse campo.

O SR. CARLOS LANGONI — Eu diria, nobre Senador José Lins, que temos adotado uma política bastante clara, bastante definida, que é a de eliminar qualquer forma de subsídio em mecanismos existentes de assistência financeira.

Eu chamaria a atenção que o próprio redesconto sofreu uma modificação importante. Passamos a adotar o sistema de redesconto flexível, em que a taxa de redesconto acompanha, *pari passu*, a rentabilidade da Letra do Tesouro Nacional, ou seja, não é hoje mais possível, pelo sistema financeiro, bancar posições com os recursos do Banco Central. Se ele necessitar de recursos para cobrir dificuldades de liquidez transitória, ele vai usar o mecanismo universal do redesconto. Ela vai pagar uma taxa que é competitiva, é de mercado. Não vai receber nenhum subsídio, nenhum prêmio, nenhuma transferência indevida de renda, por esse mecanismo.

Da mesma forma, criamos novas regras em relação a sistemática de apoio a instituição não bancárias. Em primeiro lugar, achamos que o sistema tem que se capitalizar. Não existe outra forma de consolidar o sistema financeiro a médio prazo a não ser pela capitalização.

Criamos regras compulsórias de capitalização, que estão já em fase de implementação e que irão em pouco tempo, dar maior segurança e maior solidez ao sistema para que ele possa conviver com as crises conjunturais, que ocorrem sempre. Em terceiro lugar, fixamos uma posição doutrinária, filosófica de não paternalismo. Achamos que não faz mais sentido ao Governo utilizar recursos públicos, para cobrir o prejuízo do mal administrador, da má gerência e nem cobrir a ambição desmedida do investidor, que, na maioria das vezes, só pensa em taxa, rentabilidade e que não pensa em segurança e em liquidez.

Essa é uma regra que só podemos experimentar na prática. Esse é um caso típico de que a prova do pudim está no gosto. Infelizmente, para que essa regra seja obedecida, temos que passar por um aprendizado. Foi isso que aconteceu, nesse seis meses, em que realizamos 18 intervenções, num período de dois meses, e, com isso, deixamos claro que a regra é para valer, que o Governo e o Banco Central estão empenhados em manter esse comportamento, daqui para frente, e que já afetou, de maneira profunda, o comportamento e a atitude do sistema financeiro. Finalmente, num esforço de atuar na raiz do problema, não ficar apenas nas punições nas correções do mal a posteriori. E, aí, vem uma outra grande reforma; uma importante modificação do sistema financeiro, que será a extensão ao setor privado do sistema de custódia de papéis privados, que, aliás, casa bem com o desejo do setor da auto-regulação. Quer dizer, a Central de Custódia Privada vai transformar a auto-regulamentação de teoria em prática. Vamos ter um órgão — queremos destacar — que não ficará no âmbito do Banco Central. Queremos que seja um órgão administrado e dirigido pelo setor privado.

O Banco Central, evidentemente, tendo alguma participação, o Conselho Monetário, talvez, indicando ou aprovando os nomes, mas queremos que seja um sistema descentralizado, dentro inclusive do objetivo do Governo de desburocratizar e simplificar o relacionamento com o sistema financeiro privado.

O SR. JOSÉ LINS — É evidente, Sr. Presidente do Banco Central, Carlos Langoni, que há uma perfeita coerência nas idéias expostas por V. Ex.^a Elas todas nos levam para um objetivo comum que é o do aperfeiçoamento do sistema financeiro, mas também uma instrumentalização melhor da política financeira do Governo, porque o País cresce e moderniza e isso é essencial nesse sentido.

V. Ex.^a fala muito bem na eliminação do paternalismo, do subsídio, na exigência de rentabilidade e de liquidez e na exigência do risco também. Parece muito importante aquela referência que V. Ex.^a fez à interligação entre o orçamento fiscal e o orçamento monetário. É claro que o País não vai poder deixar de utilizar os instrumentos do subsídio, sempre que isso for necessário e conveniente, tendo em conta os grandes objetivos nacionais, quem sabe até para o tratamento das grandes diferenças inter-regionais do País.

Esse é um ponto muito importante. Parece-me, Sr. Presidente, que os subsídios deveriam ser dirigidos todos eles, evidentemente, sempre que possível, ao máximo através do orçamento fiscal. O saneamento do orçamento monetário é fundamental. Para isso, é claro, haveria necessidade de uma política efetiva, no sentido de conseguir um objetivo formal, de grande envergadura, para mudarmos muitas das regras do jogo que ainda prevalece. Não queremos subsídios para a agricultura. Certo! Mas, também trabalhamos com contas em aberto no orçamento monetário. Isso também tem que ver não só com o volume do subsídio dado, através do crédito, mas com o volume de recursos dado com o percentual do total do custeio da safra. Creio que, no ano passado, o Governo financiava, em certas áreas, 100% da safra, em ou-

tras até 90%. Este ano, houve uma redução para 80% que, de qualquer modo, é um apoio imenso nesse campo.

Eu gostaria de perguntar como V. Ex.^a vê esse objetivo, que para mim é da maior importância, mesmo porque o subsídio, quando generalizado, já perde totalmente o sentido e acaba por não surtir qualquer efeito.

O SR. CARLOS LANGONI — Nobre Senador José Lins, tenho uma posição bastante clara com relação aos subsídios e incentivos. Acho que o que houve no Brasil foi uma distorção clara do uso desse mecanismo. É bom lembrar que os incentivos fiscais surgiram no Brasil, com uma conotação exclusivamente regional. Depois, tivemos os incentivos setoriais e a multiplicação de incentivos no mercado de capitais, alguns totalmente desnecessários, que o Governo está empenhado em eliminar, como é o caso do 157. Estou convencido de que, hoje, a exemplo dos centros da agricultura, precisamos, na área de incentivos, voltar às origens; ou seja, voltar às origens regionais, que é realmente uma área que irá ainda precisar, e de muito, de uma transferência compulsória de recursos, mesmo porque o processo de desenvolvimento, numa economia de mercado, por si só, não leva necessariamente a correção desses desníveis. Mas há, hoje, um excesso de incentivos e subsídios. E quando nós falamos em reorientar os subsídios e disciplinar, eliminar excessos, nós estamos sempre preocupados em preservar o aspecto regional e, pelo contrário, até reforçar — como eu disse — numa saudável volta às origens.

O SR. JOSÉ LINS — Sr. Presidente, eu farei apenas mais uma pergunta ao Dr. Carlos Langoni.

Dr. Carlos Langoni, V. Ex.^a sabe que o problema relacionado com a venda das ações da Vale do Rio Doce, por muito tempo, preocupou a opinião pública brasileira. Nós temos conhecimento de que o Tribunal Federal de Recursos, por unanimidade, arquivou a ação popular, dando total ganho de causa ao Governo e isentando o Executivo de qualquer dificuldade nesse campo. Anteriormente, o Supremo Tribunal Federal, também por unanimidade, arquivou o processo de ação popular movido pelo Deputado Alberto Goldman contra o Ministro da Fazenda. Nós sabemos também que, através da CVM, foi aberto um inquérito que resultou na punição da Corretora Ney Carvalho. O problema para mim, Dr. Carlos Langoni, parece-me totalmente esclarecido, e esclarecido de um modo a satisfazer a opinião pública, nas suas exigências maiores, e de colocar a lisura do Governo como uma página aberta para qualquer analista que se dedicar a verificar esse problema.

Eu perguntaria apenas a V. Ex.^a o que que aconteceu com o preço das ações da Vale do Rio Doce, depois disso?

O SR. CARLOS LANGONI — Senador, agradeço inclusive, a sua referência expressante a este assunto, em primeiro lugar, para dizer que o Banco Central e a CVM encaminhou a esta Comissão todas as informações detalhadas com relação ao problema da Vale do Rio Doce, inclusive a lista de compradores das ações solicitadas.

Portanto, essa Comissão terá a oportunidade de examinar o inquérito da CVM, o inquérito da Bolsa de Valores, em resumo, todas as informações, as mais detalhadas, com relação a todo o episódio. E, como V. Ex.^a bem disse que o Tribunal Federal de Recursos, recentemente, há cerca de uma semana, na unanimidade de seus membros, houve por bem arquivar com relação à ação popular.

E o que aconteceu com relação à ação da Vale, que havia tanta discussão, principalmente a tese, muitas vezes levantada, de grandes prejuízos na venda, numa comparação — na minha opinião — totalmente falaciosa, porque o prejuízo se baseava numa comparação entre o

preço de venda hoje e o comportamento do preço da Vale, no futuro, ou seja, já que depois da realização das vendas o preço das ações continuou subindo, desta comparação resultou o argumento de prejuízo, o que é, no meu ponto de vista, uma forma extremamente falaciosa e errônea de analisar o problema.

Mas, se seguissemos esse raciocínio, chegaríamos à conclusão que a situação se modificou totalmente, porque, passado uma fase inicial de euforia, no preço das ações, os preços das ações da Vale desabaram, agora em março o preço médio anda em torno de Cr\$ 5,00. Se nós levássemos em consideração, portanto, a inflação, apenas a correção monetária, chegaríamos a conclusão de que o preço de venda médio do Governo, naquela ocasião, estaria hoje em torno de Cr\$ 7,60, ou seja, uma diferença enorme com relação ao preço de mercado. Então, seguindo este raciocínio, nós teríamos lucro e não prejuízo.

A verdade é que esse foi o único ponto que suscitou, talvez, dúvidas e muita discussão, numa análise, na minha opinião, errônea. O critério relevante para analisar uma operação de vendas de ações, principalmente, pela imprevisibilidade natural da evolução dos seus preços, já que se trata de um mercado de renda variável, é o custo

de aquisição em relação ao preço de venda e não o preço de venda com relação ao preço futuro. Porque, se fizemos uma análise do custo de aquisição das ações da Vale para o Tesouro, chegamos a um preço de cerca de Cr\$ 1,30, muito abaixo do preço médio de venda e muito, portanto, abaixo do preço mínimo definido pelo governo para a venda.

Portanto, eu acho que foram exatamente essas observações que levaram, tanto o Supremo Tribunal, como o Tribunal Federal de Recursos a arquivarem o processo. E o que nos deixa particularmente tranqüilos foi a maneira ampla como foi debatido o assunto, os inquéritos realizados em que o Banco Central procurou colaborar e prestar todas as informações e que deixou claro a maneira correta com que o Governo agiu em todo o episódio.

O SR. JOSÉ LINS — Sr. Presidente, eu quero apenas agora parabenizar a V. Exª pelos resultados da nossa reunião, nesta sessão da nossa Comissão Parlamentar de Inquérito e agradecer ao Dr. Carlos Langoni pela palestra que nos ofereceu, pelos esclarecimentos e, sobretudo, pela inteligência, simplicidade e clareza que pôs na resposta de todas as questões que aqui foram colocadas.

O SR. CARLOS LANGONI — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hugo Ramos) — Sr. Presidente, nós gostaríamos de prosseguir com V. Exª, no debate dos temas que aqui foram suscitados, todos eles da maior importância para elucidação dos terríveis enigmas que atormentam os estudiosos homens públicos e técnicos, preocupados com a solução dos grandes problemas nacionais, mas a hora já vai avançada e não nos resta, realmente, a não ser agradecer a V. Exª a notável contribuição que nos trouxe, fruto de sua cultura, fruto da sua competência e da vivência que vem tendo com os problemas mais angustiantes da nossa conjuntura econômico-financeira.

Quero agradecer também a V. Exª o material que nos enviou deveras copioso, completo, volumoso e pormenorizado de todos os itens formulados ao Banco Central, no tocante ao objetivo e às metas perseguidas por esta Comissão.

V. Exª nos deu realmente, com a sua presença, uma grande honra e eu agradeço.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a comissão às 13 horas e 30 minutos.)